



UDESC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A ILHA DA MAGIA DE ELAINE BORGES
UM PASSEIO PELO PASSADO DE FLORIANÓPOLIS
ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DA JORNALISTA (1972-1999)

ISADORA MUNIZ VIEIRA

FLORIANÓPOLIS, 2019

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
CURSO DE MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGENS E IDENTIFICAÇÕES

ISADORA MUNIZ VIEIRA

A ILHA DA MAGIA DE ELAINE BORGES

**UM PASSEIO PELO PASSADO DE FLORIANÓPOLIS ATRAVÉS DA
TRAJETÓRIA DA JORNALISTA (1972 - 1999)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) na linha de pesquisa Linguagens e Identificações como requisito para obtenção do título de Mestra no Curso de Mestrado.

Orientador: Prof. Luiz Felipe Falcão, Dr.

FLORIANÓPOLIS - SC

2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Vieira, Isadora Muniz

A ilha da magia de Elaine Borges : Um passeio pelo passado de Florianópolis através da trajetória da jornalista (1972-1999) / Isadora Muniz Vieira. -- 2019.

136 p.

Orientador: Luiz Felipe Falcão

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação , Florianópolis, 2019.

1. História do Tempo Presente. 2. Jornalismo. 3. Florianópolis.
I. Falcão, Luiz Felipe. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação . III. Título.

ISADORA MUNIZ VIEIRA

“A Ilha da Magia de Elaine Borges: um passeio pelo passado de Florianópolis através da trajetória da jornalista (décadas de 1970, 1980 e 1990) ”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:


Orientadora:


Doutor Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Doutor Jacques Mick
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:


Doutor Reinaldo Lindolfo Löhn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 01 de julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa concedida nestes últimos dois anos, e que possibilitou a realização deste trabalho. Agradeço à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) pela infraestrutura, ao Programa de Pós-graduação em História pelo excelente curso de mestrado e ao competente corpo docente que participou da minha formação como mestra. Agradeço à Direção Geral da FAED e à professora Julice Dias. Também agradeço à Secretaria do PPGH, em especial Piter Kerscher, pela paciência e por toda assitência prestada durante o curso.

Sou grata à professora Maria Teresa Santos Cunha por me orientar na fase inicial da pesquisa, e ao professor Luíz Felipe Falcão por aceitar orientar meu trabalho em suas fases finais. Estendo os agradecimentos aos professores Jacques Mick e Reinaldo Lohn, por dedicarem seu tempo à leitura do meu trabalho e por aceitarem participar da banca de defesa. Agradeço também ao professor Emerson Campos pela leitura atenta de meu trabalho, pela participação na banca de qualificação e por todos os úteis apontamentos.

Sou grata à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina pelo excelente trabalho desenvolvido com a salvaguarda dos jornais catarinenses. Agradeço especialmente à Roseleia Marcelino, que me recebeu e auxiliou durante as consultas aos jornais.

Agradeço à Gisele e Daniel, pela gentileza de sempre e pelo empréstimo do acervo de Elaine Borges. Agradeço aos entrevistados: Tânia Piacentini, Mário Medaglia e Nelson Rolim por gentilmente me receberem em seus espaços e por me proporcionarem conversas tão interessantes. Às mulheres da família Borges: Eni, Miria e Verônica, pelos depoimentos num divertido feriado.

Agradeço aos meus maravilhosos amigos Ana Carolina Brasil, Christian Fonseca e Nathália Hermann pela parceria, lealdade e honestidade de sempre. Amo nosso histórico de aventuras e espero que ele se estenda por longas décadas. Agradeço também à Jade Liz pela doçura e grandeza de espírito, e à Stela Schenato pela paciência ao me auxiliar com a Plataforma Brasil.

Agradeço à minha família, não excluindo agradecimentos ao meu cão, Balu, por sua infinita lealdade, pela paciência com que me acompanhou deitado aos meus pés durante os estudos e por me fazer lembrar todos os dias que a vida está lá fora, nos nossos passeios, no cheiro da grama e nas cores do céu. Mesmo desprovido de linguagem e incapaz de reconhecer minha gratidão a partir de palavras, merece reconhecimento pelo papel que exerce na minha vida. Só queria que a sua pudesse ser mais longa.

Sou grata à Mário Coelho, meu companheiro que nos últimos dois anos experienciou comigo uma vida permeada por contratempos, dificuldades, angústias, mas também cheia de amor, afeto, confiança, companheirismo, dedicação e diversão. Por ter vivido comigo nesses últimos anos a vida como ela é e por me mostrar que ela também pode ser vivida a dois. E claro, por me proibir de desistir durante o percurso do mestrado, por me incentivar e por sempre me lembrar que no fim tudo ficaria bem.

E, como não poderia deixar de ser, à minha tia Elaine, por sua passagem tão interessante na terra, pois sem ela eu seria incapaz de muitas coisas, inclusive de escrever este trabalho.

A saudade é que faz as coisas pararem no Tempo.

— Mário Quintana.

*How can the dead be truly dead when they still live in the souls of those who are left
behind?*

— Carson McCullers, *The Heart Is a Lonely Hunter*.

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar representações sobre a cidade de Florianópolis elaboradas em um cenário de transformações do jornalismo brasileiro, a nível nacional e local, a partir da trajetória da jornalista gaúcha Elaine Borges que, como muitos de sua geração, fez parte de um momento significativo do jornalismo catarinense. Em sua trajetória profissional, a jornalista criou narrativas a respeito de Florianópolis em periódicos como *O Estado*, de circulação regional, e do *Estado de S. Paulo*, de influência nacional, num contexto que a cidade se moderniza e investe em turismo a partir de investimentos públicos e privados. Assim, a intenção é compreender sob que aspectos o cotidiano de Florianópolis, bem como suas paisagens e habitantes, são representados por uma jornalista “de fora” que experienciou a cidade a partir de sua subjetividade e da rede de sociabilidades nela constituídas. Busca-se também compreender as relações que se estabelecem entre mídia impressa, sociedade e a História do Tempo Presente. Elaine Borges começou sua vida intelectual a partir de 1969, quando iniciou sua atividade jornalística. Além da sua atuação como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* e repórter no extinto jornal *O Estado*, a jornalista participou ativamente do primeiro movimento grevista do jornalismo catarinense em 1982, que reivindicava melhores condições trabalhistas e alterações na estrutura sindical. Foi também editora de política do jornal *Diário Catarinense* de 1985 a 1988 e, em 1991, aposentou-se como funcionária efetiva da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Lançou, em 1995, o livro “Vozes da Lagoa”, no qual narrou com textos e fotografias as memórias dos habitantes mais antigos da região da Lagoa da Conceição. Entendida como testemunha de um tempo, a jornalista é uma personagem multifacetada que estabeleceu redes de sociabilidade na cidade em círculos culturais e intelectuais, que ajudaram a compor sua trajetória e suas experiências na Ilha de Santa Catarina.

Palavras-chave: História do Tempo Presente, Jornalismo, Florianópolis

ABSTRACT

This dissertation intends to analyze representations of the city of Florianópolis during the transformations of Brazilian journalism, at national and local level, based on the trajectory of the journalist Elaine Borges, born in the state of Rio Grande do Sul, who like many of her generation, was part of a significant moment of journalism in the state of Santa Catarina. Through her professional career, the journalist created narratives of Florianópolis in periodicals such as *O Estado*, of regional circulation, and of the *O Estado de S. Paulo*, of (almost) national circulation in a context that the city is modernized and invests in tourism from public and private investments. Thus, the intention is to understand under what aspects the daily life of Florianópolis, as well as its landscapes and its inhabitants are represented by an "outside" journalist who experienced the city from its subjectivity and the network of sociabilities in it. It also seeks to understand the relationships established between printed media, society and the History of Present Time. Elaine Borges began her intellectual life in 1969, when she started her journalistic activity. In addition to her role as a correspondent for the newspaper *O Estado de S. Paulo* and a reporter in the late *O Estado* newspaper, the journalist actively participated in the first strike movement of journalists in Santa Catarina in 1982, which demanded better labor conditions and changes in the union structure. She was also political editor of the *Diário Catarinense* newspaper from 1985 to 1988 and in 1991 retired as an effective employee of the Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. In 1995, he launched the book "Vozes da Lagoa", in which he narrated with texts and photographs the memories of the oldest inhabitants of the Lagoa da Conceição region. Understood as a witness of a time, the journalist is a multifaceted character who established networks of sociability in the city in cultural and intellectual circles, which helped to compose her trajectory and her experiences on the Island of Santa Catarina.

Keywords: Present Time History, Journalism, Florianópolis.

LISTA DE TABELAS

TABELA I – REPORTAGENS DE *O ESTADO* 77

TABELA II – RELAÇÃO DAS MATÉRIAS CONSULTADAS 96

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – VENTO SUL NA PRAÇA XV DE NOVEMBRO (FOTO POR ELAINE BORGES).....	38
FIGURA 2 – CARTEIRA PROFISSIONAL DE ELAINE BORGES.....	58
FIGURA 3 – DIPLOMA DE POSSE NA URES.....	59
FIGURA 4 – IDOSA NO ASILO (FOTO POR ELAINE BORGES)	79
FIGURA 5 – EMPREGADA DOMÉSTICA (FOTO POR ELAINE BORGES).....	82
FIGURA 6 – COLONA AMAMENTANDO A FILHA (FOTO POR ELAINE BORGES)	90
FIGURA 7 – MENINA DE ALTAMIRA (FOTO POR ELAINE BORGES)	92
FIGURA 8 – RENDEIRA COM CRIANÇA (FOTO POR ELAINE BORGES).....	101

LISTA DE TABELAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

ELETROSUL – Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A

FCC – Fundação Catarinense de Cultura

I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NEA – Núcleo de Estudos Açorianos

OESP – O Estado de S. Paulo

PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento

PIN – Programa de Integração Nacional

PSD – Partido Social Democrático

RBS – Rede Brasil Sul

SANTUR – Santa Catarina Turismo

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville

URES – União Rosariense dos Estudantes Secundários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: NOVOS ARES NO JORNALISMO CATARINENSE.....	24
1.1. AS TRANSFORMAÇÕES DA DÉCADA DE 1970	24
1.2. OS JORNALISTAS “DE FORA”	30
1.3. ELAINE BORGES, REPÓRTER	56
CAPÍTULO 2: FLORIANÓPOLIS REPORTADA.....	76
2.1. NO O ESTADO: OS DESPREZADOS	76
2.2. NO <i>ESTADÃO</i>	92
2.2.1 O <i>TURISMO</i>	98
2.2.2 AS <i>CULTURAS</i>	108
2.2.3 OS <i>ACONTECIMENTOS</i>	118
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

As investigações que resultam na presente dissertação iniciaram em março de 2017, no processo de elaboração no projeto de pesquisa para a seleção do curso de mestrado. É importante salientar, antes da devida apresentação das problemáticas que envolvem a pesquisa, que a escolha do tema não foi aleatória ou desprovida de afeição pessoal. Ainda na graduação e com perspectivas de ingressar no programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, refleti sobre a possibilidade de escrever um projeto que possibilitasse reflexões acerca da cidade em que vivo desde 2007 numa perspectiva da História do Tempo Presente, a partir de documentos produzidos por uma pessoa que, antes ainda da minha chegada na ilha, foi muito próxima a mim e em grande medida contribuiu para meu amadurecimento intelectual e afetivo. Elaine Borges foi minha tia-avó e convivemos até seu falecimento em 2014. Nasceu em 15 de julho de 1944 no município de Rosário do Sul, no Rio Grande do Sul, filha de João Borges e Izaltina Alvez Borges, um padeiro e uma doméstica, e tinha três irmãs e um irmão. Durante o ensino secundário, participou ativamente da União Rosariense dos Estudantes Secundários, que presidiu em 1963. Na URES, Elaine Borges viajou com outros estudantes para diversos municípios do interior do Rio Grande do Sul para debater política estudantil. Mudou-se para Porto Alegre com a família em 1964, aos vinte anos, quando iniciou o curso de jornalismo na UFRGS, que foi interrompido após entrar no mercado de trabalho. Na capital gaúcha, trabalhou como secretária e auxiliar de escritório, até ser admitida pelo *Diário de Notícias* em 1969 como repórter estagiária, e depois em *O Globo*, de março de 1970 a janeiro de 1972. Os anos que viveu em Porto Alegre foram também de formação política e cultural. Em 1972, mudou-se para Florianópolis, onde foi admitida em *O Estado* em junho.

A princípio, a ideia de transformar em fontes os documentos produzidos por uma pessoa por quem sempre nutri grande estima e admiração me intimidaram e me fizeram pensar que eu talvez pudesse ser incapaz de produzir um trabalho científico de qualidade em razão dessa proximidade entre pesquisadora e objeto de pesquisa. Além disso, preocupou-me que minha dissertação pudesse criar em outras pessoas pouco familiarizadas com trabalhos científicos a expectativa de uma narrativa biográfica, engrandecedora e heroicizante de Elaine Borges, que como sujeito multifacetado, foi familiar, colega e amiga de muitas pessoas. Além disso, a morte a afastou de qualquer possibilidade de refutação das minhas palavras, que não estão isentas de equívocos e deslizes.

Fiz um levantamento bibliográfico de trabalhos historiográficos que de alguma maneira foram produzidos a partir – ou apesar – da proximidade dos pesquisadores com o objeto de estudo, a nível familiar ou pessoal, e que tal proximidade fosse efetivamente discutida em termos teóricos e metodológicos, e encontrei poucos. Porque não é uma prática comum ou por tratar-se de uma proximidade inconfessa. Os trabalhos de Anita Leocádia Prestes são os mais conhecidos e são distribuídos por uma vasta produção biográfica sobre Luís Carlos Prestes e Olga Benário. A autora faz uso de densa documentação, mas não tenho conhecimento de trechos de seu trabalho dedicados à discussão dos métodos empregados para biografar os próprios pais e discutir a história do partido do qual é simpatizante. Anita Prestes por vezes refere-se a si mesma na terceira pessoa, indicando então uma intenção de distanciamento, mas nada consta sobre essa escolha narrativa.

Durante minha procura me deparei com o livro *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*, de autoria dos antropólogos Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine de Campos Gomes. A obra é resultado de uma longa pesquisa que buscou compreender as transformações de diferentes gerações de três famílias no Rio de Janeiro no século XX, relacionado temas como parentesco, religiosidade, identidades, classes sociais e constituição dos sujeitos. Por se tratar das famílias dos próprios autores, eles dedicam um espaço do texto para debater as inquietações a respeito dessa forma peculiar de fazer pesquisa etnográfica, e apresentam seus argumentos para assim fazê-la.

Entende-se muitas vezes que pesquisar um objeto próximo garante um conhecimento maior sobre a temática, mas tal conhecimento estaria enviesado e contaminado pela própria proximidade e, portanto, impossível de ser utilizado com a devida neutralidade e isenção exigidas em textos acadêmicos. Contudo, a formação em Antropologia incorpora no pesquisador complexas teorias e métodos a serem utilizadas em suas pesquisas, além de o treinar para exercer a desnaturalização e o estranhamento dos fatos durante suas observações. Assim, o olhar do pesquisador difere-se do olhar que era antes familiar ao objeto (DUARTE, GOMES, 2008).

Algo semelhante pode ser pensado em relação às pesquisas na área da História. Levando em conta que a operação historiográfica é composta pela combinação do lugar social do pesquisador, de seus métodos e teorias científicas e da sua narrativa, é possível afirmar que o lugar de produção socioeconômico delimita métodos, interesses, documentos e as questões a serem levantadas nos desdobramentos da pesquisa. Assim, toda interpretação de cunho

histórico se dá a partir das referências e da subjetividade do historiador, sem que isso necessariamente comprometa o caráter acadêmico de sua obra (DE CERTEAU, 1982).

Ao ponderar sobre meu próprio lugar social, consigo compreender minhas motivações para a produção de um trabalho de História do Tempo Presente que busca refletir sobre as transformações do jornalismo em Florianópolis e as diferentes representações da cidade por via de uma profissional da área muito familiar a mim. De Certeau (1982) ponderou que é muito difícil, se não impossível, dissociar determinado discurso histórico da instituição na qual está vinculado o pesquisador. Minha própria trajetória acadêmica justifica a escolha por uma História do Tempo Presente e a temática do jornalismo está relacionada com meu interesse pela área. Antes de ingressar na graduação em História, pensei na possibilidade de cursar jornalismo em outra instituição, o que acabou não ocorrendo, mas os jornalistas, o jornalismo, as mídias e a comunicação em geral sempre estiveram nos meus interesses. Florianópolis aparece nas minhas investigações por ser a cidade em que experienciei a maior parte da minha vida, de modo que Porto Alegre, minha cidade natal, agora é um cenário distante da minha infância e, mesmo quando a visito no presente, ela me causa sensações que remetem sempre ao meu passado.

O fato de termos sido próximas em termos de consanguinidade e de convivência foi também fator significativo ao fazer escolhas metodológicas, pois facilitou o acesso às fontes, pelo menos parte delas, que é seu acervo pessoal. O projeto inicial da pesquisa estava inteiramente preocupado com as discussões sobre acervos, e o empréstimo ou divulgação de documentos e itens pessoais para fins de pesquisa requer, no mínimo, que se estabeleça uma relação de confiança e de reciprocidade, em que um confia pertences carregados de sentimentos e memória de uma pessoa e o outro promete manusear com zelo e devolver um trabalho que respeite a memória e a subjetividade da pessoa que guardou tais documentos. Geralmente quando o titular dos documentos é alguém já falecido, a necessidade de uma relação de confiança se faz ainda mais necessária. Assim, não lidei com nenhum tipo de resistência quando solicitei o empréstimo das caixas de Elaine Borges. Por consequência, a escolha de seu acervo e outros documentos como fonte de pesquisa me encaminharam para determinados métodos e teorias que podem auxiliar no entendimento da empiria do trabalho.

Após muito ponderar sobre todas essas questões próprias dos trabalhos que utilizam trajetórias de vidas para entendimento de contextos maiores, em termos de escala de observação, resolvi aceitar o desafio proposto por mim e pôr à prova o que durante quatro anos de graduação me dediquei para ser: historiadora. As leituras e os debates realizados

durante a minha formação nas disciplinas do curso de mestrado também me convenceram de que uma dose adequada de empatia, se somada com bases teóricas e metodológicas fortes, contribuiria para a escrita de um trabalho sensível, responsável e bem fundamentado. Assim, dei início a minha pesquisa.

A própria Elaine Borges me mostrou em vida seu material produzido durante sua carreira jornalística. Em seu apartamento na rua Almirante Lamego, no centro de Florianópolis, colocou em cima da mesa da sala de estar as muitas caixas que guardavam um volume considerável de fitas k7, fotografias e *pen drives* com conteúdo de diferentes datas. Combinamos na ocasião que, quando a vida nos desse uma trégua nas obrigações cotidianas, nos encontraríamos para organizar todo o material, que estava guardado sem muitos critérios. Nunca o fizemos e nunca mais entrei em contato com esses documentos. Após seu falecimento em 2014, recebi de Virgínia Figueiredo, professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina e a amiga mais próxima de Elaine Borges, alguns de seus itens pessoais, como às vezes é feito nas famílias quando um ente querido vem a falecer: faz-se uma separação um tanto aleatória dos itens e eles são distribuídos entre os familiares de acordo com o que cada um gostaria de guardar para conservar a memória de pessoa que nunca mais se verá outra vez. Nenhum dos itens que recebi na época era relacionado ao material que antes eu havia prometido ajudar a organizar, e na ocasião eles nem estavam nos meus pensamentos. Em março de 2017, quando comecei a escrita do projeto de pesquisa, escrevi um *e-mail* a Gisele, filha de Virgínia Figueiredo, perguntando se eu poderia ficar temporariamente com tal material para fins de pesquisa, o que ela prontamente permitiu e me entregou através de seu filho, Daniel.

Isto posto, o presente trabalho é uma narrativa que objetiva explicar como Elaine Borges, jornalista gaúcha, atribuiu diferentes sentidos à cidade de Florianópolis a partir de reportagens produzidas durante sua trajetória profissional, numa perspectiva local e nacional num contexto do fim do chamado “milagre econômico” em que a cidade voltou-se para o turismo, a partir de investimentos públicos e privados. Para responder a essas questões, também é importante analisar as alterações políticas, econômicas e sociais que ocorreram na cidade durante as décadas de 1970 e 1980, relacionando-as com as mudanças do jornalismo da época e com a geração de profissionais nele inseridos.

Debruçar-se sobre as diferentes representações de Florianópolis vem na esteira de uma inquietação contemporânea que remonta o final do século XX, em função da crise das grandes narrativas, como o estruturalismo e o marxismo, que buscavam explicar uma suposta

realidade social. A mudança dos paradigmas abalou a objetividade e a racionalidade científica nas Ciências Humanas, de forma que se passou a refletir sobre o “real” a partir de suas representações (PESAVENTO, 1995).

Foram tomadas como fonte alguns documentos pessoais presentes no acervo de Elaine Borges, como boletins e certificados escolares, carteira profissional, certidão de nascimento, e os recortes de jornais das matérias escritas pela jornalista para os periódicos em que trabalhou. Servem de fonte matérias que a jornalista escreveu como repórter no jornal *O Estado*, de junho a novembro de 1972, e como correspondente para o impresso *Estado de São Paulo*, de 1974 a 1999. Os periódicos locais também estão salvaguardados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, e foram consultados para preencher possíveis lacunas do seu acervo pessoal. Já os exemplares do *Estadão*¹ estão disponíveis no acervo *online* do jornal, com acesso permitido a assinantes. Para compor a narrativa da trajetória da jornalista e a narrativa construída em torno do jornalismo da época, também servem de fonte os depoimentos de seis pessoas de seu convívio pessoal e profissional. Entram no texto para dialogar com as demais fontes algumas fotografias presentes no acervo pessoal, mas com caráter mais ilustrativo.

A narrativa da presente dissertação ganha contornos a partir de uma trajetória de vida, mas não se pretende biográfica, tampouco quer resultar num trabalho cujo objetivo maior seja contar a vida da jornalista em sua totalidade e de forma linear, com começo, meio e fim. Como crítica aos trabalhos acadêmicos de cunho biográfico que tomavam os relatos de histórias de vida como única fonte necessária para a tomada de conclusões nas Ciências Sociais, Bourdieu (2006) pontua que as vidas humanas não são dotadas de sentido, em ambos os significados da palavra, e pensar o contrário implicaria na submissão à falsa retórica romanesca que simplifica demais a existência. Assim, o sociólogo propõe que se leve em consideração elementos das vidas das pessoas que vão além dos que são definidos pelos seus nomes de registro e documentos que autenticam sua existência perante as instituições, e que eles não sejam considerados a partir da sucessão dos acontecimentos. Para o autor, não é possível compreender uma trajetória de vida sem antes ter um conhecimento prévio do campo que ela se desdobrou, sendo necessário também compreender a relação dessa trajetória com tantas outras nesse mesmo campo. Assim, a trajetória de vida de Elaine Borges é narrada por vestígios que a jornalista deixou ao longo do tempo, arquivando-se ao guardar documentos pessoais e também nos próprios jornais em que publicou seus textos, e narrada a partir dos relatos de familiares, jornalistas e intelectuais contemporâneos a ela, que além de fornecerem

¹

Forma popular como era tratado o jornal O Estado de S. Paulo.

informações importantes a respeito da jornalista, também narram suas próprias trajetórias no campo do jornalismo catarinense e na capital de Santa Catarina.

A estrutura do trabalho é dividida em dois capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo é feita uma análise das transformações da imprensa brasileira e catarinense, com foco em Florianópolis, durante as décadas de 1970 e 1980, relacionando-as com a trajetória de vida de Elaine Borges e de demais jornalistas da época, pensando as sociabilidades construídas em torno da profissão. Aqui é feito um diálogo com uma historiografia já existente sobre a temática e a primeira exposição das fontes orais, a fim de que se exponha os vestígios que possibilitam reconstituir sua trajetória. Tais depoimentos também servem de fonte não somente para reconstituir a trajetória da jornalista e a sua rede de sociabilidades construída em Florianópolis com o passar dos anos, mas para refletir a respeito das memórias sobre uma forma de fazer jornalismo.

O caminho percorrido por Elaine Borges, que é narrado através dos vestígios do seu acervo pessoal, também é costurado por depoimentos de familiares. Com base em trabalhos que abordam o trato com acervos pessoais, o acervo pessoal de Elaine Borges é brevemente apresentado aos leitores, que além de familiarizarem-se com os vestígios deixados pela jornalista, também ficarão a par dos critérios de seleção dos documentos para a análise. É feita também uma discussão a respeito da atividade exercida pela jornalista durante a maior parte da sua vida profissional, a reportagem. A profissão de repórter é historicizada nesse capítulo e pensada como uma atividade que coloca o jornalista numa posição de narrador de um tempo e de suas experiências. Além disso, uma breve discussão a respeito do caráter masculino da atividade de repórter é feita, visto que existem vários fatores que influenciam nas trajetórias profissionais dos autores das reportagens, sendo um deles o gênero. Por fim, o capítulo apresenta uma discussão a respeito da reportagem como gênero jornalístico e sua relação com os demais gêneros, relacionando com o estilo das reportagens de Elaine Borges.

É importante considerar que os relatos dessas “testemunhas-sujeitos” não são mero resultado de coleta de dados, mas também uma nova forma de compreender o envolvimento do historiador com seus sujeitos e problemas de pesquisa (LOZANO, 2006). Além disso, nos estudos de histórias locais, às vezes as pessoas são negligenciadas na narrativa do historiador quando este dá maior atenção à descrição do espaço e do contexto político. Além disso, muitas vezes dados estatísticos por si só não bastam para dimensionar e explanar o cotidiano das relações pessoais (SAMUEL, 1989). Por isso a necessidade de buscar interpretações sobre

o dia-a-dia do fazer jornalístico em Florianópolis a partir dos relatos de quem a vivenciou nas décadas de 1970 e 1980.

A partir da submissão do projeto da pesquisa na Plataforma Brasil para encaminhamento ao Comitê de Ética, foram feitas entrevistas com gravadores, que mais tarde foram transcritas e analisadas. Para obter uma interpretação qualitativa do processo da vinda dos jornalistas “de fora”, foram realizadas entrevistas temáticas com três familiares de Elaine Borges e três profissionais que vieram para Florianópolis na década de 1970. Não foram feitas entrevistas com a totalidade dos jornalistas “de fora”, pois nem todos responderam ao contato inicial e o tempo para a pesquisa foi um fator limitador, mas por se tratar de uma análise qualitativa, os relatos recolhidos já trouxeram dados suficientes para o desenvolvimento do trabalho.

Levar em conta as trajetórias dos entrevistados, além de complementar as fontes do acervo pessoal e dos periódicos consultados, confere importância às subjetividades das pessoas na construção do conhecimento histórico. A *versão* da história dos entrevistados possui a mesma legitimidade que as versões provenientes das outras fontes, o que não as isenta de uma análise crítica e problematizada tal como é feito com o acervo pessoal e os periódicos.

Nas entrevistas, foi pedido ao sujeito-narrador que iniciasse a conversa contando um pouco sobre o começo de sua trajetória profissional – se fez curso universitário, quando começou a exercer o jornalismo, como conseguiu o emprego, em quais jornais trabalhou, quais funções exerceu, como conheceu Elaine Borges. Depois, a conversa foi encaminhada de forma a debater questões relacionadas às experiências de trabalho, procurando a temática das transformações no jornalismo e de Florianópolis da época e as condições dos jornalistas durante a ditadura militar. Para os familiares, foi perguntado sobre a formação cultural e experiências de vida de Elaine Borges no Rio Grande do Sul, até sua vinda para Florianópolis. De caráter temático, as entrevistas tentam dimensionar as trajetórias individuais que dão indícios das experiências vividas em um determinado contexto social e político comum a esse grupo de pessoas, como tais sujeitos-narradores utilizam o dispositivo da memória para contar seus projetos de vida relacionados ao contexto histórico no qual estavam inseridos. Não é o objetivo da pesquisa criar longas biografias de cada entrevistado, por isso a todos foram feitas perguntas básicas cujas respostas serviram de alicerce para os outros assuntos. Evitou-se também fazer da “informação oral somente uma ilustração dramatizada dos argumentos teóricos e das categorias abstratas” (LOZANO, 2006, pág. 23), mas sim tentar analisar a

própria subjetividade dos depoimentos coletados, interpretando-os e situando-os historicamente.

É importante levar em conta que Elaine Borges e os demais jornalistas são analisados a partir de uma ideia de geração que não os situa a partir de um critério etário mas sim por algumas semelhanças em suas trajetórias profissionais e pela forma de conceber e praticar jornalismo durante a ditadura militar na cidade de Florianópolis. A geração é um conceito *elástico* (SIRINELLI, 2006), variável e de difícil definição. No caso do presente trabalho, considera-se que o fato inaugurador dessa geração de jornalistas é a expansão do mercado de trabalho no campo jornalístico ocasionado pela modernização da imprensa catarinense no início da década de 1970. É também caracterizada por algumas semelhanças de classe, gênero e raça, por abranger sujeitos homens, detentores de certo capital cultural e de raça branca. Elaine Borges era considerada, no meio jornalístico do qual fazia parte, uma das pioneiras no jornalismo catarinense, junto com outras profissionais mulheres.

No segundo capítulo é feita a apresentação e a análise das matérias escritas por Elaine Borges e publicadas no periódico de circulação regional *O Estado*, em 1972; e o periódico de circulação nacional *O Estado de São Paulo*. A ideia é perceber diferentes formas de representar Florianópolis em diferentes impressos com diferentes abrangências, atentando para o estilo, conteúdo e a temática dos textos, bem como a forma que são construídos e o espaço que ocupam na materialidade dos jornais. Foram feitas tabelas com objetivo de expor a empiria do capítulo em questão, organizando as reportagens por edição, ano, caderno, página, título, assunto, etc. É feito também o histórico dos jornais no período compreendido pela dissertação. Assim, pretende-se refletir a respeito da historicidade dos periódicos, problematizá-los e analisá-los conforme suas especificidades, assim como as reportagens escritas por Elaine Borges. Para isso, é levado em conta a atividade do jornal na história do país para percebê-los não apenas como veículos de fatos nos diversos momentos do Brasil.

Não é a intenção nesse trabalho analisar as práticas de leituras individuais e particulares, mas sim o conteúdo das reportagens publicadas sobre Florianópolis que possivelmente, de uma forma ou de outra, tiveram importância na constituição das identidades da capital catarinense. Não é o foco uma discussão pautada em teorias de receptibilidade nem é o foco principal um público leitor, mas sim pensar a partir do próprio jornal, de sua repórter e do conteúdo das matérias num contexto de modernização da capital catarinense e de sobreposições de diversas temporalidades num mesmo espaço.

Por fim, são retomadas de maneira resumida as principais discussões presentes nos capítulos anteriores, bem como a reflexão do problema da pesquisa, se foi respondido da maneira que se imaginava no início do curso ou se foi encaminhado por outras vias. Serão descritos os resultados alcançados bem como as dificuldades enfrentados no processo de pesquisa e escrita da dissertação. A conclusão deve pontuar que a intenção do trabalho não é esgotar a temática, mas sim ser uma contribuição para os estudos de cidades, identificações e pesquisas que têm como fonte os acervos pessoais, documentos impressos e fotográficos. O objetivo é apresentar uma dissertação que contemple as discussões pertinentes à História do Tempo Presente sem encerrar questões que, dependendo da problemática, ainda podem ser muito exploradas.

CAPÍTULO 1: NOVOS ARES NO JORNALISMO CATARINENSE

1.1. AS TRANSFORMAÇÕES DA DÉCADA DE 1970

A história do jornalismo, dos jornalistas, do fazer jornalístico, suas transformações no curso do tempo e sua relação com diversos atores sociais não é novidade nas pesquisas acadêmicas. Há uma extensa produção intelectual que explica certas alterações desse campo e que deve ser brevemente retomada, a partir de alguns autores, para iniciar a discussão que se pretende fazer no presente capítulo.

A consolidação do caráter empresarial da imprensa deu-se no início do século XX. Estruturando-se nos moldes capitalistas, atendeu aos anseios da burguesia que ascendeu ao poder com o fim do regime monárquico. Durante as disputas políticas que despontaram em diferentes cidades do país, a imprensa teve participação ativa, influenciando e sendo influenciada pela pequena burguesia urbana. Como o rádio ainda era incipiente no terceiro decênio do século XX, a imprensa era a principal arena das lutas eleitorais. Foi prejudicada com a instalação do regime ditatorial do presidente Getúlio Vargas, em 1937, sofrendo censuras até o fim do Estado Novo em 1945 (Sodré, 1999). De 1950 até o golpe civil-militar de 1964, os jornais voltam a ser componente importante da arena política, posicionando-se a respeito dos principais eventos, a exemplo do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que a princípio defendeu a posse de João Goulart, mas apoiou o golpe que o destituiu dois anos depois. Passado algum tempo, o mesmo jornal passou a tornar públicas as violações de direitos humanos do próprio regime que ajudou a instaurar anos antes (Gaspari, 2002). Profundas mudanças no mercado jornalístico no Brasil ocorreram ao longo da ditadura militar, principalmente no que diz respeito à administração, que passou a adotar um caráter ainda mais empresarial com foco na competitividade. Por essa razão, muitos jornais foram compelidos a modernizarem suas técnicas de apresentação gráfica e diagramação, o que exigia maior investimento financeiro (RIBEIRO, 2006).

Já em Florianópolis, as primeiras três décadas do século XX foram marcadas pelas profundas transformações do espaço físico, dos hábitos e dos costumes. A tão almejada modernidade republicana serviu de estímulo para a derrubada de antigos casarões imperiais, bem como o alargamento das ruas com inspiração nos *boulevards* franceses, além da instauração de projetos de higienização. Novas tecnologias passaram a fazer parte do cotidiano da burguesia que tinha condições de usufruir alguns lazeres e comodidades a partir do uso dos primeiros automóveis, gramofones e máquinas de datilografia. As primeiras redes

de água encanada foram instaladas em 1909, e a iluminação pública e elétrica passou a jogar luz no espaço urbano no ano seguinte. Já a rede de esgotos levou um pouco mais de tempo, com obras iniciadas em 1913 que se estenderam até 1917. Dois anos depois, diversas áreas foram aterradas e drenadas, tendo início a construção da Avenida do Saneamento, hoje conhecida como Avenida Hercílio Luz (ARAÚJO, 1989).

De acordo com Mata (1996), é neste momento de grandes transformações urbanas que é fundado em Florianópolis o jornal *O Estado*, impresso diário de circulação regional. De caráter popular, o jornal selecionava e publicizava notícias do cotidiano florianopolitano, cujo conteúdo era geralmente de cunho político, cultural, social, econômico, religioso e educacional. A primeira edição é de uma quinta-feira, 13 de maio de 1915, composto por quatro páginas com textos de fácil entendimento para a população letrada da época. Foi impresso em oficina do próprio periódico, à época localizada na Rua Jerônimo Coelho, nº 8, no centro de Florianópolis.

Os jornais existem em Santa Catarina, na verdade, desde o século XIX, mas principalmente a partir dos primórdios do século XX. Eram impressos em Florianópolis, Joinville, Blumenau e demais municípios, mas nenhum deles tinha uma circulação que atingia cidades mais distantes de suas regiões. Tal alcance só ocorre a partir da década de 1970, sendo o jornal *O Estado* o pioneiro neste quesito. O maior alcance do jornal é uma tentativa de competir com o recém-inaugurado *Jornal de Santa Catarina*, o “Santa”, em 1971 em Blumenau. O jornal chegou ao mercado com novas tecnologias e com jornalistas profissionais do Rio Grande do Sul, e instala também uma sucursal em Florianópolis. Para competir com o jornal recém-chegado, *O Estado* implantou novas sucursais em diferentes regiões e garantiu maior profissionalização na equipe, dando início à sua fase áurea. Diz-se que o jornal investiu em profissionalização porque, até esse momento, era composto por pessoas cuja formação não era na área do jornalismo, portanto, não possuíam experiência formal, e depois passou a contratar profissionais com formação universitária e/ou que já haviam experienciado o trabalho em outras redações (BUDDE, 2013). De 1969 até meados da década de 1970, houve um gradual rearranjo das redes cooperativas no meio cultural e a continuidade do processo de profissionalização dos jornalistas iniciado nos anos 1950 (PEREIRA, 2009).

Em termos técnicos, *O Estado* passou a investir também numa moderna “off-set”², abandonando a rotoplana³ da antiga sede na Rua Conselheiro Mafra. Trocou-se o “gilete

² O termo “offset” é derivado de “offset lithography” (algo como “litografia fora-do-lugar), pois a impressão é indireta, ao contrário da litografia, que durante a impressão o papel mantinha contato direto com a matriz. A

press”⁴ pelos telex e teletipo⁵, de forma que já não se dependia mais de outros veículos de comunicação para a escrita e a publicação de matérias nacionais e internacionais, pois já se contava com a produção de notícias atualizadas nas próprias agências locais. Para as fotografias, buscou-se ir além das comuns imagens de autoridades e personalidades influentes para ilustrar as matérias, pois o *O Estado* passou a exibir junto dos textos imagens com uso da telefoto⁶, da radiofoto⁷ ou da foto produzida localmente (PEREIRA, 1992).

A sede do *O Estado* também foi uma das grandes mudanças realizadas pela empresa. Não mais da Rua Conselheiro Mafra, na década de 1970 já estava localizado na Rua Felipe Schmidt, também no centro da cidade. Era lá o local de trabalho de muitos jornalistas, inclusive os gaúchos. Mais tarde, em 1976, o jornal teria sua sede na rodovia SC-401, próximo ao bairro Monte Verde, que fora construída especificamente para abrigar a redação (BUDDE, 2013).

Tal modernização coincide com um período da ditadura militar do chamado “milagre econômico”. O engenheiro Colombo Salles foi indicado pelo próprio regime militar, governando Santa Catarina de 1971 a 1975, o que, segundo Faccio (1999), possibilitou-lhe grande quantidade de recursos financeiros para pôr em prática as obras propostas. De acordo com a autora, seu Plano de Governo, o “PCD - Projeto Catarinense de Desenvolvimento”, foi inspirado no I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Médici. Assim, a partir desse plano, investimentos de infraestrutura urbana foram realizados na cidade, como o Aterro da Baía Sul, a Ponte Colombo Salles e rodovias finalizadas em diferentes bairros de Florianópolis. Vale lembrar que já existiam na cidade a UFSC, a UDESC e a ELETROSUL desde 1960, 1965 e 1969, respectivamente, responsáveis pelo crescimento do número de

técnica offset é utilizada desde a metade do século XX e é ideal para a impressão em grandes quantidades, pois o papel percorre a máquina com pouca necessidade de intervenção humana durante o processo.

³ As impressões em rotoplana eram mais lentas, necessitavam de atenção humana, e imprimiam as páginas já dobradas.

⁴ Jargão jornalístico que significa copiar informações e notícias de outros veículos, mais comumente feito em rádios e jornais com pouca estrutura de produção.

⁵ Telex é um sistema internacional de comunicações com informação escrita muito usada até as décadas finais do século XX. Era baseado numa rede mundial com endereçamentos numérico e com terminais únicos que poderiam enviar mensagens escritas para outro terminal a partir do endereço. O teletipo possui tecnologia semelhante, pois também era usado para enviar e receber mensagens escritas por meio de um canal de comunicação.

⁶ Desenvolvidas na década de 1920, as telefotos eram equipamentos que enviavam imagens. As fotografias em preto e branco eram convertidas em impulsos elétricos, que possibilitavam a transmissão por linha telefônica em que a máquina era ligada.

⁷ Também serviam para o envio de imagens, mas eram transmitidas por meio de radiodifusão.

servidores públicos, aumentando consequentemente a população da cidade e a expansão da malha urbana e a dinamização da economia.

Segundo Lohn (2002) é na década de 1970 que Florianópolis passa por uma profunda mudança em sua região central a partir do Aterro da Baía Sul, da construção de uma nova ponte ligando ilha e continente e da intensa expansão imobiliária. É também durante esse período que a cidade perdeu seu caráter marítimo e passou a ser uma cidade rodoviária. Antes da instalação da ponte Hercílio Luz, em 1926, o mar era o principal meio de conexão com o continente e a população deslocava-se de um ponto a outro da Ilha com embarcações para não depender das vias terrestres ainda precárias.

Mesmo após a construção da primeira ponte, durante décadas, o cotidiano urbano no centro e áreas próximas convivia com as águas marítimas, com uma língua d'água a poucos metros de quem caminhava na região central. A partir dos aterramentos, esse cenário foi alterando-se gradativamente. Tais aterros eram feitos basicamente com entulhos e terras que as pessoas pouco a pouco despejavam no mar, até formar alguns metros de superfície estável que, com a colocação de mais terra, transformou-se em um novo espaço de circulação e de ocupação urbana, sem evidentemente se ater a nenhuma espécie de planejamento. Esse planejamento só ocorreu com o grande aterro hidráulico da Baía Sul, cujo objetivo havia sido previamente delimitado, com a dragagem de muitos de metros cúbicos de terra do fundo do mar, criando uma extensa área utilizada para a construção dos acessos à segunda ponte, que a Ilha rompeu inteiramente com seu passado marcado pelo uso do mar para locomoção. Lohn (2002) explica que esse futuro, consolidado na década de 1970, já vinha sendo planejado décadas antes e a linha d'água que circundava a cidade já vinha sendo cada vez menos desejada.

Desenvolvimento e Modernização, obra consagrada do sociólogo e folclorista Nereu do Vale Pereira publicada em 1974, trata da modernização da capital catarinense de forma arrojada para a época. O autor compara a modernização no centro de Florianópolis a uma metamorfose, sempre pontuando a sensação de instabilidade das décadas de 1950 e 1960. De acordo com Pereira, sua pesquisa resulta de angústias relacionadas às alterações estruturais da sociedade florianopolitana a partir da metade da década de 1960, que “parecia sacudir os alicerces de um comodismo histórico e idiossincrático em relação ao desenvolvimento da capital do estado barriga-verde e, particularmente, em relação à pesquisa e aos estudos catarinenses” (PEREIRA, 1974, pág. 10). O sociólogo se deparou com o desafio de explicar a aparente modernização de Florianópolis, percebida pelo grande crescimento da construção

civil, frente a estagnação de atividades econômicas tidas como dinâmicas, principalmente as relacionadas ao setor secundário da economia.

Diferentemente de outros trabalhos da época, o autor não baseia seu trabalho na relação entre modernização e industrialização, afirmando que as transformações de Florianópolis davam-se a partir do setor terciário da economia, ou seja, a partir do comércio e dos serviços públicos, grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico da capital. Além de observar a questão da modernização como experiência e como construção de práticas e sentidos, o sociólogo dá ênfase ao crescimento da estrutura física da capital em consonância com períodos de prosperidade econômica, com base no comércio e no aumento do setor público, sendo a construção civil o principal “termômetro”. Usa grande variedade de fontes: pinturas e fotos da cidade, dados estatísticos, jornais e revistas, bem como artigos e anúncios imobiliários, além de ter aplicado questionários elaborados por ele mesmo.

A partir desse trabalho, Pereira identificou quatro momentos de maior desenvolvimento em Florianópolis, alternados por períodos de recessão ou inércia, chamando a atenção para os desdobramentos na economia da capital da substituição em larga escala dos serviços de transporte marítimo pelo rodoviário para o escoamento da produção.

Por ter realizado sua pesquisa no final de década de 1960 e início da década de 1970, o autor experienciou o desenvolvimento da economia local, pontuando os elementos que ele acreditou serem possíveis para explicar o processo de modernização de Florianópolis. Estabelece os anos de 1961 e 1962 como marco de contestação do “velho” e da abertura da mentalidade florianopolitana para novos padrões comportamentais, sendo, portanto, a maior evidência da modernização e da metamorfose da cidade, que tal qual um inseto, estava na sua fase de crisálida.

Pereira comprovou suas hipóteses citando o afluxo de pessoas e ideias oriundas da instalação das universidades federal e estadual, a verticalização da cidade e o aumento da área urbana, já citadas anteriormente. O grande impasse que envolvia a conservação do “velho” e a superação do atraso a partir de um novo projeto urbano para o centro a partir da verticalização é somente um dos muitos dilemas que surgiam para os habitantes da cidade.

O ano de 1972, contudo, ainda era marcado pelo otimismo em relação às mudanças que atravessava a cidade. As maiores preocupações eram questões locais, a respeito da gestão pública ou da dificuldade de adaptação de algumas pessoas ao progresso da capital. Como o aumento na velocidade das experiências, próprio das metrópoles, ainda não causava preocupação, as formas de crescimento da cidade eram os principais motivos de apreensão.

É, portanto, durante esse período que o jornal *O Estado* alcançou o seu auge, investindo na modernização da diagramação e adotando um formato semelhante ao que se fazia no restante do país, que se refletiram nas reportagens feitas na redação. Além de jornalistas profissionais de outros estados, o jornal contratou em 1971 o colunista Beto Stodieck, que se consagrou como um dos principais nomes do jornal do periódico no seu período áureo. Sua presença, junto com a de outros jornalistas profissionais na redação instituíram o momento em que *O Estado* começou a ser considerado como um impresso com tom menos político e mais informativo, objetivando uma profissionalização jornalística, ainda que fosse um jornal alinhado ao sistema político vigente e de existir censura à imprensa. Foi também no início da década de 1970 que começou uma mudança no fazer jornalístico, e a atividade se dava a partir da noção de que jornalismo era um serviço público, que deveria atender ao interesse público e atuar como campo intermediário entre a sociedade e os poderes hegemônicos.

De maneira geral, nos jornais, “moderno” refere-se ao que está na vanguarda, na moda, o que é contemporâneo, portanto, é a oposição ao “velho” e ao antiquado. A própria modernização de *O Estado* é uma demarcação do momento em que obteve maior destaque, justamente no período em que o país vivia sob ditadura militar que impunha censuras. Em suas páginas, o jornal defendia as premissas antigo PSD na mesma medida em que defendia o moderno e a modernidade na cidade e no próprio jornalismo. Enaltecia-se a modificação urbana da cidade, que substituía pouco a pouco o casario açoriano por prédios verticalizados na região central, ao mesmo tempo que permitia-se críticas a esse modelo, principalmente a partir das colunas de Beto Stodieck, que salientava a importância do patrimônio histórico e zombava dos personagens da cena política e empresarial da capital. De acordo com Budde e Vaz (2014), a existência de discursos contrários certifica uma maneira de mostrar-se como um jornal pluralista, na mesma medida em que se preocupava em não abrir mão das questões de maior interesse do regime autoritário e da legenda ARENA, a qual fazia parte o ex-governador Aderbal Ramos da Silva, dono do jornal.

É também durante esse período que há uma grande disputa não apenas em torno de quem pode ter a real legitimidade de reportar a cidade, mas principalmente de como reportá-la. Às vezes era chamada pelos habitantes mais antigos como “Ilha Formosa”, ignorando a parte continental, com o evidente objetivo de salientar as características naturais, ou como “terra dos manés”, forma inventada mais recentemente, sendo quase uma atualização do termo “açoriano” criado durante a II Grande Guerra, enfatizando a parcela cultural dos

habitantes com “raízes” na cidade. Em outros momentos a cidade é caracterizada como demasiadamente monótona, desprovida de atividades variadas e atrações culturais (FALCÃO, 2005).

Os jornalistas estão inseridos nessa acirrada disputa das representações da cidade, que fica ainda mais complexa em razão da própria proveniência desses profissionais que passaram a fazer parte da imprensa catarinense a partir da década de 1970. O fato de grande parte desses profissionais ter nascido no Rio Grande do Sul colaborou para o acirramento das disputas não somente em termos de inserção no mercado do trabalho, mas também em termos de legitimidade para descrever a cidade que estava se modernizando.

1.2. OS JORNALISTAS “DE FORA”

Sabe-se que as cidades são espaços que unem fatores como a concentração demográfica num território próximo, a divisão social do trabalho e a diversidade sociocultural dos seus habitantes. Com a emergência das grandes cidades na modernidade, pode-se juntar todos esses fatores citados à supremacia de uma economia monetária que rege a produção e a circulação das mercadorias, que pode ser associada a duas formas de individualismo que, embora contraditórias, são complementares: uma que fortalece a ruptura de todo e qualquer vínculos que submete uns indivíduos a outros, objetivando a manutenção da liberdade de movimento e igual tratamento para todos, e outra que busca garantir de qualquer forma a distinção a partir de certas singularidades, que busca romper com as tendências à padronização (SIMMEL, 2005).

Na contemporaneidade, as cidades, tal qual concebemos hoje, estabeleceram-se em praticamente todos os lugares do planeta a partir de processos sucessivos de urbanização e modernização que seguem ganhando impulso num ritmo acelerado, mesmo com variações e diferentes circunstâncias. Consequentemente, forma-se não somente um espaço que incorpora de milhões ou até mesmo bilhões de indivíduos às estatísticas, criando metrópoles e megalópoles, mas também a multiplicação de encontros e desencontros no espaço proporcionados pelos movimentos populacionais provenientes de desterritorializações e reterritorializações.

Por essa razão, torna-se visível um dos principais atributos da cidade, especialmente da cidade moderna, que é a consolidação como lugar de encontro de estranhos e do estabelecimento de fronteiras definidas por linhas às vezes porosas, às vezes intransitáveis, ora invisíveis e intangíveis. Ainda assim, tais fronteiras são frequentemente percebidas e em

constante processo de reconfiguração nas práticas cotidianas. Dito de outra forma, a cidade é um lugar de constituição de relações construídas por diferentes indivíduos e grupos que tornam-se próximos por curiosidade ou necessidade e ficam dispersos ou se afastam a todo momento pela natureza de nascidos nela ou fora dela, pelas divisões – sociais, culturais, raciais, de gênero e outras – que abrange, com todo o espectro de conflitos gerados pela cidade.

Florianópolis é uma cidade que serve de exemplo dessas principais características da cidade moderna. Mesmo sendo a capital do estado de Santa Catarina, sua população urbana somente superou a população rural na década de 1980, e foi tida até a década de 1970 por muitos de seus habitantes e visitantes como pequena, pacata e provinciana pela falta de uma movimentação econômica e cultural mais dinâmica. Tanto em periódicos locais como em depoimentos individuais é possível se deparar com uma representação de uma cidade cuja área urbana era ínfima, com contatos difíceis, e portanto raros, com outros espaços que faziam parte do município – esses quase todos relacionados à atividades agrícolas ou de pesca para a subsistência – devido à falta de rodovias de acessos e dos escassos dos meios de transporte. Além disso, tal imagem de cidade pequena é reforçada com as afirmações de que nela todas as pessoas se conheciam e encontravam-se nos mesmos lugares de sempre, mesmo que distinguidos pela classe social ou pelo gênero, pela cor da pele, pelas diferentes preferências político-partidárias e esportivas.

Porém é a partir do fim da década de 1960 e do começo da década seguinte que a Ilha de Santa Catarina transforma-se em cenário de transformações profundas que transcorriam em ritmo acelerado devido aos muitos investimentos públicos e privados, já citados aqui, concomitantemente ao “milagre econômico”. Quase que de forma simultânea, ela passou a ser a cidade de novos moradores vindos do interior de Santa Catarina, de outros estados da federação e até mesmo de outros países. Além disso, uma grande quantidade de turistas passou a frequentar a Ilha nas temporadas de verão, o elevando as chances de ganho, a diversificação dos sotaques e das preferências culturais. Tudo isso num curto período de tempo, se levarmos em conta que em somente em três décadas Florianópolis aumentou a população residente, passou por transformações nunca antes previstas por muitos de seus moradores, mas que observaram diante de seus próprios olhos o desaparecimento quase completo de uma cidade com a qual estavam familiarizados, e assumiu certos traços de aglomeração urbana populosa, cosmopolita e muito impessoal.

Na capital catarinense pode-se perceber alguns aspectos que lhe são próprios e que por essa razão merecem a citação. O turismo, em primeiro lugar, a migração interna e a imigração inseriram na Ilha grupos de novos moradores, alguns deles composto por pessoas que detinham elevado capital social e cultural, o que ocasionou fortes disputas por territórios e simbolismos e significativas reorganizações nas diversas redes locais, cujo objetivo era a apropriação da cidade, de seus usos, de seus símbolos, de sua memória e de sua história. Em segundo lugar, a nova configuração um tanto desorganizada, com a construção de vias, elevados, pontes e túneis conectando o centro urbano com os bairros mais longínquos, além da sua expansão demográfica, mesmo desordenando intensamente o meio social, não excluiu totalmente os elementos e atributos da antiga e pequena cidade, de forma que a população residente ou viajante, acaba por se acostumar ou é impelida a conviver a todo momento com hábitos, edificações ou engenhos de outras épocas. Tais particularidades de Florianópolis podem ser notadas com facilidade dos noticiários de periódicos locais ou nos enredos criados pelas lembranças de habitantes da Ilha, as quais abrigam recordações e nostalgias dependendo do lugar social de quem ativa a memória.

As lembranças possuem caráter subjetivo e por essa razão são muitas vezes consideradas como um fator que dá certa vivacidade às narrativas, dando a sensação, ao trazer para o texto depoimentos de pessoas, de maior proximidade humana. Contudo, por possibilitar a extração de dados que compartilha da experiência, ela é muitas vezes desqualificada como garantia de verdade ou direito exclusivo de possibilitar a verdade sobre qualquer assunto.

Sem dúvida, é possível lembrar de fatos ou pessoas de muitas maneiras diferentes, de acordo com a sensibilidade de cada indivíduo e de suas experiências que lhe dão fundamento. Não é possível, todavia, tomar a lembrança como um perfeito retorno ao passado feito por um relato. Isso porque o ato de lembrar atua de forma consciente e inconsciente ao selecionar aspectos do passado, deixando de lado ou esquecendo aspectos dolorosos de outras épocas. Além disso, o ato de lembrar envolve uma operação de acomodação que mistura de forma desigual experiências mais recentes e mais antigas. E, por fim, não se pode perder de vista que toda lembrança é resultado de uma compreensão fragmentada de algo, de uma apropriação individual que não abrange todas as experiências possíveis ocasionadas por um fato, evento ou relação pessoal. Por todos esses motivos, deve-se refletir sobre as lembranças sempre submetendo-as a análises como todas as outras fontes históricas, sempre comparando-as com

demais evidências empíricas para que se confira um estatuto de verossimilhança e, principalmente, sua potencialidade de entendimento de um momento passado.

As lembranças fornecem alguns elementos para compor histórias acerca da cidade de Florianópolis permeados por uma certa nostalgia em relação à cidade que não mais existe, ao mesmo tempo que carrega apontamentos de suas belezas naturais. Geralmente são exposições cunhadas por jornalistas, escritores e demais profissionais liberais, quase nunca elaboradas por historiadores, em que lamenta-se a propagação de símbolos urbanos, tais como os automóveis, as multidões que tornam todos anônimos e que se movimentam com ligeireza através de um espaço cada vez mais modificado e, ao mesmo tempo, mais estranho, ou também as influências cosmopolitas que acabam por menosprezar os antigos costumes. Os depoimentos analisados nessa dissertação também estão atravessados por essa nostalgia, seja por uma sensação de perda de uma cidade intocada, seja pela forma de se relacionar nos espaços da cidade que também não ocorrem mais da mesma maneira.

Assim, a nostalgia acaba por ser um elemento fundamental não só nas lembranças verbalizadas a partir de depoimentos orais, mas também em diversos trabalhos literários cujo objetivo é rememorar insistentemente estilos de vida ou uma época que evanesceu, sendo os vestígios a sensação de falta pelo que não mais existe e sua consequente angústia. São esses sentimentos que podem ser percebidos em diversos escritos que narram com certa lástima uma Florianópolis de um tempo passado, onde aparecem com frequência imagens de uma Ilha pacata e dócil, onde as pessoas conheciam todas as outras e compareciam nos mesmos espaços, o respeito aos mais velhos, às figuras de autoridade e aos valores cristãos era regra inquebrável, a natureza imaculada era dominante e a pesca garantia a manutenção da vida da população mais humilde. O próprio livro *Vozes da Lagoa*, lançado em 1995 por Elaine Borges, Bebel Orofino (responsáveis pela pesquisa e pelas entrevistas) e Suzete Sandin (responsável pelas fotografias) é um exemplo de uma produção que busca valorizar antigos moradores de Florianópolis que representam um estilo de vida e uma cidade já extinta a partir da modernização. O livro é um compilado de depoimentos de habitantes do bairro da Lagoa da Conceição, que contaram suas lembranças de vida numa cidade cujas formas lembradas não mais existem. Com auxílio da Fundação Franklin Cascaes e Fundação Banco do Brasil, o livro foi lançado como “um projeto de resgate da memória e que isto não significa estarmos buscando definir uma identidade cultural para a Lagoa da Conceição. Nosso entendimento é o de que a cultura é por si dinâmica e está em constante transformação” (pág. 17). Ainda assim,

o elemento que atravessa o livro e os depoimentos dos moradores é a nostalgia. O texto da contracapa diz:

As vozes, nesse livro, falam de um tempo que “não se comprava terreno, pedia para o vizinho um chãozinho para fazer uma casa e ganhava”. Quando ‘dinheiro não se precisava muito, porque tinha peixe’. É uma lavada na alma, um tempo para pensar, em meio a tanta truculência imobiliária e à mudança social vertiginosa pelos lados da lagoa. (BORGES, SCHAEFER, 1995, n.p.)

Entre os jornalistas que vieram para Florianópolis no começo da década de 1970, é possível afirmar que as motivações eram muitas e variavam de sujeito para sujeito. A partir das entrevistas realizadas, obteve-se diferentes respostas para a mesma pergunta, dando diferentes aspectos de cada trajetória de vida dos jornalistas dessa geração. Mário Medaglia é um jornalista gaúcho que veio primeiramente trabalhar no *Jornal de Santa Catarina* em Blumenau, mudando-se mais tarde para Florianópolis, onde trabalhou em *O Estado*, e afirmou que suas motivações estavam relacionadas a dois fatores: pelo mercado de trabalho que se abria na cidade e pelas características da ilha.

A ideia geral da gente era procurar um novo mercado de trabalho, como era o meu caso, e na época tinha emprego bastante, no nosso mercado de trabalho era muito bom, pela existência do *Jornal de Santa Catarina*. Principalmente na mídia impressa, tinham jornais que eram fortes concorrentes. Em seguida o “Santa” saiu em setembro de 1971 e *O Estado* virou jornal estadual em off-set em março de 1972, março ou maio. Bem em seguida. Os dois muito fortes, muita concorrência, o trabalho deu uma alavancada assim impressionante. (...) Eu fiquei aqui por duas razões: primeiro porque eu estava morando numa cidade muito boa, e segundo como eu *tava*... eu praticamente tive minha vida profissional toda aqui. Pra mim era uma experiência muito interessante, *tava* aprendendo muito. A cidade era muito boa (MEDAGLIA, depoimento, 2018)

A afirmação de que a cidade era “muito boa” está relacionada principalmente com as características geográficas, da quantidade de habitantes e dos atributos naturais. Ainda que a modernização não tivesse atingido até o momento várias rodovias que ligariam os diferentes bairros, causando certos transtornos para a locomoção, também dava ares paradisíacos à Ilha, nas palavras do jornalista. É, portanto, a questão atraso-modernização mais uma vez em conflito, dessa vez percebida na fala de Medaglia em relação à sua vivência na cidade.

A ilha era uma cidade pequena, não era cosmopolita como é hoje, as pessoas *tavam* começando a chegar, começando a descobrir. Quando a gente chegou aqui não tinha os acessos aos balneários, não tinha asfalto, era tudo estrada de chão. **Eu me lembro inclusive que ir para o sul da ilha era um inferno**, porque tinha uma poeira, quando ia para praia e quando voltava. Então era assim, a ilha era quase que primitiva. **Na verdade, um grande paraíso.** (*Idem*, grifos meus)

Nelson Rolim também é um jornalista gaúcho que exerceu a profissão durante muitos anos em Florianópolis e atualmente é dono e editor da Editora Insular. Sua trajetória difere-se

da de Mário Medaglia no que diz respeito às motivações para a vinda, ainda que tenha algumas semelhanças, principalmente em relação às belezas naturais. Mas Rolim foi motivado principalmente pela perseguição política que sofria no Rio Grande do Sul devido à sua militância em movimentos estudantis.

Conheci Florianópolis em 1969, como estudante. *Vim* com uma excursão da escola de engenharia e conheci isso aqui. Tu imagina o que era isso aqui em 1969. Então eu fiquei impressionado com o lugar, principalmente porque eu tinha recém entrado na faculdade de engenharia e eu não conhecia o mar. **Então pra mim foi uma coisa, né, fantástica. E a beleza da cidade, a beleza natural e tal.** E mais adiante assim, eu fui tendo algumas, eu tive a oportunidade, participando do movimento estudantil, de vir várias vezes aqui. (...) Até 1973 eu fiquei participando do movimento estudantil, com a UNE que *tava* na clandestinidade e tal, e isso me trouxe uma proximidade muito grande com Florianópolis em particular. Tinha aqui grandes amigos, companheiros de luta. Assim que, num determinado momento em que eu vivi uma situação bastante difícil no Rio Grande do Sul, tinha já saído no final de 1973, que eu fui obrigado a sair, perseguido pela repressão política. Fui pra Argentina, e em 1975, no final de 1975, quando eu *tava* retornando da Argentina eu fui preso no Uruguai e voltei pro Rio Grande do Sul numa situação muito complicada. Quando a repressão uruguaia me entregou pras autoridades brasileiras, me ameaçaram demais, eu tava muito temeroso, sem muita perspectiva. E foi um momento que eu decidi que sairia de lá. Na realidade, **eu queria sair lá do ambiente que eu tava muito visado.** Doce ilusão também... tanto que eu continuei sendo vigiado, fui procurado aqui também pela polícia, já em 1976. Consegui vir para cá em 1976. De qualquer forma, isso aí são circunstâncias que se juntaram e fizeram com que eu viesse para cá. **Eu vim porque era próximo, porque era belo e porque aqui tinha muitos companheiros da época, do movimento estudantil.** (ROLIM, depoimento, 2019, grifos meus)

A respeito da sua inserção no campo jornalístico de Florianópolis e a rede de sociabilidades aqui estabelecida, Rolim descreveu a cidade como um lugar pequeno que facilitava a convivência dos jornalistas que aqui trabalhavam à época, tendo o jornal *O Estado* como principal empregador e aglutinador dos jornalistas.

A cidade era pequena, nós éramos muito poucos. Aqui existia um jornal, o jornal *O Estado*, o jornal mais importante, comandava as ações da cidade. Se algo não fosse publicado no jornal *O Estado*, não existia, entende? Era assim, um veículo de máxima importância. Então como a gente trabalhava no jornal *O Estado* e, correspondentes, porque precisavam dos setoristas, dos repórteres, muitas vezes recorriam. A Elaine me pediu pra fazer matérias às vezes quando ela tava em férias e tal. E eu acho que essa, foi assim que a gente se aproximou, **a gente tava na mesma coisa, no mesmo bar, no mesmo ambiente, nós estávamos na mesma praça, nas mesmas ruas,** nós estávamos juntos, sempre. (Idem, grifos meus)

Mário Medaglia vê as características da cidade ao mesmo tempo como uma qualidade e um complicador, pois se a cidade pequena proporcionava certa tranquilidade, ela aumentava a possibilidade de encontros na região central, sendo quase impossível se desvencilhar das interrupções da caminhada, as paradas para conversas. Como trabalhava com jornalismo esportivo, Medaglia afirmou que era sempre parado para uma conversinha.

A cidade era muito boa. Imagina a Felipe Schmidt, por exemplo, andava... passava carro ainda, mas era tranquilo. Tinha o ponto de encontro do pessoal, o **Ponto Chic**. Se encontrava todo mundo, político, jornalista. Isso era bom e era ruim, bom porque a cidade era pequena, conhecia todo mundo... mas parar três, quatro vezes, não tinha como... (MEDAGLIA, depoimento, 2018, grifos meus)

Em suas crônicas, Beto Stodieck demarcou o “coração” da cidade entre a Praça XV e o ponto de encontro das ruas Francisco Tolentino e Felipe Schmidt. Segundo o colunista, Florianópolis orbitava a “Felipa”, como chamava a Felipe Schmidt, classificando-a como principal ponto de propagação de boatos – verdadeiros ou nem tanto –, das informações, da moda e do flerte. Para Stodieck, era um espaço para ver os outros e expor a si mesmo. Assim, a Felipe Schmidt era uma espécie de filtro e amplificador da cidade, de forma que se alguém viesse residir em Florianópolis, a população só teria ciência após avistá-la perambular pela rua, sendo submetida ao crivo dos comentários afiados dos moradores locais.

O Ponto Chic, também conhecido como “Senadinho”, era um café que servia como uma espécie de termômetro dos boatos no centro da cidade e também como palco de diferentes situações envolvendo os frequentadores. Na esquina oposta estava localizado a lanchonete Vic’s, que de acordo com o colunista Beto Stodieck, juntamente com o Ponto Chic, formava o principal ponto da fofoca e “o cérebro da imprensa ao vivo de Santa Catarina” (FONSECA, 2008).

A passagem dos carros citada por Medaglia, embora qualificada por ele como tranquila, configurava uma preocupação da época relacionada ao trânsito. Era pela Felipe Schmidt que os carros deveriam seguir para chegar até a cabeceira da ponte Hercílio Luz, à época a única forma ligação com o continente, até 1975. Os congestionamentos eram frequentes graças ao fato de a rua ser estreita e contar com grande circulação de pedestres, o que dava aos moradores de Florianópolis a sensação de estarem vivendo numa cidade grande, pelo menos naquele ponto da região central. O trânsito de fato era o indício mais aparente do crescimento populacional e da nova configuração que a cidade estava adotando. Foi exatamente para o trânsito dos carros que foram feitos os aterros, com a ampliação da área e com o sacrifício da paisagem do mar no centro da cidade. Os prédios no centro por si só já atraíam a atenção, mas o que mais atordoava os moradores era o efeito de aglomeração causado pela circulação nas ruas estreitas que disputavam espaço com os prédios e com os automóveis. A Felipe Schmidt era, portanto, o centro nervoso das ruas e ruelas estreitas e enredadas, condensando o caos causado pela modernização.

Tânia Piacentini não é jornalista. É ensaísta, tradutora, professora aposentada pela UFSC e atualmente é diretora do projeto Barca do Livros⁸, mas entrou no rol de entrevistados porque fez parte do convívio de Elaine Borges e juntas empreenderam projetos de propagação de cultura e de atividades intelectuais, como é o caso da “Barca”. Sobre os espaços de circulação de Elaine Borges, contou que embora a jornalista tenha residido por um tempo na Lagoa da Conceição, sua vida estava mais próxima do centro da cidade.

A Elaine não gostou de vir morar aqui [na Lagoa da Conceição], porque a Elaine não tinha muita locomoção, não tinha muito movimento, e **ela era uma mulher de cidade, de tomar café**. Claro, a gente fazia de tomar um cafézinho alí embaixo, mas como ela tinha um relacionamento muito grande com o Sindicato dos Jornalistas, com jornalistas, esses encontros se davam mais na cidade (PIACENTINI, depoimento, 2018, grifos meus).

A palavra café diz respeito não somente ao grão a partir do qual é feita a bebida, mas também está relacionada ao encontro, ao contato e à interação. Estes significados associados a esses estabelecimentos foram tomando forma com o passar do tempo, construídos, transformados e ressignificados desde os primeiros cafés. A partir do século XX, foi atribuído ao espaço dos cafés uma ideia de sofisticação, imagem e de distinção, associada a uma urbanidade que propunha um estilo de vida cosmopolita, que reproduz práticas e representações das cidades na contemporaneidade (CAVEDON; FANTINEL; FISCHER, 2014).

No centro de Florianópolis, os principais pontos dos cafés ficavam ao redor da Praça XV e em ruas próximas. Comerciantes e políticos locais do final do século XIX reuniam-se no Café Commercial e no Café Natal, em frente ao local em que hoje está localizado o monumento ao Coronel Fernando Machado. Já no século XX, em 1946 e quase em frente à Catedral Metropolitana, instalou-se inicialmente o Café Gato Preto. Na esquina da Praça XV com a Felipe Schmidt estava localizado o Café Popular, chamado depois de Café Nacional, muito frequentado por figuras como Nereu Ramos e demais políticos da época (SILVA, 1999).

Mas, para essa geração de jornalistas, o principal ponto de encontro era o Café Ponto Chic. Segundo Richter (2008), o café foi inaugurado no final da década de 1940 e converteu-se num dos locais de encontro dos que queriam conversar sobre política, esportes,

⁸ O projeto Barca dos Livros existe no bairro Lagoa da Conceição desde 2007. Foi criada com o objetivo de estimular a prática da leitura na comunidade e estabelecer um ponto de cultura. Para além de ser uma biblioteca com um acervo de livros disponíveis para consulta e empréstimo, o projeto realiza desde sua fundação passeios de barco na lagoa, leituras de livros infantis e grupos de discussão de obras literárias. Teve como sócia fundadora Elaine Borges, junto com Tânia Piacentini e muitos outros nomes.

cultura ou outros assuntos comentados na cidade, como afirmou Medaglia. Esse espaço de sociabilidade ganhou proeminência em setembro de 1978, a partir da criação de uma sociedade que reunisse os frequentadores mais fiéis do estabelecimento. A sociedade foi intitulada de *Senatus Populusque Florianopolitanus* – S.P.Q.F, ou “Senado para Qualquer Fofoca”, como chamavam alguns por brincadeira. Esse grupo, de acordo com o autor, ficou conhecido na cidade e passou a fornecer diplomas todos os anos para quem era eleito com o título de senador. Justamente o primeiro diploma a ser entregue foi para o ex-presidente general João Baptista Figueiredo na ocasião da sua visita a Florianópolis e com a propagação do evento pela imprensa, como uma reportagem escrita por Elaine Borges para o *Estadão*⁹, o Senadinho tornou-se ainda mais conhecido como ponto tradicional da cidade de Florianópolis.



Figura 1: Vento sul na Praça XV de Novembro (Foto por Elaine Borges)

No decorrer das últimas décadas do século XX, a série de alterações urbanas e demográficas que aconteceram em todo o mundo ocasionaram profundos fluxos culturais, produtos da forte presença da elevada população migrante em regiões urbanas (GUPTA; FERGUSON, 2000). Essas transformações nas cidades e os contatos entre diferentes culturas não somente geraram complexas relações pautadas em apropriações e negociações, mas também em rejeições por alguns grupos sociais compreendidos no processo. Soma-se a isso o aprofundamento dos efeitos da modernidade e da globalização, modificando a maneira com que os indivíduos e os grupos sociais medeiam suas identidades (HALL, 2003).

⁹ A reportagem citada será analisada no capítulo 3.

No Brasil, as cidades consideradas de médio¹⁰ a grande¹¹ porte representam os espaços em que ocorreram situações dessa natureza, visto que esses núcleos urbanos se converteram em encruzilhadas nas quais diversas referências procedentes dos fluxos de migrantes se chocam com aquelas compartilhadas pelas populações consolidadas há mais tempo. É o que Elias (2000) apontou como o que parecia ser uma regra em qualquer relação envolvendo grupos já estabelecidos e grupos composto por sujeitos “de fora”, os *outsiders*, de tal forma que o primeiro confere a seus membros aspectos humanos superiores; removendo os membros do outro grupo do contato social com seus próprios membros.

A respeito das cidades médias, como é o caso de Florianópolis, tais contatos tornam-se proeminentes quando se considera as características dos migrantes que a elas se destinavam. Tais migrantes, em sua maioria, eram formados por grupos vindos de grandes cidades ou metrópoles, e que dispunham de elevado grau de qualificação. Dessa forma, em oposição à presença de trabalhadores não especializados, os aspectos desses migrantes os fizeram com que recebessem considerável visibilidade nas cidades de destino (ANDRADE; SANTOS; SERRA, 2001). Ficaram ainda mais em evidência quando ponderadas suas capacidades para as disputas no mercado de trabalho local e quando passam a questionar certas práticas e referências simbólicas próprias do dia-a-dia dos habitantes mais “antigos”.

No caso do estado de Santa Catarina, mais especificamente em Florianópolis, os conflitos giravam em torno dos considerados ilhéus, ou seja, os nascidos na Ilha, e dos ditos forasteiros. Esse debate esteve nas páginas do próprio jornal que empregou Elaine Borges em sua chegada na ilha, *O Estado*. Fonseca (2008) analisou algumas colunas de Beto Stodieck para o periódico durante a década de 1970, em que o colunista fez críticas a uma parcela da elite local e seus projetos de cidade baseados no mercado imobiliário e aos forasteiros que, ao chegarem, queriam impor-se diante dos “catarinas”. Mesmo assim, explica o autor, o colunista também não fazia parte dos que, mais tarde, tentaram usar do termo “manezinho” como tática de positividade identitária dos nascidos na Ilha, pois segundo ele, o legítimo manezinho se recusaria a ser chamado de algo tão pejorativo quanto “mané”.

Os embates relacionados à presença de turistas na capital passavam por questões como o debate sobre a Farra do Boi, o trânsito tumultuado em função da grande quantidade de automóveis e o brusco aumento da procura por produtos durante a temporada de verão. Porém, outro embate tão latente quanto os levantados em torno da atividade turística dizia

¹⁰ No urbanismo, são consideradas cidades que possuem uma população entre 50 a 100 mil habitantes

¹¹ Aqui são levadas em conta as cidades com população superior a 500 mil habitantes.

respeito a uma população que, diferentemente dos turistas, não era passageira. Eram pessoas que vinham para Florianópolis com a finalidade de estabelecer moradia, e esses novos habitantes acabavam por fazer emergir conflitos relacionados a disputas no mercado de trabalho e ao questionamento das referências simbólicas que faziam parte do cotidiano dos ilhéus e moradores antigos (FRANZONI, 1993).

Fantin (2000), ao tratar das disputas envolvendo os nativos e os gaúchos, diferencia os três perfis das pessoas consideradas “de fora”. O primeiro perfil é composto por pessoas pertencentes às camadas médias com ensino universitário, que também são chamados de “estrangeiros”; as pessoas pertencentes às classes populares, considerados “migrantes”; e as pessoas de classe mais elevada, chamadas de “investidores” e “empreendedores” (pág. 41). Nesse sentido, o grupo de jornalistas gaúchos se enquadra na categoria “estrangeiros”, proposta pela antropóloga.

Um evento que contribuiu ainda mais para o acirramento das disputas envolvendo profissionais gaúchos e profissionais nativos deu-se em maio de 1986, quando os três principais jornais de Santa Catarina – *O Estado* em Florianópolis, *A Notícia* em Joinville e o *Jornal de Santa Catarina* em Blumenau – passaram a lidar com a intensa concorrência do recém-chegado Diário Catarinense, do grupo gaúcho RBS. Sua chegada em Santa Catarina contribuiu inclusive para o fim do jornal *O Estado*, que não estava preparado para lidar com a concorrência e nem tinha ciência disso na época (BUDDE, 2013). De acordo com os três perfis de pessoas “de fora” observados por Fantin (2000), os proprietários e executivos da RBS podem ser classificados como os “empreendedores” e “investidores” das classes mais elevadas. A autora observou também que a empresa adotou uma estratégia para lidar com a rejeição em Florianópolis, dando um toque local às suas produções a partir da contratação de profissionais – jornalistas, colunistas sociais e comentaristas esportivos – que de alguma forma tinham sua história vinculada à história da cidade, que fossem “manezinhos” ou figuras conhecidas pela população local. Assim, a empresa em certa medida neutralizou sentimentos “antigaúchos”.

A respeito de um possível estranhamento por parte dos moradores mais antigos em relação à sua chegada na Ilha, Medaglia apontou que a principal questão não era tanto a colocada pelas diferenças comportamentais, mas sim pelo fato de ter nascido no Rio Grande do Sul. O jornalista supõe que esse conflito era relacionado ao mercado de trabalho que estava sendo preenchido principalmente por profissionais de outros estados, o que acabou preocupando os “nativos”.

Aqui o estranhamento maior sempre foi o fato da gente ser gaúcho. Isso aí pesava muito. Tinha muita gente que não aceitava, **não sei se se sentindo ameaçada por causa do mercado de trabalho... isso sim, isso tinha um certo peso.** Tinha que driblar um pouco isso, às vezes fingir que não ouvia coisas, entendesse? Até compreensível, na época. Hoje eu não entendo mais, não aceito mais isso. Mas na época era compreensível. Mas da parte da Elaine, nesse aspecto, até ela era mais, assim, ela era mais desligada nisso, sabe? Não se importava. (MEDAGLIA, depoimento, 2018, grifos meus)

Rolim colocou a questão em perspectiva e ponderou que a vinda dos jornalistas gaúchos na verdade era um movimento que fazia parte de um processo maior, que já acontecia há bastante tempo e que acontece até hoje, o que ele chamou de “diáspora gaúcha”. Para o editor, os movimentos migratórios envolvendo pessoas nascidas no Rio Grande do Sul não eram próprias do campo jornalístico, mas dos mais diversos grupos sociais que, a partir de diferentes motivações, decidiram migrar. Do seu ponto de vista, o fato da cultura gaúcha estar fortemente relacionada a determinadas práticas e valores acabava por criar nos sujeitos nascidos no Rio Grande do Sul uma certa identificação, criando conseqüentemente uma maior proximidade.

Olha, a diáspora gaúcha não é só no jornalismo. Os gaúchos se espalharam por todo o Brasil, assim como os nordestinos, saíram do Nordeste e foram pro resto do país, principalmente pra São Paulo. Mas o gaúcho é bastante interessante. Porque o gaúcho tem uma cultura bastante expansiva, em expansão, eu diria. Muito forte, muito bem trabalhada por gerações da década de 1940, 1950. **E isso eu acho que faz com que a gauchada mais ou menos fique junta.** E veja que... eu acho que então tem essa característica. **Não é só uma migração interna em busca de trabalho, mas é também uma migração que se sustenta numa base cultural.** Essa base cultural é tão impressionante que ela tá em todo mundo, ela tá em Nova Iorque, ela tá em Amsterdã, ela tá em Tóquio, ela tá na China, ela tá em todos os lugares, ela tá em Paris. Tem CTG's, que é uma organização que a gente pode até questionar por alguns valores conservadores que tem, mas a verdade é que tá em todo o mundo. E isso é um fenômeno super interessante. Então acho que é isso também que faz com que mais ou menos andem juntos. **Mas eu conheci a Elaine aqui, portanto não foi organizado. Nem eu vim organizado pra cá.** (ROLIM, depoimento, 2019, grifos meus)

De acordo com Kaiser (1998), a cultura gaúcha é composta por sistema de símbolos que asseguram certos estereótipos, promovem a invenção de tradições e organizações de grupos pautados na solidariedade. Para o autor, os gaúchos criam e conservam o sentido de sua identidade através do culto a certos valores morais, de práticas sociais seletas e de um discurso tradicional glorificante das características étnico-regionais. Por essa razão, o autor os enquadra como grupo étnico em seu sentido de organização, por fazerem uso da identidade étnica para si mesmos e para fins de interação.

Assim, ainda segundo o autor, a cultura gaúcha concentra no interior de um mesmo sistema de representação comunidades étnicas diversas que compartilham categorias baseadas

na fronteira, na ideia de pioneirismo, no trabalho de transformação da natureza, na colonização e na conquista. Dessa forma, os gaúchos fora do Rio Grande do Sul, independentemente de serem descendentes de europeus, africanos ou indígenas, referem-se ao Rio Grande do Sul como seu território de origem, de modo que tal origem representa o símbolo de maior relevância das identidades étnicas possíveis no universo gaúcho.

Contudo, no caso dos jornalistas aqui estudados, ser gaúcho está muito mais relacionado ao lugar de nascimento do que à prática efetiva do conjunto de hábitos tidos como próprios da cultura gaúcha, como a participação em Centros de Tradições Gaúchas, uso de vestimentas “tradicionais” como o vestido de prenda e a pilcha, consumir chimarrão, viver uma vida relacionada ao cotidiano do campo e defender valores relacionados ao trabalho e ao pioneirismo, como citado anteriormente. De qualquer forma, os jornalistas que vieram residir e trabalhar em Florianópolis trouxeram consigo traços suficientes para serem identificados como gaúchos, como o sotaque.

Sobre a afirmação de Rolim de que mesmo que a migração gaúcha não era um movimento organizado, no sentido de que não era planejado em grupos de pessoas do Rio Grande do Sul, é importante salientar que ainda que não seja um processo totalmente coletivo, ele também pode, como qualquer movimento migratório, contar com a ajuda de pessoas que, a partir da identificação e do contato anterior no estado de origem, auxiliam na chegada na Ilha. Elaine Borges foi uma das pessoas que contou com uma rede de apoio, ainda que pequena, até se estabelecer em Florianópolis. Elaine Borges e Tania Piacentini conheceram-se justamente no momento em que a primeira organizava sua vinda para a capital catarinense e contava com apoio de pessoas do Rio Grande do Sul.

Conheci ela lá na casa desse casal, na praia de Itaguaçu... E a Elaine *tava* lá na casa dessa moça, desse casal, porque eram gaúchos e se conheciam de Porto Alegre. E em seguida a Elaine veio pra ilha e foi morar com a Virgínia, acho que foi logo depois... (PIACENTINI, depoimento, 2018)

Piacentini também é de fora, mas não tão de fora assim. Nasceu em Nova Veneza, no Sul de Santa Catarina, e veio para Florianópolis para fazer faculdade e já vive há mais de cinquenta anos na cidade. Para ela, com o passar do tempo as pessoas nascidas em outros lugares acabam se integrando na sociedade, perdendo um pouco o estigma.

Então a gente acompanhou toda essa transformação da cidade de Florianópolis, o crescimento dela, a vida cultural dela, como foi aumentando e tal. E essa coisa muito interessante que é os de fora na cidade, né? Porque na verdade, hoje em dia não tanto, mas quando nós chegamos aqui era uma coisa assim, mulheres fazendo faculdade, morando em casa de estudantes, só mulheres, sozinhas, e depois também como a cidade recebia a gente. **Aí entramos realmente na vida da cidade**, como

profissional dentro da UFSC, foi o tempo todo essa relação com a cidade em si. **Eu acho que deixamos de ser estrangeiras**, deixamos sim. Porque de repente tem tanto... tem tanta gente que conhece... E depois também, eu não voltei pra cidade, nós não voltamos (Idem, grifos meus).

A depoente citou sua atividade profissional na Universidade Federal para explicar seu processo de inserção na sociedade Florianopolitana, mas o estendeu aos demais profissionais que aqui vieram construir suas carreiras e fixar moradia. Ainda que jamais estejam livres da condição de “gaúcho”, uma vez que é impossível mudar o lugar de nascimento, os “de fora” pouco a pouco passaram a estabelecer suas vidas na capital catarinense, fazendo rearranjos culturais e trabalhando suas identificações com o lugar de origem e o lugar de nascimento num eterno processo de construção identitário. Acaba existindo nesse processo um “entrelugar” de duas culturas diferentes, a partir do tempo, das fronteiras, das migrações, do choque e da simpatia. É entre essas culturas que outra é construída. Não é totalmente gaúcha, nem totalmente “açoriana”, estando muito mais relacionada às subjetividades das pessoas do que a um grupo identitário mais abrangente (BHABHA, 2011).

A imagem alegórica e mítica do gaúcho, cuja representação circula até hoje em muitos discursos, foi inventada, constituída, inventada e forjada em decorrência de uma série de circunstâncias históricas que propiciaram a sua emergência. A imagem que busca definir a ideia do gaúcho foi apropriada pela literatura, pelo discurso político, e no presente é empregada como símbolo de todas as pessoas cujo estado de nascimento é o Rio Grande do Sul. Uma gama de discursos e instrumentos pedagógicos do meio escolar, da mídia, e as comemorações e artefatos do cotidiano, intimam os sujeitos a tornarem-se gaúchos e gaúchas em conformidade com a representação depositada nesta figura mítica. A principal ideia atrelada a essa figura é a de nação gaúcha, a qual teve, durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845), uma consolidação evidenciada até a atualidade.

Tal nação gaúcha é uma formação discursiva cuja emergência está associada a uma história regional do Rio Grande do Sul, que por sua vez seleciona e narra certos conflitos que tiveram o território sul-rio-grandense como cenário, descrito a partir de suas características físicas, geográficas e humanas, como que dotadas de um caráter transcendente. A nação é narrada como uma previsão, uma promessa que fadada a ser efetivada. A respeito da história regional, Albuquerque Jr. (1999) afirma que ela “não leva em conta o fato de que uma época ou um espaço não preexistem aos enunciados que os exprimem, nem às visibilidades que os preenchem” (pág. 29), ou seja, as características que se dizem próprias de uma região não são dadas pelo espaço onde se nasce, mas a partir de um processo de subjetivação, pois ela é a constituição de uma dada subjetividade a partir das relações sociais e da incorporação

consciente ou não das narrativas que dão finalidade a este ser regional. Por isso não é possível pensar a “nação” gaúcha como algo além de mera construção narrativa incorporada por determinado grupo cultural que com ela cria identificações.

Também é central a uma historiografia regionalista o prenúncio da figura mítica do gaúcho, que também é descrito como uma promessa gloriosa, como figura heroica que preferiu guerrear e superou circunstâncias adversas, por isso seria uma figura humana um tanto rude, que assim se fez para pôr-se diante das dificuldades impostas pelo meio.

De acordo com Oliven (1993), “há vários momentos nesse culto à figura do gaúcho” (pág. 25), e ele deve ser compreendido como parte de diferentes circunstâncias históricas que possibilitaram tanto esta construção imagético-discursiva do gaúcho, quanto o seu elemento heroico. Não sendo o objetivo neste trabalho – e nem seria possível aqui fazê-lo com totalidade – analisar a fundo os diversos discursos acerca do mito do gaúcho sul-rio-grandense, é feita uma discussão superficial sobre o tema apenas para não deixar de lado a questão dos conflitos identitários que fez parte das transformações que a cidade de Florianópolis atravessou a partir da década de 1970 e que foi mencionada pelos depoentes. Ainda segundo Oliven (idem), o sentido da palavra gaúcho teve diversas alterações semânticas e é um exemplo do caráter circunstancial e histórico dos significados. No período colonial, “guasca” e “gauderio” eram nomes que faziam referência a ladrões e contrabandistas de gado na fronteira, cuja delimitação à época era bastante inconstante devido aos conflitos envolvendo Portugal e Espanha. O sentido heroico só é empregado no século XIX, a partir da Revolução Farroupilha, que passa a fazer referência aos peões e guerreiros. Assim, mudou-se o sentido do termo de forma que um tipo social, cuja moral era questionada, passa a ser ressignificado e adquire um tom positivo, transformando-se em símbolo da identidade do estado.

Também no estado vizinho a figura do açoriano, como qualquer símbolo, é um construto social que se transformou com o tempo. A partir da década de 1970 surge um novo momento de “redescoberta” da açorianidade, tocando em questões para além daquelas que envolviam a luta entre brasilidade e germanicidade das décadas de 1930-1940¹². Por um lado, tinha-se profissionais, a maioria atuante das áreas das ciências humanas, ligados a instituições públicas – como a UFSC – que objetivavam evidenciar a cultura açoriana como uma maneira de resgatar a origem histórico-social regional e pontuar sua relevância no contexto sócio-espacial de Santa Catarina. De outro lado, havia também profissionais dessas mesmas

¹² Essa discussão é descrita por Flores (1997) e aparecerá mais uma vez nessa dissertação na página 82.

áreas do conhecimento que, associados a diferentes instituições públicas e órgãos ou empresas privadas, tinham como objetivo uma “qualificação” da cultura regional a fim de atrair novos investimentos econômicos para a região, especialmente para a expansão do turismo. Neste caso especificamente, havia a inserção da sociedade e cultura de base açoriana ao circuito do capital.

Segundo Campos (2009), na década de 1980 tem início uma série de debates e encontros para debater da questão da identidade açoriana, como a ocorrência das Semanas de Estudos Açorianos, que teve início em 1986. A maioria desses encontros teve a coordenação do NEA (Núcleo de Estudos Açorianos), órgão ligado à Universidade Federal de Santa Catarina e criado em 1984, com o objetivo de realizar “pesquisas da Cultura de base Açoriana dos povoadores, vindo do Arquipélago dos Açores”¹³.

Na década de 1990, especificamente a partir de 1992, o NEA passa por uma reestruturação e passa a atuar com “trabalho comunitário” atingindo os 45 municípios que compõem parte do litoral do estado, promovendo cursos, palestras, além de desenvolver um Mapeamento Cultural atuando nos campos da educação, cultura e turismo. O núcleo também criou a Festa da Cultura Açoriana, “onde podemos mostrar o que temos de mais significativo e autêntico nesta herança cultural”¹⁴. Em 1993, o Iº Encontro Interinstitucional da Cultura de Base Açoriana do Litoral Catarinense é realizado na UFSC com o objetivo de atrair os órgãos públicos e instituições de Ensino Superior da região litorânea. Além da UFSC, outras instituições estiveram presentes, como a UNIVILLE (Universidade da Região de Joinville), a UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), a UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) e a UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense). A FCC (Fundação Catarinense de Cultura) e a SANTUR (Santa Catarina Turismo – órgão oficial de turismo do estado de Santa Catarina), e diversas administrações municipais do litoral, representando os municípios do litoral, também estiveram presentes no Encontro. A partir do evento e de consolidação de novos estudos e problemáticas, o litoral catarinense foi fragmentado em cinco microrregiões, cada uma sob a responsabilidade de uma Universidade regional, que por sua vez deveria articular e coordenar um projeto de mapeamento cultural (CAMPOS, 2009).

O fato de o principal órgão de turismo estar presente no processo é um indicativo das intenções do governo do estado em relação à questão da construção de uma identidade do litoral catarinense, que poderia servir como algo a ser vendido. Além disso, a organização e

¹³ Segundo consta no texto que apresenta o NEA em seu site. Disponível em: <<http://nea.ufsc.br/sobre/>> Acesso em 20 de jun. de 2019.

¹⁴ Idem.

coordenação do movimento encabeçada pela universidade serviam para justificar o uso dessas identidades pelo setor turístico, pelo comércio e pelo capital imobiliário. Não somente a universidade possui um papel importante nesse processo de inserção da cultura regional para expansão de tais atividades, mas também as administrações municipais foram significativas na conquista dos interesses desses setores.

No entanto, para Campos (2009), foi a mídia que mais enfatizou – e enfatiza até o presente – os elementos da cultura açoriana, transformando-a em um atrativo. Esse atrativo é algo a ser admirado, vivenciado e consumido. O autor cita como exemplo mais recente uma produção da Rede Globo de Televisão, a novela *Como uma Onda*, que foi transmitida no final da tarde no final de 2004 e durante todo o primeiro semestre de 2005. Parte significativa de suas cenas foi gravada em Florianópolis e retratou, entre muitas coisas, as belas praias, as tradicionais vilas de pescadores e a gastronomia da região. Tamanha exposição nacional foi favorável ao poder público municipal a partir da SETUR (Secretaria Municipal de Turismo) e estadual via SANTUR, auxiliando na ampliação de suas atividades, unindo valores e interesses do empresariado da região e estado de Santa Catarina, com a finalidade de fazer crescer a atividade turística (favorecendo consequentemente o setor imobiliário), não só na região como em toda a parte litorânea do estado, cuja origem açoriana foi descrita como fortemente presente.

Contudo, não se pode perder de vista que as representações do mundo social também fazem parte do real. Dito de outra forma, não é possível fazer uma oposição entre as condições materiais da existência – o "real" – e as representações coletivas feitas a partir dela. O imaginário é constituído em função do concreto e do racional, e os discursos e imagens são formadores de práticas sociais. É possível afirmar ainda que a história do imaginário é construída a partir das relações envolvendo a "realidade social" e o sistema de representações que ela se confere. O que não significa de forma alguma que as representações são reflexo desse real (PESAVENTO, 1993).

De acordo com Greenwood (1957), a cultura profissional é o principal atributo que define e diferencia de forma mais evidente uma profissão das outras ocupações. A cultura de uma profissão é constituída a partir de valores, normas e símbolos. Os valores sociais de um grupo social podem ser definidos por suas crenças nos quais ele se baseia e pelas proposições irrefutáveis sobre as quais baseia a sua existência. O principal elemento dos valores compartilhados pelo grupo social diz respeito à função e ao serviço que o grupo presta à sociedade. Já as normas do grupo profissional dizem respeito aos “guias” de comportamento

em situações sociais. E os símbolos, por sua vez, são elementos permeados de significação: “These may include such things as: its insignias, emblems, and distinctive dress; its history, folklore, and argot; its heroes and its villains; and its stereotypes of the professional, the client, and the layman.” (GREENWOOD, 1957, p. 52).

A respeito dos valores carregados pelo grupo social dos jornalistas, Elaine Borges escreveu um discurso lido por seu colega de profissão, Cesar Valente, na ocasião do 5º Encontro de Jornalistas e Radialistas em Chapecó, em 1976. O encontro tinha o objetivo de confraternizar e promover debates acerca da profissão. O discurso foi publicado no jornal do encontro, um pequeno periódico de oito páginas, organizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina. Elaine Borges guardou a edição em questão em seu acervo pessoal. Em seu discurso, a jornalista afirmou que:

Jornalismo pressupõe uma série de valores, tanto morais quanto éticos. Não é, a meu ver, uma profissão privilegiada e nem uma profissão especial, de “escolhidos”. É uma profissão como qualquer outra. Apenas acredito que em nós devem estar mais presentes os valores acima citados: éticos e morais. Se temos em nossas mãos um meio de comunicação – rádio, televisão, jornal, etc. – temos também uma grande responsabilidade. Em última análise, se informamos através desses meios, também, de certa forma, formamos. Jornalismo é também um apurado senso de responsabilidade, de respeito humano. Não se entende e não se aceita jornalista irresponsável. O respeito humano, por sua vez, deve estar presente em todas as atividades do profissional da imprensa. O jornalista, com um pouco mais de uma linha, pode destruir uma vida se não tiver em mente sua grande responsabilidade. (...) **Nossa profissão pressupõe sempre um compromisso com a verdade.** Se um determinado assunto que estamos levantando não estiver suficientemente esclarecido, se não temos todos os dados na mão, muito melhor é deixá-lo na gaveta do que publicá-lo. A maior segurança e tranquilidade de espírito que um profissional poderá ter está em saber que buscou exaustivamente esclarecer os fatos e que aquilo que saiu publicado nada mais é do que a verdade. (BORGES, 1976, pág. 4, grifos meus)

Além de chamar a atenção para a capacidade do jornalista de influenciar a vida das pessoas a partir do que escreve, fala ou mostra, Elaine Borges enfatiza a necessidade de levar em conta os valores íntimos e subjetivos do jornalista, que segundo ela não deve ser excessivamente cético ou com demasiada ligação político-partidária. Segundo ela, seria necessário deixar de lado rancores para evitar criar notícias tendenciosas e acabar perdendo o respeito entre os colegas de profissão e entre seus leitores, pois “uma verdade sempre tem dois lados” (Idem). Contudo, a importância da subjetividade não isenta o jornalista do compromisso com a verdade, nas palavras de Elaine Borges.

A respeito dos símbolos que fazem parte da cultura profissional do jornalista, foi possível identificar na fala de Medaglia o estereótipo do jornalista como uma pessoa cuja visão de mundo está localizada à esquerda do campo ideológico. Para o jornalista, esse

estereótipo era mais próprio da época em que ele e seus colegas exerciam a profissão durante o período da ditadura militar.

O jornalismo tem esse **estigma de ser de esquerda**. Hoje tá um pouco diferente. Não sei se em função de muita gente não querer se comprometer porque o mercado de trabalho tá difícil... mas no nosso tempo, nos períodos como eu te falei, nos períodos que a gente passou, desde a década de 1970, com fartura de emprego, aí sim, um viés de esquerda. **Até pela situação do país na época. A gente viveu ditadura no ápice.** Eu me lembro na redação do jornal, por exemplo, final da tarde, entrava um policial militar lá com uma prancheta pra o editor responsável, o editor chefe assinar sobre tais assuntos que não podiam ser veiculados. Então o editor chefe tinha que... o bom jornal que a Elaine foi correspondente, por exemplo, botava receita de bolo, bula de remédio, no lugar onde devia ter uma matéria que foi tirada, se botava receita de bolo. Era uma coisa bem acintosa... **a gente conviveu com isso até de uma maneira muito tranquila, porque a gente conseguia fazer muita coisa sem ser importunado, digamos assim.** Mas era uma época difícil. (MEDAGLIA, depoimento, 2018, grifos meus)

No entanto, o perfil do jornalista como alguém “de esquerda” pode ser constatado no presente, pelo menos entre os profissionais sindicalizados. Lima e Mick (2013) afirmam que a sindicalização é muitas vezes considerada como relevante indicador do grau de consciência política ou engajamento de determinada categoria profissional, refletindo o seu senso corporativo. Essa questão da participação sindical está inserida num universo de características políticas dos jornalistas, que pode levar em conta outras questões igualmente importantes, como filiação partidária, posições ideológicas e participação em associações e entidades da sociedade civil. Em pesquisa realizada em 2012 com o objetivo de traçar um perfil dos jornalistas brasileiros a partir de características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico, os pesquisadores explicam que a pergunta “como você define seu posicionamento ideológico” foi respondida de tal forma a indicar que é predominante entre os jornalistas uma posição “à esquerda” – centro-esquerda, esquerda e extrema esquerda –, com 49,1% das respostas; “nenhuma das alternativas” correspondeu aos outros 29,9% das respostas; somando os que se definiram “à direita” – extrema direita, direita e centro-direita – obteve-se 10,4%. Já a opção “centro” foi escolhida por 7,2% dos sujeitos pesquisados. Em conclusão, metade dos jornalistas via a si mesmo como uma pessoa de esquerda, mas quase um terço dos pesquisados não quis se classificar do ponto de vista ideológico. Os pesquisadores explicam também que os blocos de sindicalizados e não-sindicalizados possuem divergências significativas a respeito dessas médias. O bloco dos sindicalizados revela de forma bastante evidente a autoidentificação com a esquerda, cuja frequência aumenta para 56,6%. Já no bloco dos profissionais não-sindicalizados, a faixa de maior concentração é a que não se identifica com nenhuma classificação entre o espectro esquerda-direita, sendo 31,4%. A

identificação com posições de direita é um pouco maior que a média, enquanto a identificação com o espectro da esquerda é um pouco inferior.

Para Rolim, os jornalistas “de esquerda”, mesmo sob forte cerceamento e censura impostos pela ditadura, ocupavam os espaços das redações e faziam parte das equipes de jornais conservadores pertencentes às famílias tradicionais do país. Segundo sua fala, os jornais estavam mais preocupados em contratar profissionais capazes de atender as demandas técnicas da profissão e menos com a posição ideológica de seus empregados.

E foi assim, durante mais especificamente desse período que a gente tá tratando, 1960, 1970, os jornais eram ocupados, até assim, coisas bem paradoxais. Porque embora fossem conservadores, como o *Estadão* e *O Globo*, por exemplo, para pegar dois casos específicos. As redações eram ocupadas por comunistas, tinha muitos comunistas, que eram intelectuais, brilhantes. (ROLIM, depoimento, 2019)

Por isso é importante considerar o que afirmou Jeanneney (2003), pois “por mais contaminados por um espírito de sistema que às vezes pareçam ao historiador” (pág. 222), os indivíduos dos meios de comunicação formaram suas opiniões através de suas trajetórias, através de seus contatos estabelecidos. Rolim, por exemplo, teve um histórico de militância em movimentos estudantis, de produção de imprensa alternativa, de perseguição política.

A respeito da autonomia de uma empresa de comunicação, Bourdieu (1997) afirma que o campo jornalístico coloca sobre os diversos campos de produção cultural uma coletânea de efeitos que estão relacionados, em termos de forma e eficácia, à sua própria estrutura, ou seja, à distribuição dos diversos jornais e jornalistas segundo sua autonomia frente às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes:

O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes. Quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, depende em primeiro lugar do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego); em seguida, da posição de seu jornal no espaço dos jornais, isto é, mais ou menos perto do pólo “intelectual” ou do pólo “comercial”; depois, de sua posição no jornal ou órgão de imprensa (efetivo, *free-lancer* etc.), que determina as diferentes garantias estatutárias (ligadas sobretudo à notoriedade) de que ele dispõe e também seu salário (fator de menor vulnerabilidade às formas suaves de relações públicas e de menor dependência com relação aos trabalhos de sustento ou mercenários através dos quais se exerce a influência dos patrocinadores); e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação (sendo certos jornalistas econômicos, particularmente dependentes (BOURDIEU, 1997, pág. 103).

Por isso, ainda que as empresas jornalísticas, em consonância com o que orienta a deontologia dos profissionais do campo, se coloquem com frequência como mediadoras isentas, objetivas e apartidárias, sabe-se que todo o processo de coleta, construção e

distribuição das informações e notícias é influenciado, entre muitos fatores, pelas premissas, comprometimentos e interesses de cada agente com assento no mercado das notícias (ABRAMO, 1997; KARAM, 1997).

Assim, a definição das pautas e das fontes, além da adoção de outros procedimentos, podem ser usados por determinados impressos para confirmar as teses que defendem. Diferentes formas de dar ênfases e enquadrar os assuntos dá a direção da cobertura planejada pelos editores e pelos repórteres; da mesma forma, podem ser verificadas diversos tipos de destaque dados a cada matéria, tanto em relação ao espaço ocupado no jornal ou ao tempo exibido na televisão, bem como ao atribuir destaque a determinado tema na condição de manchete principal (LONGHI, 2006).

Portanto, as visões de mundo das empresas de comunicação se manifestam em diversas ocasiões. São opções feitas não apenas pelos redatores das matérias, mas também a partir da influência da linha editorial e dos interesses da empresa (TRAQUINA, 2005). Importante também é levar em conta que o processo de construção do produto jornalístico ocorre num ambiente atravessado por configurações específicas, submetida a pressões de diversas naturezas, principalmente políticas e econômicas (BENETTI, 2007).

Por outro lado, Traquina (2005) cita e critica as análises de Chomsky e Herman, em que os teóricos consideram o campo jornalístico como uma arena fechada que submete totalmente os jornalistas ao seu sistema midiático. Por se tratar de reflexões datadas antes da queda do muro de Berlim e do fim da recente guerra fria, elas foram limitadas aos assuntos de política internacional norte-americana e não deram conta de explicar diferentes posicionamentos que empresas jornalísticas poderiam ter em relação aos assuntos internos do país. Além disso, explica Traquina (2005), os dois teóricos adotaram uma visão demasiadamente determinista da complexa dinâmica do campo jornalístico, ignorando algumas questões importantes, como o grau de autonomia dos jornalistas e sua capacidade de definição do que é passível de ser noticiado, especialmente no que diz respeito ao trabalho dos repórteres e dos jornalistas investigativos.

Tal autonomia foi mencionada por Medaglia, quando afirmou que sua geração conseguiu lidar com as limitações de ditadura de uma forma razoável, com autonomia suficiente para não sofrerem consequências. Rolim também defende uma visão semelhante, ao afirmar que havia frestas dentro do cotidiano das redações que dava aos jornalistas certa autonomia.

Com todo o cerceamento que havia pelos interesses dos jornais, econômicos, políticos e tal, havia uma brecha pra se fazer alguma coisa, e foram feitas muitas matérias importantes. E acho que, o máximo, nós tínhamos o nosso chargista Sérgio Luiz Castro Bonson. O Bonson, que com suas charges incomodou muito. Então eu acho que, é assim, é o tempo que se vive e o tempo tem suas liberdades e tem suas restrições, suas opressões, sempre. (ROLIM, depoimento, 2019)

A respeito das motivações dessa geração de jornalistas para a adoção de uma postura contestatória à ditadura militar, Rolim explicou que, do seu ponto de vista, existia um horizonte utópico almejado por um grupo específico de pessoas que foi de certa forma influenciado por movimentos como maio de 1968 e pela cultura alternativa na qual uma parcela da juventude ocidental se inspirou, sobretudo a partir de uma revolução nos costumes, da insurgência dos movimentos feminista, movimento negro e movimento gay. Para o depoente, sua geração foi privilegiada por experienciar tais mudanças culturais:

Eu acho assim, que tinha também, nessa geração, que é a geração da Elaine, um **componente utópico**, considero isso super importante e eu tento ter até hoje, trato de ter, de que a gente acreditava numa sociedade mais justa. Uma sociedade mais despojada, uma sociedade que fosse compartilhada por todos, mais justa. Nenhum momento se viveu tanto a cultura. **A cultura tinha uma importância fundamental na vida das pessoas**, fosse a música, o teatro, as artes plásticas, as performances, o desempenho, as palestras, o debate. Isso tudo teve um papel fundamental assim, na vida das pessoas. E esse horizonte utópico, que era um horizonte onde se vislumbrava uma sociedade mais justa, se sabia que se tinha que abrir mão do nosso individualismo, da nossa ansiedade de ter para que todos pudessem viver mais harmonicamente. **Então acho que também pra rasgar um pouco de seda pro nosso pessoal, pra nossa geração, eu acho que a gente foi privilegiado.** Nós fomos massacrados por uma ditadura, nós perdemos muitos amigos, houve muito sofrimento, foi uma coisa horrível, indescritível o que se passou com a ditadura. **Mas a gente teve esse privilégio de viver um momento muito bonito, muito importante.** E a Elaine era parte disso, sem dúvida. (ROLIM, depoimento, 2019, grifos meus)

É importante salientar, mais uma vez, que a categoria “geração” muitas vezes é tida pelo senso comum como uma simples divisão entre grupos etários, mas ela pode assumir muitos significados diferentes. Assim, é preciso deixar explícita a ideia de que geração adotada neste trabalho.

Aqui a “geração” é compreendida como um fator de formação identitário, portanto compreendida a partir de noções de pertencimento, compartilhamento de características comuns a um certo grupo social. É uma representação construída a partir da sucessão de gerações em termos biológicos, cujos marcos sociais são arbitrários. Bourdieu (1983) defendeu que tanto a juventude e quanto a velhice não são naturais, mas conceitos construídos socialmente, de forma que as relações entre a idade social e a idade biológica são dinâmicas e complexas. Por essa razão, uma noção de geração que é entendida a partir de relações identitárias demanda certas operações onde a memória dos sujeitos é ativada para consolidar

as ideias de pertencimento e distinção. Por isso é importante explicar essa geração de jornalistas com base nas memórias dos sujeitos e a forma com que se identificam com o grupo a partir de referências compartilhadas.

Favre (1996) pontua que, para a apreensão de uma determinada geração, é importante analisar como um evento é visto por uma tal geração como momento que inaugura o “seu tempo” e como a memória coletiva dessa geração garante a preservação e a propagação de uma certa representação dos processos em curso. Percebe-se que os elementos e eventos que criam as noções de pertencimento a essa geração de jornalistas são a modernização da cidade de Florianópolis e da imprensa regional, e das táticas sutis na atividade jornalística nas “brechas” da censura do regime ditatorial. Para além dos depoimentos recolhidos para esse trabalho, os próprios jornalistas já falaram sobre esses eventos e práticas jornalísticas da época em outras oportunidades, inclusive através da publicação de livros que tratam desse momento da modernização da imprensa, como *Jornalismo em Perspectiva*. Essa ideia de geração associa-se também à proposta de Halbwachs (2013), resultando de uma operação da memória, ancorada num certo grupo social minimamente coeso, heterogêneo, qualificado a partir de experiências partilhadas e por relatos comuns a respeito de seu passado.

Esses elementos identificados por essa geração de jornalistas também estão evidentes na fala de Medaglia a respeito do Movimento de Oposição Sindical organizado na década de 1980. Em 13 de maio de 1955, foi expedida a Carta Sindical que modificou a Associação dos Jornalistas Profissionais, fundada em 1952, transformando-a em Sindicato. Segundo Cassel (2005), a expressão “jornalistas profissionais” era muito relativa na época, visto que a profissão era regulamentada por uma lei de 1938, pouco objetiva e cuja amplitude abarcava uma categoria desprovida de espaços específicos e instituições para a formação profissional. À época, em razão da pouca oferta de cursos superiores de jornalismo no Brasil, não havia exigência de diploma para exercer o jornalismo. O autor sugere, então, que os anos iniciais do Sindicato tiveram a mera função de providenciar às pessoas ligadas aos grupos influentes documentações que proporcionavam o registro no Ministério do Trabalho, de tal forma que uma simples declaração de uma empresa de comunicação e a autorização do sindicato convertia qualquer pessoa em jornalista.

Graças a essa dinâmica de relações com os grupos hegemônicos, havia uma proximidade do sindicato com o regime ditatorial, o que se configurava em sessões solenes de confraternização envolvendo membros do sindicato e militares. O autor pontua, contudo, que durante a gestão de Moacir Pereira, entre 1975 e 1978, o Sindicato defendeu sutilmente as

liberdades individuais e denunciou as arbitrariedades da ditadura, como a censura. É também nessa gestão que começam a surgir os discursos em defesa de uma profissionalização. Cassel (2005) afirma que Pereira não cessou com os hábitos de estreitas relações entre o sindicato e os grupos hegemônicos, mas avançou nas questões relacionadas à consolidação de uma identidade corporativa para os jornalistas.

Embora desprovidos de tradições trabalhistas, os jornalistas foram instigados pelas fortes atuações dos operários do ABC paulista, que haviam iniciado sua organização no interior dos sindicatos ou na forma de oposição, a fim de conquistar as estruturas sindicais. Assim, conforme denunciava e batia de frente com a direção do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, o Movimento de Oposição Sindical fortalecia-se como entidade pela via de mobilizações de sindicalização. As campanhas eram uma resposta à postura indiferente dos jornalistas frente ao Sindicato, visto que este em nada representava objetivamente a categoria. Após intensas campanhas, novos jornalistas filiados vieram compor uma base eleitoral capaz de concorrer às eleições da entidade que aconteceriam em 1984.

Após eleições conturbadas e controversas, a derrota impactou e desorganizou o MOS por um período significativo, dispersando lideranças relevantes do movimento, que acabaram deixando o estado ou se dedicando a outros em projetos profissionais e pessoais. Todavia, após três anos, o movimento se reorganiza e vence as eleições de 1987, colocando Celso Vicenzi, repórter do *Diário Catarinense* à frente da entidade. Sua gestão, segundo Cassel (2005), delimitou um novo momento na história do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina. Segundo Medaglia, foi parte de um processo de rompimento de barreiras:

E também num período que era complicado tu fazer jornalismo descompromissado. Sabe? Porque era uma cidade pequena, em 1972, né? **A gente foi rompendo barreiras aqui, em todos os sentidos.** O sindicato era uma entidade que era completamente envolvida com o governo. Era o governo que pagava a sede, os membros cabeças do sindicato eram chamados pejorativamente de pelego, porque eram ligados ao governo do estado, enfim. E aí a gente criou esse movimento de oposição sindical pra tentar tomar o sindicato. Tornar o sindicato um... fazer um sindicato fazer o que ele devia fazer, cumprir com as suas funções, voltado para aquilo que interessava ao jornalista. E isso foi uma briga também muito séria porque quem estava no sindicato não queria... tinha uma série de benesses na época. **A Elaine fez parte de um outro tempo do jornalismo que começou naquela época, não só pela criação do *Jornal de Santa Catarina*, e no jornal *O Estado*, que naquela época era um mero instrumento político, era um jornal impresso ainda à moda antiga, servia aos interesses políticos da família dona do jornal. E ela fez parte não só disso, mas também... não só na questão da formação do jornal, mas também nesse momento novo no jornalismo.** E ela foi uma parceira, uma integrante importante. (MEDAGLIA, depoimento, 2018, grifos meus)

Gerk e Barbosa (2018) afirmam que a construção identitária dos jornalistas das gerações mais recentes é abalada quando não é tão evidente e delimitado o grupo profissional

e quando se prolifera a ideia de que qualquer pessoa que saiba manusear uma câmera e as redes sociais pode ser nomeada como jornalista. De acordo com as autoras, a diminuição dos postos de trabalho formais também contribui com a redução do número de pessoas que exerce o jornalismo como principal forma de sustento. Consequentemente, abreviam-se os pontos de encontro, as reuniões entre profissionais e as sociabilidades em torno do jornalismo. Na contemporaneidade, são perdidas as ligações essenciais que não somente partilham da vida em comum, como também elementos de uma memória persistente e atualizada pelo grupo como memória coletiva. Logo, se inexistir um tempo presente comum a tais profissionais, perde-se a dimensão testemunhal do coletivo. Por essa razão, as autoras apontam em seu artigo que não havia memória comum e consistente a respeito do que é ser jornalista entre o grupo por elas analisados:

Ao eleger nomes que são mais visíveis sobretudo por suas ações presentes, em vez da referência a personagens de um passado mais longínquo e que foram importantes na construção da própria história do jornalismo, observa-se a emergência de um tempo no qual o aqui e agora torna-se ele mesmo emblema da própria memória do jornalista, ao referenciar aqueles que se destacariam na profissão. O testemunho do grupo se esfacela em vozes individuais, nas quais eventos não são vividos coletivamente, dilacerando-se também o sentido de partilha de uma memória coletiva. As memórias individuais proliferam na lembrança de um passado no qual não emergem sentidos comuns produzidos a partir de testemunhos. (GERK; BARBOSA; 2018, pág. 162)

Assim, supõe-se que o MOS proporcionou mudanças de paradigmas significativos o suficiente para que uma geração de jornalistas catarinenses compartilhe, em maior ou menor grau, uma memória a respeito do próprio movimento, dos sujeitos nele envolvidos e na sua forma de atuação frente a um jornalismo alinhado aos interesses das elites locais. Diferentemente do presente, em que a definição do que é ser jornalista é difícil de ser apreendida, o MOS preocupou-se justamente em delimitar as características da profissão, reforçando sua identidade e função social. Para além de defender um sindicato voltado para os interesses da categoria, o movimento defendia a profissionalização do jornalismo através de cursos e diplomas universitários.

A essa altura, é importante considerar que, muitas vezes, o jornalismo representa uma forma de vincular as atividades profissionais com os engajamentos políticos construídos durante as trajetórias dos sujeitos, reconvertendo recursos militantes para aumentar as possibilidades de atuação no campo jornalístico (PETRARCA, 2008). No caso das trajetórias de jornalistas como Nelson Rolim e Elaine Borges, observa-se num dado momento a ocupação de posições na militância estudantil, que em certa medida foram combinadas com o exercício do jornalismo (no caso de Rolim, com imprensa alternativa e Borges, com o estilo e

conteúdo de algumas de suas reportagens) e ainda com demais atividades, como o sindicalismo e/ou militância político-partidária. Especialmente a essa geração de jornalistas aqui analisada, coube forte participação sindical num momento de distensão política no país.

Muitas vezes, para esses jornalistas, a forma própria de apreender a profissão e de salientar suas motivações por tê-la escolhido está relacionada à atividade militante. A militância estudantil, organização sindical e ou ainda inserções em partidos políticos são vistas como características que possibilitam uma visão diferenciada da profissão, que do seu ponto de vista contribui para que o jornalista cumpra com o seu papel de militante na sociedade, ao defender o próprio Jornalismo como um bem público e que deve agir em prol da democracia. Por essa razão, a participação política acaba virando uma qualidade e uma singularidade para esses jornalistas, pois os permite desenvolver suas habilidades e competências que são próprias da atividade jornalística. Assim, a militância favorece não só para agregar recursos, mas para construir uma visão de mundo sobre a atividade profissional.

Rolim viu no jornalismo a possibilidade de dar sequência ao que já fazia como militante estudantil, que segundo ele, o possibilitou adquirir certo capital cultural necessário para a prática da profissão, que não deve ser exercida sem o mínimo de conhecimento:

Eu diria assim que a atividade jornalística pra mim, eu não sou um jornalista, da academia. Eu fui um jornalista que, como eu era engenheiro, e tinha uma formação de engenharia, sem ter me formado como engenheiro, e há muito tempo eu tinha abandonado as ciências exatas pra me preocupar mais com as ciências humanas, eu passei a, quer dizer, **a única coisa que eu podia fazer como trabalho era usar esse meu conhecimento que eu tinha.** Até tentei trabalhar como engenheiro, procurei velhos amigos meus, companheiros, que já eram, a essas alturas, em 1976, engenheiros com empresas, mas não deu certo. E eu também *tava* perseguido e tudo mundo sabia disso, era uma situação muito bastante constrangedora pras pessoas. **E eu acabei no jornalismo, tinha algumas experiências nesse sentido, tanto de jornalismo de movimento estudantil quando uma passagem, uma breve passagem pela Zero Hora. E de tal forma que eu me sentia confortável de exercer essa profissão.** Sempre fui um grande leitor, tinha conhecimento, e fui trabalhar como jornalista. As pessoas me contrataram num primeiro momento no jornal *O Estado*, depois no *Bom dia Domingo*, depois *Rádio Guarujá*, *TV Cultura*... Bom, eu trabalhei em tudo que era possível. E num determinado momento larguei tudo. E também fiz a imprensa alternativa, né? Por pouco tempo também, um ano e pouco, mas foi um momento muito bonito, muito gratificante. (ROLIM, depoimento, 2019)

Assim sendo, é possível observar que se trata de jornalistas com certo capital político, em que a militância teve bastante importância. Essa aproximação entre o universo político-partidário e militante acaba criando um capital de relações sociais para os jornalistas, que pode ser utilizado tanto para atividade política quanto para aumentar os espaços de atuação no interior da profissão. É importante salientar também que a própria maneira de se referir à profissão baseia-se numa agregação de recursos conquistados em outros domínios

que remetem a outros princípios que tornam legítima a posição de jornalista, e que não estão diretamente associados ao exercício profissional, mas à possibilidade de realizar diversas intervenções.

No capítulo seguinte, o aspecto militante da trajetória de Elaine Borges será melhor explorado para que se compreenda sua inserção no campo jornalístico, visto aqui como uma profissão de “pessoas de esquerda”. Não se trata de afirmar que a proximidade com o movimento estudantil fatalmente encaminhou Elaine Borges para a profissão, para participação sindical ou ainda para o cargo de editora de política dentro do campo jornalístico. Defender categoricamente essa hipótese seria cair na ideia equivocada de que os sujeitos têm suas histórias de vida construídas de forma totalmente coerente e homogênea. No entanto, dedicar um espaço para essa discussão permite compreender, em certa medida, as formas com que Elaine Borges escreveu sobre Florianópolis e seus habitantes a partir de sua formação sociocultural, suas preocupações, motivações e pensamentos políticos. Também não se trata de pensar a jornalista como mero produto do seu meio, do contexto histórico do qual fazia parte, pois de acordo com Schmidt (1996), não se trata de opor indivíduo/sociedade, mas entender o constante deslocamento entre os dois polos pelos sujeitos pesquisados.

Entende-se também que a experiência militante de Elaine Borges, desde o movimento estudantil até a participação no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina teve relevância na sua formação sociocultural e na consolidação de redes de sociabilidade que possibilitaram à jornalista transitar no campo profissional, e é possível que até tenha auxiliado na conquista do cargo de repórter regional no impresso de circulação nacional *O Estado de S. Paulo*. É importante levar em conta que não apenas o domínio das técnicas da profissão são fatores importantes na consolidação do sujeito no campo no qual está inserido, mas as redes de sociabilidade construídas no decorrer de sua trajetória são também relevantes.

1.3. ELAINE BORGES, REPÓRTER

O começo da trajetória de Elaine Borges pode ser visualizado a partir de alguns elementos de seu acervo pessoal, pois como todas as pessoas, a jornalista colecionou fragmentos da sua existência e os armazenou com o passar do tempo. Ela arquivou sua vida o tempo todo com pequenas práticas que lhe eram próprias, arrumando, desarrumando, reclassificando, até que construiu sua imagem, seja para ela mesma ou para outras pessoas. Evidentemente, os documentos que me foram emprestados não representam a totalidade dos itens que a jornalista guardou e organizou ao longo da sua vida, tampouco representam a

totalidade da suas vivências, pois todas as pessoas realizam acordos cotidianos e manipulam suas existências através de omissões, rasuras, riscos e realce a algumas partes (ARTIÈRES, 1998).

No caso deste pequeno acervo, ele pode ser classificado como um acervo privado, no sentido de pertencer somente a Elaine Borges e por não possuir nenhum equivalente institucional; também como acervo profissional, pois é composto principalmente por documentos relacionados ao exercício do jornalismo. Belotto (2004) define arquivos pessoais como o conjunto dos mais variados documentos, como papéis, materiais audiovisuais ou iconográficos resultantes da vida e da obra/atividade de sujeitos cuja forma de pensar, agir e viver possa contribuir para as pesquisas nas áreas onde eles ou elas atuaram. Assim, alguns documentos presentes no acervo pessoal de Elaine Borges explicam como ela está inserida num contexto social, político e econômico, e é também um fio condutor para as suas matérias publicadas nos jornais em que trabalhou, sendo estes outra maneira de arquivar a própria vida e atestar sua existência no mundo.

Os documentos de Elaine Borges não são limitados por eles mesmos, mas são suporte de conexão com o passado ou do arquivo para um outro contexto. Usar documentos para se atingir o passado é um procedimento determinante que faz parte da essência da produção do conhecimento histórico. Contudo, o documento representa um certo contexto. Nesse sentido, o historiador faz um movimento de “leitura” do passado, agregando suas perspectivas do presente em que está inserido, “presente que em si já é resultado de sucessivos fatos que aconteceram desde o momento da produção do documento até a sua chegada às mãos de quem vai analisá-lo” (BELLOTTO, 2004) e fazendo uso dos instrumentos analíticos e críticos próprios de sua profissão. Assim, o ato de debruçar-se sobre os itens de Elaine Borges permite trabalhar com diferentes passados.

O arquivo é diferente dos textos, de documentos impressos, de relatos, das correspondências, dos diários e das autobiografias. Sua materialidade é difícil e impõe desafios aos pesquisadores. Segundo Farge (2009), é “desmesurado, invasivo como as marés de equinócios, as avalanchas ou inundações”. Quando me deparei pela primeira vez com as quatro caixas plásticas, cheias de documentos, a tal ponto que era quase impossível mantê-las fechadas, percebi o quão difícil seria selecionar os documentos. O método adotado pela própria Elaine Borges para a organização dos diversos objetos não estava bem definido, mas conforme fui vasculhando, percebi que embora não estivesse organizado por ordem cronológica, estava organizado de acordo com a natureza dos itens. Assim, algumas caixas

armazenavam mais fotografias, outras armazenavam mais fitas cassete, outras armazenavam mais papéis e documentos pessoais.

Sabendo das limitações próprias do curso do mestrado, como o tempo de pesquisa e a necessidade de manter o foco num determinado tema, adotei alguns critérios para a seleção dos itens do acervo pessoal a serem analisados.

Primeiro, os documentos mais “básicos”, por assim dizer, que atestam a existência de Elaine Borges no tempo, tais como certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira profissional e certidão de óbito foram considerados indispensáveis. Segundo, documentos que indicassem sua formação social e cultural na infância e adolescência, como boletins escolares e certificados. Foram selecionados documentos que se relacionavam com suas matérias publicadas nos jornais, por exemplo, fotografias produzidas pela própria jornalista para compor os textos nas páginas dos jornais em que eles foram publicados. O seu acervo é composto por fotografias em diferentes suportes, a maioria das décadas de 1970 e 1980, mas muitas sequer reveladas e várias fotografias digitais, portanto mais recentes, armazenadas em *pen drives*.

Sua carteira profissional ajudou a delimitar o recorte temporal do trabalho e serviu como ponto de partida para as principais discussões. Seus primeiros empregadores na cidade de Florianópolis foram os jornais concorrentes *O Estado* e o *Jornal de Santa Catarina*, respectivamente. Já os documentos pessoais produzidos anteriormente à sua chegada em Florianópolis foram utilizados para compor sua trajetória no Rio Grande do Sul e para dimensionar a formação cultural, social e política de Elaine Borges.



Figura 2: Carteira Profissional de Elaine Borges

Gaúcha como muitos dos jornalistas “importados” da época, nasceu em 1944 no município de Rosário do Sul, na fronteira do estado. A infância foi modesta, mas com incentivo aos estudos e à formação intelectual. Os pais, João e Izaltina Borges, situavam-se na classe popular e trabalhadora. Ambos eram alfabetizados e com o ensino secundário completo. João Borges era empregado da única padaria da cidade, o único lugar que trabalhou durante a vida. Já a mãe, Izaltina Borges, trabalhou como babá dos filhos das famílias de maior poder aquisitivo de Rosário do Sul, de médicos e advogados principalmente. Após o nascimento dos cinco filhos, dedicou-se à vida doméstica. A família materna de Elaine Borges é negra e possui um histórico de trabalho de cuidado e serviço, herança da escravidão. Os irmãos são negros claros, mas Elaine era branca como o pai.

Em Rosário do Sul, Elaine Borges concluiu o ensino ginásial no Grupo Escolar Marçal Pacheco, fundada em 1928, e o ensino secundário no Colégio Estadual Plácido de Castro, fundado em 1950. Durante os anos neste último colégio, Elaine Borges participou ativamente da União Rosariense dos Estudantes Secundários, a URES, e estabeleceu seus contatos com a mobilização política. Em seu acervo, a própria Elaine Borges guardou os boletins das escolas que frequentou e o diploma de posse como presidente da URES para a gestão de 1963. Também possui fotografias em que posou com colegas em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, quando participou de encontros de secundaristas.



Figura 3: Diploma de posse da URES

Há uma lacuna de trabalhos a respeito da organização dos estudantes em cidades fora do perímetro dos centros urbanos brasileiros, principalmente durante as décadas de 1950 e de 1960, marcadas respectivamente pelo nacional-desenvolvimentismo e pela instalação da ditadura militar no Brasil. (DA SILVA, 2009) Assim, nada consta sobre a URES em trabalhos acadêmicos focados no movimento estudantil gaúcho. Seria necessário realizar uma investigação maior, envolvendo pesquisa em jornais rosarienses da época e entrevistas com antigos alunos secundaristas, mas não é o foco da presente dissertação. O que se pode afirmar, contudo, é que à época da participação de Elaine Borges na URES, a União Nacional dos Estudantes já existia há 26 anos, desde a inauguração do Estado Novo de Vargas¹⁵. Produto de uma conscientização dos jovens em relação à necessidade de maior participação política estudantil, a UNE objetivava ter caráter permanente e alcance nacional. De certa forma, a sua consolidação e suas ações criaram um ambiente favorável à instauração de movimentos secundaristas no país, já nos fins do Estado Novo. Em 1948 foi inaugurada a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a UBES, fundada inicialmente como União Nacional dos Estudantes Secundaristas, num congresso no Rio de Janeiro. A partir daí o movimento estudantil secundarista começou a conquistar espaços na sociedade (POERNER, 2004). No caso do Rio Grande do Sul, a presença da União Gaúcha dos Estudantes Secundários, a UGES, teve maior proeminência a partir da sua fundação em outubro de 1943.

Não deixa de ser interessante, contudo, a presença de uma organização de estudantes secundaristas na pacata cidade de Rosário no Sul, e possivelmente em muitas outras, num período pouco democrático na educação em que as taxas de escolarização eram bastante ínfimas no país (ROMANELLI, 1999). É possível que tais organizações estejam mais relacionadas com a história da educação no Rio Grande do Sul naquele período, pois Leonel Brizola, então governador do estado, defendia em sua administração trabalhista o binômio “educação e desenvolvimento”, priorizando a educação popular (MIRANDA, 2006).

No ano seguinte à posse de Elaine Borges como presidente da URES, com a instalação da Lei Suplicy de Lacerda, de 9 de novembro de 1964¹⁶, ficaram na ilegalidade a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes. A partir disso, todas as organizações de representação estudantil ficaram sob domínio do MEC. Ainda em Rosário do Sul, a mãe de Elaine Borges

¹⁵ A data considerada como a de fundação da União Nacional dos Estudantes é 11 de agosto de 1937, quando ocorreu no Rio de Janeiro o 1º Conselho Nacional de Estudantes, na Escola de Belas Artes. Contudo, o reconhecimento “oficioso” só ocorre a partir de dezembro de 1938, no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, com presença do governo a solidificação da entidade com o apoio de 82 associações universitárias e secundaristas de todo o Brasil. (FÁVERO, 1994)

¹⁶ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 24 de abril de 2019.

escondeu e até queimou livros da filha, temendo represálias da ditadura, situação essa que ficou na memória das irmãs.

Também em 1964, após a aposentadoria do pai, João Borges, a família mudou-se para Porto Alegre e passou a morar na casa da “Tia Palmira”, irmã de Izaltina Borges. Segundo as irmãs, tal mudança foi motivada pela pouca perspectiva que Rosário do Sul apresentava e então buscava-se maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho na capital gaúcha. Em Porto Alegre, Elaine Borges ingressa no curso de jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que não concluiu após entrar no mercado de trabalho. É provável que durante os anos em que foi aluna do curso de jornalismo da UFRGS, Elaine Borges tenha tido contato com teorias da comunicação discutidas durante a década de 1950, como a teoria do *gatekeeper* e *organizacional*.

O contato com a universidade e com a capital também proporcionou a Elaine Borges uma aproximação com os centros de cultura e com uma juventude “*hippie*”, nas palavras da irmã mais nova, Miria:

Eu lembro que eles saíam muito comigo, muito. A gente ia lá pra Apamecor. Conhece, o morro? Ali em Teresópolis. A gente subia, nos finais de semana, toda a turma da Elaine, e ela me carregava junto. E a gente subia pelo mato, escalando o morro. Pra mim era uma festa. A gente chegava lá no morro e olhava a cidade toda. E a primeira peça de teatro que eu fui, que eles me levaram escondida, eu entrei pela coxia, foi “Hair”, com a Sônia Braga. E a Elaine explicou pra eu não me assustar porque uma hora eles iam aparecer rapidamente todos nus, e foi. Então pra mim aquilo foi muito marcante. Ela sempre me levava nessas coisas. (...) E eles faziam reuniões secretas lá na casa da Tia Palmira, pra disfarçar, porque eu acho que eles eram muito perseguidos na época... Imagina se volta tudo isso de novo? E assim, eles tinham uma turma, um deles teve até que ir embora num porão de um navio pra Inglaterra. Eu me lembro que a mãe fazia arroz com galinha e salada de tomate com cebola. Nunca vou me esquecer! E eles se juntavam como se fosse uma janta normal, mas era reunião política, sabe? (BORGES, Miria, depoimento, 2019)

A sobrinha Verônica também recorda das características da “turma”:

Eu lembro pelas roupas, os amigos que faziam artesanato, sandália... E gostavam muito de cultura. A primeira vez que fui no Teatro São Pedro foi com ela, que me levou. (BORGES, Verônica, depoimento, 2019)

Eni, irmã mais velha, afirmou que como Elaine Borges já tinha trinta anos quando se mudou para Florianópolis, em 1972, tinha uma postura mais séria, portanto, já não era mais tão *hippie*. Dando a entender que as duas coisas – ser *hippie* e ser uma pessoa séria –, na sua visão, fossem antagônicas¹⁷.

¹⁷ Aqui fica evidente as considerações de Bourdieu (1983) sobre a divisão lógica entre os jovens e os velhos e a divisão dos poderes, uma vez que as classificações etárias (da mesma forma que as classificações por sexo, raça e classe) produzem uma ordem que designa lugares sociais e hierárquicos entre os sujeitos. Assim,

Vale ressaltar que parte da juventude de classe média que viveu em Porto Alegre no famigerado ano de 1968, quando frequentou a UFRGS, estava relacionado, quase que instantaneamente, à posição de contestação ao regime militar, cujas arbitrariedades atingiram a Universidade a partir de expurgos e repressões (SCHMIDT; ANTONIOLLI, 2009).

O curso na UFRGS teve de ser deixado de lado quando Elaine Borges começou sua carreira como repórter, inicialmente como estagiária no *Diário de Notícias* em 1969, e depois em *O Globo*, de março de 1970 a janeiro de 1972, quando mudou-se para Florianópolis. A ida para a Ilha, do ponto de vista das irmãs, teve mais a ver com o gosto de Elaine Borges pela cidade e pela oportunidade no mercado de trabalho e menos com o medo de perseguição política na capital do Rio Grande do Sul, embora tenham relatado os encontros às escondidas e a queima dos livros. De qualquer forma, Elaine Borges chegou na capital catarinense e deu continuidade à sua atividade como repórter no jornal *O Estado*.

Os brasileiros e brasileiras que liam jornais no século XIX entravam em contato principalmente com textos de teor político, compostos por comentários a respeito dos principais acontecimentos do Império e do continente europeu, de forma que a grande maioria do conteúdo dos jornais que circularam no Brasil a partir de 1808, era relacionado com assuntos governamentais. A partir da produção literária do movimento conhecido como romantismo, novas temáticas foram inseridas nos jornais, que passaram a publicar romances em folhetins, que mais tarde seriam organizados em livros. As pesquisas que se debruçaram sobre os periódicos oitocentistas já apontaram para a predominância da temática política, das críticas literárias, das literaturas nacionais e internacionais publicadas a cada edição (SOUZA, 2010). Por essa razão, Candido (1981) nomeou o jornalismo da época de “literatura pública”, qualificado como um gênero que, paralelamente à oratória e ao ensaio político-social, foi predominante na forma de pensar da sociedade nos anos que antecederam a Independência do Brasil.

A virada para o século XX trouxe muitas inovações no mundo jornalístico, incluindo a reportagem entre as principais inovações referentes aos textos publicados. Da mesma forma, o repórter passa a ser um novo personagem a compor as cidades e as redações no novo século. De acordo com Souza (2010), que realizou uma pesquisa etnográfica da profissão de repórter no Brasil, altera-se a partir do século XX o perfil do sujeito narrador e o estilo de sua escrita, de forma que a reportagem traz consigo novas temáticas, outros pontos de vista sobre os fatos

elementos como “seriedade”, “sobriedade”, “reponsabilidade”, “sagacidade” e “sabedoria” são por vezes associados às pessoas mais velhas, e elementos como “impulsividade”, “irresponsabilidade” e “ingenuidade” são mais geralmente relacionadas às pessoas mais jovens.

e uma nova modalidade de expressão. Para ser repórter, o jornalista precisou aprender novas qualidades narrativas que até então eram desprezadas, principalmente na escrita de comentários e crônicas. Portanto, a reportagem difere-se de qualquer outra forma de expressão nos jornais, ainda mais dos textos de caráter literário¹⁸.

Mesmo distanciado de uma narrativa romântica e literária, na virada do século XIX para o XX, o próprio repórter é tido como uma figura um tanto mítica e até mesmo romantizada no campo jornalístico, por ser justamente o personagem aventureiro, que faz um grande esforço para ir atrás dos fatos para contar uma grande história. Segundo Traquina (2005), com o surgimento do repórter, fez-se um esforço para transformar o jornalismo quase que numa câmera fotográfica da realidade, tal como propõe a *teoria do espelho*¹⁹, pois os textos da reportagem deviam ser fotograficamente fieis à vida real. Refletir a realidade tal qual ela era exigia aos repórteres uma caça hábil que os elevava a uma categoria comparável à dos cientistas, exploradores e historiadores. A reportagem passa a ser considerada também como o marco da autonomização do jornalista frente a outras profissões intelectuais.

Sendo assim, a reportagem se consolida ao longo do século XX a partir de aproximações e distanciamentos com a literatura. Uma vez constituída como forma narrativa específica no jornalismo, a reportagem diverge das demais formas de escrita em um periódico, como os artigos, ensaios, entrevistas e editoriais, que também são escritos por jornalistas, mas quase nunca pelos repórteres. Tal distanciamento das outras modalidades de jornalismo foi uma questão intensamente debatida durante as primeiras décadas de legitimação do gênero. Uma vez reconhecida, a reportagem passa a englobar discussões relacionadas às diferentes maneiras de se reportar os fatos, trazendo à tona as questões acerca do distanciamento da literatura.

Essas discussões se estendem de geração para geração de profissionais, constantemente preocupados com os parâmetros dos textos de boa ou má qualidade, e consequentemente com as definições de bons ou maus jornalistas. A literatura foi e é até hoje

¹⁸ No começo do século XX, o cronista João do Rio foi considerado como uma figura intermediária que transitava entre um “jornalismo literário” e um “jornalismo jornalístico”. Souza (2010) pontua que mesmo que o autor tenha sofrido críticas de seus contemporâneos por muitas vezes adotar um estilo literário em suas crônicas, as definições do que seria de fato um estilo jornalístico não tinham sido consolidadas até então. Assim, João do Rio muitas vezes é referenciado como um dos primeiros repórteres da cidade, graças ao caráter investigativo e sociológico de seus textos para a época.

¹⁹ Segundo essa teoria as notícias seriam um reflexo perfeito da realidade, tal qual um espelho. Aqui, o jornalista é tido como um personagem isento de interesses pessoais que possui somente a missão de informar uma suposta verdade. É uma concepção de jornalismo bastante questionável, pois ignora as subjetividades dos jornalistas e as diferentes formas de conceber os conceitos de “verdade” e “mentira”, mas é ainda muito comum nos do campo jornalístico ocidental.

o que melhor representa, para muitos jornalistas, um estilo antijornalístico, e a reportagem é o estilo que mais atrai essa discussão.

Para alguns autores, a reportagem possui um caráter etnográfico. É importante pontuar que desde sua incorporação ao fazer jornalístico ocidental no final do século XX, ela possui a característica própria de ser um relato escrito a partir da observação e da experiência de uma ou duas pessoas que foram até o acontecimento ou o espaço onde acontece o assunto. Essas pessoas são o próprio repórter do texto e o fotógrafo, também chamado de repórter fotográfico. No caso de Elaine Borges, ela exerceu os dois papéis, sendo responsável pela escrita do texto e pelo registro fotográfico do que presenciou²⁰. Souza (2010) considerou o trabalho da reportagem como uma prática considerada aventureira e heroica entre muitos jornalistas, pois muitas vezes demandaria do repórter a locomoção para lugares com os quais, se não fosse o ofício, dificilmente o profissional teria contato, podendo ainda ser lugares com características desafiadoras que impliquem certos riscos. Por essa razão, a antropóloga observou que comumente nos discursos dos próprios jornalistas a respeito do ofício do repórter constam relatos sobre viagens e memórias de “grandes nomes” da reportagem.

Justamente por dar importância à experiência pessoal e direta, a reportagem pode ser comparada à prática etnográfica, guardando as devidas proporções. Em termos de valor de testemunho, o repórter assemelha-se ao etnógrafo porque também “vê com os próprios olhos” o seu objeto de estudo. Além disso, as duas formas de conhecimento têm em comum os relatos de viagem, legitimando suas ideias e autorizando a narrativa a partir do fato do autor ter “estado lá”. Existe ainda a afinidade no registro e narrativa das diferenças culturais, no caso das reportagens feitas em outras regiões ou nacionalidades. Repórteres concebem seu ofício como uma forma de revelar realidades sociais diversas ou desconhecidas para o público leitor, fazendo emergir pessoas e espaços que antes estavam ausentes em outros textos jornalísticos, a partir da sua descrição, da exposição de seus nomes e da fotografia de seus rostos.

Ao organizar o texto escrito e as imagens fotográficas, a reportagem constrói narrativas com grande capacidade de representação²¹. Sua distinção como produto jornalístico, na visão de muitos repórteres, se dá graças ao sucesso da fórmula da reportagem

²⁰ Com exceção de sua primeira reportagem publicada em *O Estado*, que contou com a participação de Orestes Araújo como repórter fotográfico. A reportagem será abordada mais adiante.

²¹ Chartier (1991) pontua que nos estudos de história cultural, a noção de representação é central para o entendimento das práticas sociais. Segundo o autor, as representações tornam visíveis certas ausências, consolidando-se a diferença entre o representante e o que é representado. Na mesma medida, a representação possibilita presentificar o que se expõe no lugar do outro.

criada na primeira metade do século XX, que juntamente com a intensificação do uso da imagem fotográfica, adequou os textos às imagens, criando então as fotorreportagens. Assim, a fotografia não ficou para trás ao adotar as mesmas linhas temáticas e argumentativas do texto que passou a acompanhar. O fotógrafo e sua fotografia passaram a ser também personagens importantes, compartilhando com os repórteres a experiência de viajar e de experienciar diferenças culturais e situações inusitadas a serem mostradas antes ao editor e depois aos leitores do jornal.

Aqui é importante salientar a significativa diferença entre a experiência direta e distraída de um evento ou momento histórico e a construção de uma narrativa inteirada sobre as circunstâncias. Observar atenta e conscientemente o seu tempo com a finalidade de construir uma narração é bastante diferente de rememorar depois da passagem de algum tempo certas lembranças do passado para criar uma narrativa histórica (ROUSSO, 2016). Assim, Elaine Borges, ao ser testemunha de seu tempo e dos eventos que lhe são contemporâneos, forçou a si mesma a ter um olhar atento para o contexto que foi incumbida de narrar para os leitores. Ainda que seu olhar tenha sido permeado por sua subjetividade, sua narrativa imediata difere-se de uma narrativa que seria feita após passado muito tempo.

Souza (2010) propõe que a consolidação do gênero reportagem no Brasil dá continuidade e reinventa uma tradição bastante consolidada entre intelectuais, a de conhecer os lugares de perto, desbravando desde o interior do país até regiões ignotas do litoral, passando ainda pelas cidades a fim de que se descubra uma suposta realidade nacional. A seu modo, o repórter e o fotógrafo perseguem rotas que datam de outras épocas e realizam viagens “de encontro do Brasil”, muitas já feitas por outros aventureiros. O deslocamento, seja ele espacial ou social, principalmente o deslocamento que pode pôr o profissional em contato com adversidades, é uma modalidade que sintetiza o trabalho jornalístico. Assim, descrever a viagem detalhe por detalhe, contando as adversidades, a chegada ao destino e a volta para o ponto de origem é bastante frequente na reportagem.

Benjamin (1994) afirma que a figura de um narrador, sujeito capaz de intercambiar experiências, só se concretiza se composta pelos seus dois tipos: os que viajaram o mundo e que, portanto, possuem muitas histórias para contar, e os que sempre permaneceram no mesmo lugar, sendo capazes de conhecer a fundo sua “realidade” própria. Além disso, o ato de narrar possui sempre uma dimensão utilitária, a partir de sugestões práticas, o que só é possível se o narrador é sábio. Essa sabedoria é adquirida a partir da experiência do narrador, seja a partir de suas próprias vivências ou a partir das experiências relatadas a ele por outras

pessoas. A narrativa, segundo o autor, está assim intimamente relacionada à tradição oral, às histórias faladas e não escritas.

Nesse sentido, a figura do repórter assemelha-se ao ideal de narrador de Benjamin, se levado em conta sua inerente preocupação em conhecer o mundo através de viagens, ou de conhecer determinado contexto geograficamente próximo a partir de uma longa e atenta observação. O repórter, além de ser testemunha ocular dos eventos e das circunstâncias, busca ouvir os relatos de outros sujeitos envolvidos na história que ele objetiva contar. Para isso, além de saber ver, o repórter precisa ouvir pessoas a fim de somar sua própria experiência com a experiência dos outros. Elaine Borges, por ter sido uma repórter que viajou, mas que também narrou a cidade em que vivia a partir de suas vivências e das experiências de outros, semelhantes a ela ou não, poderia corresponder ao ideal do narrador de Benjamin, visto que era composta por ambas as características, a nômade e a sedentária.

Contudo, há uma divergência significativa entre a narrativa e a prática da reportagem, tendo em conta as reflexões de Benjamin. Para o autor, a natureza da narrativa é incompatível com o imediatismo das informações, próprio da aceleração dos ritmos do século XX. A incessante propagação de notícias vindas de todos os lugares do mundo não seriam suficientes para contar histórias impressionantes, visto “que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações”. (BENJAMIN, 1994, pg. 203). A reportagem, ainda que tenha como função a informação, também conta com certos dispositivos narrativos que variam de jornal para jornal, de repórter para repórter. Mas a partir da crítica de Benjamin, a reportagem, ao cair em explicações, perderia seu caráter essencialmente narrativo e, portanto, incapaz de ser reinterpretada com o tempo.

Outro desencontro entre a ideia narrativa de Benjamin e o estilo da reportagem está relacionado com o caráter artesanal que o autor atribuiu à narrativa, pois ela não estaria interessada em propagar uma história “pura em si”, tal qual um relatório. Nesse sentido, muitos repórteres tentam criar uma narrativa informativa que tenta se aproximar o máximo possível da “verdade” e das coisas “tal qual aconteceram”. Essa aproximação com o real é o que qualifica um bom texto jornalístico para muitos profissionais, inclusive para Elaine Borges²².

²² As impressões de Elaine Borges a respeito de uma boa prática jornalística serão debatidas mais adiante.

Ainda que a reportagem não se enquadre totalmente nos moldes ideais narrativos de Benjamin, ela não deixa de ser um recurso interessante para o leitor que busca conhecer histórias sobre mundos e realidades distantes, bem como o mundo do repórter. O repórter, além de trazer informação, conta também sua própria história e as histórias das pessoas que encontrou pelo caminho. Cria, portanto, uma narrativa que lhe é própria.

Por envolver riscos, o estereótipo do repórter associa-se muitas vezes ao de uma pessoa corajosa e audaciosa. Emblema de maior grau na profissão, a reputação de “herói” segue mantida desde as primeiras empreitadas da história da reportagem. Por isso faz-se no jornalismo a separação dos profissionais entre duas categorias: os que são sedentários, cuja atividade ocorre no interior das redações; e os repórteres, o jornalista nômade que encontra nas ruas e nas situações inusitadas o material para seu trabalho. No Brasil, é a partir das décadas de 1940 e 1950 que este último perfil passa a ser considerado o modelo principal do ramo, e a reportagem ganha a qualidade da melhor “escola” de jornalismo, pois possibilitaria ao profissional o amadurecimento do seu trabalho (SOUZA, 2010).

De acordo com o levantamento feito pela autora, os repórteres que viajam pelo mundo são majoritariamente homens, e desde o início da prática da reportagem, o exercício de um jornalismo que seria nômade é encabeçado por eles. Além disso, são escassas as mulheres consideradas autoras de grandes reportagens, mesmo após o aumento da participação feminina nas empresas jornalística, principalmente após os anos 1980. Não por incompetência, mas porque são poucas as mulheres que se dedicaram às viagens mais longas e de maior risco. Geralmente, as jornalistas exerciam funções sedentárias ou que exigiam menor locomoção no espaço da cidade, viajando somente quando a pauta não implicava muitos perigos. Elaine Borges, ainda que raridade como repórter do sexo feminino, transitava principalmente na cidade de Florianópolis, de forma que seu deslocamento era muito mais social – narrando histórias de sujeitos de cuja condição social era diferente da sua – do que espacial. Ainda que tenha sido enviada especial do *O Estado* para a Transamazônica, viajar longas distâncias não era comum entre suas tarefas como repórter.

Souza (2010) concluiu, após pesquisar sobre as formas de se fazer reportagem no Brasil, que essa especialidade é um domínio masculino. Por essa razão, a questão de gênero intervém nas trajetórias e nos rumos das carreiras nesta profissão. O gênero acaba por ser uma categoria que demarca as diferenças entre jornalistas repórteres e não repórteres.

Sobre as diferenças de gênero no campo jornalísticos, Elaine Borges publicou um capítulo em que narrou algumas de suas histórias como repórter e outros episódios

envolvendo colegas mulheres na profissão. Além de pontuar que não era a única mulher na história do jornalismo em Santa Catarina, narrou os desafios do ofício, começando pela pergunta que ouviu de uma figura proeminente do governo Collombo Salles ao embarcar, em 1972, para o Pará para fazer a série de reportagens sobre os colonos catarinenses na Transamazônica: “e sua mãe sabe que você vai viajar sozinha?!” (BORGES, 2005, 131). O questionamento exemplifica o que foi pontuado por Souza (2010) a respeito da ideia do caráter masculino das viagens de longas distâncias, de tal forma que o fato de Elaine Borges ter embarcado sozinha causou estranheza na figura que ela optou por não identificar no texto.

Além do estranhamento causado pela sua figura feminina embarcando desacompanhada para trabalhar no Norte do país, a jornalista citou alguns conflitos que fizeram parte da sua carreira como correspondente do *Estadão*. Contou que durante a década de 1970 “presidi duas vezes o Clube dos Repórteres Políticos de Santa Catarina. Correspondente de *O Estado de S. Paulo*, em alguns episódios, minha demissão foi ‘gentilmente’ solicitada por lideranças locais – nunca aceita pela direção do jornal” (BORGES, 2005, 132). Citou também alguns “galanteios”, que nada mais eram do que assédios, que frequentemente ouvia de entrevistados homens; além da dificuldade de conciliar a vida pessoal com as demandas da atividade de repórter, sempre muito imprevisíveis.

Souza (2010) pontua que mais recentemente as mulheres têm sido reconhecidas por seu trabalho, mas que ainda existem nichos de grande prestígio no campo jornalístico que ainda são exclusivos dos homens, de forma simbólica e concreta. A reportagem que implica numa aventura, em riscos da observação de conflitos são até hoje funções sob o domínio dos homens da redação e são tidas como tarefas naturalmente masculinas. Assim, o estereótipo consolidado há mais de um século, do repórter herói que desbrava os perigos da água, da terra e do ar, segue inalterado até hoje.

Além do gênero, outra categoria relevante é a filiação “geográfica” das publicações, que estabelece se o jornalista faz parte da imprensa nacional ou da regional, configurando uma classificação que divide o jornalismo entre jornalismo de centro e de periferia. Considerando que os impressos de circulação nacional no Brasil são historicamente pertencentes às tradicionais famílias do eixo Rio-São Paulo, às vezes também chamados de “grandes jornais” (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*), Elaine Borges pode ser classificada como uma repórter pertencente a um jornalismo de periferia. Ainda que tenha trabalhado como repórter regional no *Estadão* por muitos anos, seus textos frequentemente dividiam espaço com os textos de muitos outros repórteres

regionais (com algumas exceções, principalmente com as reportagens relacionadas aos “grandes acontecimentos” de Florianópolis), de forma que seu trabalho por si só não resultou numa maior proeminência e na elevação para uma categoria de repórter de jornalismo de centro. No entanto, entre seus colegas em Florianópolis, o fato de ter sido correspondente do *Estadão* lhe conferia considerável prestígio.

Pesquisas relacionadas aos gêneros textuais ampliaram-se significativamente nos últimos anos, contudo alguns campos demandam maiores estudos sobre questões que giram em torno da descrição e do entendimento de como operam alguns gêneros específicos, como os gêneros jornalísticos. Em sua maioria, eles não foram suficientemente debatidos, tampouco definidos cientificamente, de tal forma que é impossível definir com precisão o gênero reportagem, por exemplo. Kindermann (2003) apontou para uma carência de trabalhos científicos que tratem da totalidade dos gêneros usados na composição dos jornais, abrindo margem para os questionamentos: quantos são e quais as diferenças essenciais que carregam? Além dessas perguntas de caráter mais elementar, pode-se questionar ainda qual a importância e o papel dos diferentes gêneros na formação da estrutura dos jornais, de uma forma mais aprofundada.

No entanto, sabe-se que a reportagem possui proeminência entre os gêneros jornalísticos, sendo um dos principais textos na estrutura do periódico. Ainda que dotada de tamanha importância, a reportagem ainda não foi pontualmente explicada como gênero, de tal forma que diferentes manuais jornalísticos acadêmicos e de redação podem trazer explicações diferentes a respeito de suas particularidades estruturais e funcionais. Elas podem variar de jornal para jornal, às vezes podendo ser confundidas com as notícias. Kindermann (2003) concluiu, no universo das reportagens de sua pesquisa, que os subgêneros das reportagens variaram de acordo com a temática do caderno em que estavam inseridas. É, contudo, um resultado de uma pesquisa bastante inicial, segundo a própria autora.

De acordo com Bahia (1990), a reportagem é a “grande notícia”, explicando que toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia pode assumir a forma de uma reportagem. Assim, segundo o autor, a notícia não altera sua natureza, porém modifica seu caráter ao elevar-se para a categoria de reportagem. A reportagem seria então um tipo de notícia com regras específicas e, por essa razão, com um valor próprio. Mesmo que diferenciada, para o autor a reportagem deve ser um texto que expõe as circunstâncias observadas pelo repórter sem que ele se posicione na narrativa.

Em termos de estrutura, a reportagem não se limita a uma notícia, pois para o autor ela deva explorar ao máximo todas as eventualidades do acontecimento. Para Bahia, a elevação da notícia para a categoria de reportagem ocorre quando o jornalista vai além da simples descrição dos fatos e passa a detalhar, questionando causas e efeitos, interpretando o acontecimento e lhe conferindo nova dimensão ética e narrativa.

O autor decompõe a reportagem em título, que anuncia o fato em si; primeiro parágrafo, cabeça ou *lead*²³, que explica o clímax; desenvolvimento da história, narrativa ou texto, que trata do restante da história da história, à narrativa dos fatos. Para o Bahia, as reportagens podem ainda ser arranjada das seguintes maneiras: em pirâmide, com o *lead*; em ordem cronológica, em que acontecimento é narrado em sequência dos eventos; em clímax ou remate incisivo, combinando os elementos de maior importância com os de ordem cronológica temporal. Nesse último caso, é dado ao primeiro parágrafo um conteúdo mais “dramático”, para que então o texto siga com a cronologia.

Se para Bahia o repórter não tem permissão para colocar-se no texto, para Lage (1986) a reportagem distingue-se da notícia a partir do estilo. Menos rígido, o estilo da reportagem possibilita ao repórter, em alguns casos, inclusive de fazer uso da primeira pessoa. Também a linguagem é mais flexível e mesmo que existam reportagens que priorizam o levantamento de dados e a investigação, também existem reportagens que possuem características mais interpretativas por parte do seu autor.

É a partir da década de 1960 que o gênero reportagem ganha contornos diferentes. Segundo Faro (1999), após 1964, a imprensa brasileira, principalmente a partir da reportagem, adotou um caráter mais sensível em relação ao contexto político do país. Em consonância com as manifestações artísticas e culturais, as reportagens adotaram discursos contestadores inspirados por um Estado autoritário cujas políticas econômicas impunham uma modernização conservadora²⁴.

Para o autor, a produção jornalística repercute certas características das mudanças culturais no decorrer de sua história. Assim, a imprensa é técnica; o jornalismo é discurso.

²³ Segundo o Manual de Redação mais recente do *O Estado de S. Paulo*, o *lead* é a introdução da matéria, que deve incluir, em duas ou três frases, as informações elementares que expliquem aos leitores o resumo do fato noticiado. É necessário responder às questões essenciais: “o que?”, “quem?”, “quando?”, “onde?”, “como?” e “por quê?”. O jornal recomenda que o *lead* seja composto por no máximo 5 linhas de 70 toques. Podem ocorrer exceções se o fato noticiado for considerado de impacto.

²⁴ O conceito de “modernização conservadora” refere-se às mudanças institucionais promovidas pelo regime ditatorial que, embora preocupadas com a modernização do país, não objetivavam alterar o *status quo*. Tal modernização conservadora deu certa continuidade às reformas propostas pelo presidente João Goulart, com exceção das políticas de distribuição de renda e de propriedade.

Faro não nega que a ideia de objetividade da informação encontrou no desenvolvimento tecnológico um parceiro funcional significativo, pois ele mesmo é discurso e ideologia. Contudo, ele defende a ideia de que a construção da reportagem está relacionada a elementos discursivos externos ao universo da imprensa, de tal forma que as maneiras de reportar podem somente ser entendidas se a análise se estender para as diferentes representações da “realidade” promovidas pela arte, pela sociologia e pela história.

É provável que a seja da própria natureza do processo de comunicação e de qualquer forma narrativa a impossibilidade de apoderação total da realidade. Nesse sentido, a reportagem, por se pretender global, estaria fadada a ser uma prática associada à observação sociológica e à estética literária, já que estas, por sua autonomia de especulação que as constituem, como disciplina científica e como arte respectivamente, fornecem ao repórter os pontos que outros referenciais informativos habituais não possuem. A amostra mais consistente vem da série de “regras” seguidas pelo chamado *new journalism*²⁵, tendo no Brasil a revista *Realidade* como um modelo da relação entre a construção do texto jornalístico e o complexo das manifestações políticas e culturais que atravessam o país e o mundo ocidental. Não significa, contudo, que tenha existido uma influência direta entre os códigos narrativos do *new journalism* e a produção da *Realidade*, mas é possível que os profissionais da revista tenham feito uso de certos elementos daquele código (FARO, 1999).

Da mesma forma que em *Realidade*, é possível que os jornais que Elaine Borges trabalhou como repórter tenham empregado em certa medida o uso de elementos discursivos do *new journalism*, abrindo mão da completa objetividade e imparcialidade em suas reportagens e dotando os repórteres de maior autonomia para a construção de textos mais próximos de um estilo literário. No caso de *O Estado*, Elaine Borges adotou uma linguagem diferente da que é usualmente empregada no jornalismo puramente informativo, pois é composta por certos “adornos”, como adjetivos e figuras de linguagem, de forma que até a pontuação força pausas na leitura para dar orientação a um certo sentido no texto. Outros elementos que aproximam suas reportagens de um jornalismo literário podem ser percebidos quando a jornalista inseriu em seus textos os diálogos e falas dos sujeitos da história, bem como as descrições minuciosas dos lugares e das pessoas que viu. Além disso, muitas vezes

²⁵ O *New Journalism*, ou Jornalismo Literário, é um forma de fazer jornalismo iniciado na década de 1960, nos Estados Unidos. Caracteriza-se por fazer uso de um estilo mais literário na escrita das notícias, especialmente nas reportagens. O estilo literário se faz presente a partir de alguns elementos, como a valorização de adjetivos, extensas descrições dos lugares e pessoas, e inserção do autor no próprio texto, por exemplo. O *New Journalism* teve como principais nomes os jornalistas Tom Wolfe, Gay Talese, Norman Mailer e Truman Capote.

colocou-se como testemunha e descreveu até mesmo os sentimentos e emoções dos personagens reais de suas reportagens.

Já no *Estadão*, as características literárias foram menos recorrentes, de certo em razão das temáticas abordadas e do próprio espaço que a jornalista dispunha para publicar suas reportagens. No geral, seus textos publicados no jornal de circulação nacional eram mais diretos, objetivos e ainda que trouxessem falas coletadas a partir de entrevistas, não recebiam tantos adornos, tão presentes nas suas reportagens publicadas no periódico regional. Existem exceções, principalmente nas reportagens maiores, em que a jornalista pôde utilizar-se de uma página completa.

Como foi a própria Elaine Borges quem fotografou a maioria das cenas descritas em seus textos, é importante fazer também uma breve análise de suas fotos, ainda que superficialmente. Aqui suas fotografias não são consideradas como simples anexos de suas reportagens, mas parte constituintes delas que, em diálogo com os textos, ajudam a compor a narrativa para o público leitor. Na medida do possível, elas são expostas no trabalho junto das análises das reportagens, principalmente as publicadas em *O Estado*, visto que Elaine Borges guardou a maioria das fotografias feitas para impresso em seu acervo pessoal.

Na década de 1970, o ofício do fotógrafo passa por um processo de ampliação e profissionalização no país. Esse processo teve início nas décadas de 1950 e 1960, a partir de publicações em grandes veículos de comunicação, a exemplo das revistas *Manchete*, *O Cruzeiro*, *Realidade* e *Revista do Globo*, fortemente marcadas pelo uso de fotografias na composição das capas e das matérias. O surgimento dos primeiros cursos de fotografia, também nas décadas de 1950 e 1960, nas faculdades de comunicação, arquitetura e artes também contribuíram para o processo de profissionalização que marcou mais intensamente a década seguinte (PEREGRINO, 1991).

Além desses fatores, fatores como a expansão na indústria de informação, da publicidade e da modernização da imprensa também foram significativos. Forma-se um mercado de trabalho e consolida-se nas principais redações de jornais e revistas do Brasil uma demanda por de fotografias que informem o leitor “moderno” e “atualizado”. A partir dessas prerrogativas, as principais empresas de comunicação do país, inspiradas por revistas norte-americanas como a *Newsweek* e *Time*, passam a contratar equipes de fotógrafos, ou começam a encomendar fotografias de profissionais freelancers em agências das principais capitais do Brasil. O jornal *O Estado*, motivado pela modernização da imprensa e pela forte competitividade, foi um dos veículos a contratar fotógrafos, incluindo Elaine Borges.

As fotografias produzidas pela repórter são formas de expressão visual incorporadas ao seu suporte e resultantes dos procedimentos tecnológicos que as materializaram. Uma fotografia original é, portanto, um objeto-imagem, é um utensílio no qual se pode detectar em sua materialidade os elementos técnicos típicos da época em que foi produzido. No caso das fotografias da jornalista, elas estão em suporte de papel Kodabromide F-3, da marca Kodak. É um papel para fotografias preto e branco de contraste rápido e graduado, com uma base de fibra. Foi projetado para aplicações de fotografia comercial, industrial, profissional e de imprensa. Suas dimensões são 18 x 24 cm. É evidente que, devido a sua reprodução nos diferentes impressos, tal materialidade está distorcida e portanto, não está fielmente representada.

Em termos de expressão, as escolhas técnicas de Elaine Borges foram em certa medida ditadas por sua câmera — diferentemente das fotografias, a máquina utilizada não consta no seu acervo pessoal e portanto seu modelo é desconhecido — e pelo papel fotográfico, que deram às suas imagens tons de preto e branco, contraste específicos e iluminação um tanto limitada. Já suas escolhas estéticas são percebidas a partir do enquadramento e da composição. Usa diferentes planos, abertos, fechados e médios. Geralmente os personagens de suas reportagens são enquadrados no centro, com uma angulação normal, ou seja, na altura dos olhos da pessoa que estava sendo fotografada. A composição é variada, dependendo da cena que a repórter presenciou, podendo constar apenas a figura da pessoa, como um retrato (ou *close up*), ou ainda o cenário que compõe a cena, com mais elementos visíveis, além das pessoas. Seja como for a fotografia, ela parece sempre representar na forma de imagens as pessoas e as cenas descritas pela repórter.

Dependendo da narrativa, Elaine Borges ora adota a posição de *voyeur*, que olha a cidade e suas paisagens de cima, de forma que as pessoas são quase invisíveis dessa perspectiva. Diferentemente de Certeau (2009) no topo do *World Trade Center*, Elaine Borges não descreve uma metrópole composta por enormes edifícios, mas uma ilha ainda “primitiva”, com suas belezas naturais e cenários paradisíacos. Mas a repórter também desce do mirante da Lagoa da Conceição e posiciona-se mais abaixo, mirando nas pessoas, muitas vezes anônimas, que fazem parte do cotidiano de uma Florianópolis em processo de modernização, que experienciam conflitos e que pertencem às mais diversas classes sociais.

Dialogando com Le Goff, Mauad (1996) afirma que fotografia é simultaneamente imagem/documento e imagem/monumento. No primeiro caso ela serve como índice, como rastro de uma materialidade do passado, onde objetos, pessoas, lugares sinalizam certos

elementos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que no passado foi estabelecido como a imagem a ser perenizada para o futuro, tal qual um monumento. Nessa perspectiva, todo documento é monumento.

De acordo com Kossoy (2001), toda fotografia configura em seu conteúdo uma interrupção do tempo e, portanto, da vida. Nesse sentido, os fragmentos das cenas, a partir do instante em que foram registrados por Elaine Borges, permanecem eternamente interrompidos e isolados na bidimensão da superfície do papel Kodabromide.

O fator da interrupção do tempo encaminha para uma outra discussão importante. Embora se possa ter a sensação de congelamento e captura total de um determinado momento passado, a fotografia não se qualifica como um “espelho do real”, como se acreditava no final do século XIX pela imprensa e pelo senso comum, tampouco é a “transformação do real” compreendida como sua abreviação e deformação, como já foi pontuada a não neutralidade da mensagem fotográfica no século XX. A fotografia, segundo Dubois (1993), é um indicador que mantém um elo físico com o seu referente.

Nesse sentido, Kossoy (2001) também aponta para a função de “filtro cultural” desempenhado pelo fotógrafo que acaba dando os contornos do resultado final desde a da seleção do fragmento até sua materialização iconográfica. Assim, o testemunho que é o registro fotográfico de Elaine Borges é obtido a partir de sua mediação criativa, de forma que testemunho e criação são elementos de um binômio inseparável que qualifica os conteúdos das fotografias. Não é, contudo, um testemunho fidedigno da realidade, mas dotado da subjetividade e escolhas da fotógrafa. Por isso, não importa a temática capturada pelas imagens fotográficas, pontuará a visão de mundo de quem pressiona o botão da máquina.

Assim sendo, as fotografias de Elaine Borges servem como um duplo testemunho: por aquilo que elas exibem do fragmento do passado capturado, e por aquilo que nos informa acerca dela mesma. Para além das cenas da cidade, as fotografias sinalizam parte da trajetória profissional da jornalista, que trabalhou como repórter e percorreu a cidade em diversos momentos de sua carreira.

Portanto, segundo Kossoy (2001), todas as fotografias são uma forma de testemunho produzidos por um filtro cultural, na mesma medida que é um elemento criativo baseado num visível fotográfico, de forma que “toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho” (KOSSOY, 2001, pg. 50).

Por fim, vale lembrar o que defendeu Mauad (1996) ao dizer que toda a imagem é histórica. Como todas as fotografias, as que foram produzidas por Elaine Borges carregam consigo uma história. Se deparar com fotografias do passado e questionar sobre suas trajetórias é localizá-las em três situações precisas que delimitam sua existência. A primeira situação consiste na intenção para que elas existissem, no caso para a elaboração das reportagens. A partir de motivações profissionais, o registro foi feito, dando origem à sua materialização numa segunda situação. A terceira circunstância está relacionada com os caminhos que tais fotografias percorreram, com as mãos que as manusearam, com os olhos que a viram, com os álbuns que as guardaram, e com as mãos que a armazenaram. Aqui, o conteúdo das fotografias se manteve inalterado, o tempo foi congelado. A cidade e seus habitantes seguem paralisados, com as cenas fixas. Apenas envelheceu o papel fotográfico. As imagens fotográficas de autoria de Elaine Borges permitem presentificar uma representação de uma parte do passado Florianopolitano. Passado esse que já foi memória presente da própria jornalista que a possuía, guardava e colecionava, como parte de relíquias, lembranças ou testemunhos, num constante processo de vir a ser readquire o seu elemento de presente, em novos lugares, contextos e funções, como é o caso da presente dissertação.

CAPÍTULO 2: FLORIANÓPOLIS REPORTADA

Neste capítulo é feita uma análise das reportagens escritas por Elaine Borges e publicadas nos jornais *O Estado*, de junho a novembro de 1972, e *O Estado de S. Paulo* de agosto de 1974 a abril de 1999. A intenção é pontuar, a partir da alteração da escala de análise, as diferentes formas que a jornalista representou a Ilha de Santa Catarina em nível local e nacional. No primeiro periódico, a jornalista produziu reportagens cujo foco eram histórias de pessoas que viviam à margem da sociedade florianopolitana, como empregadas domésticas, idosos em asilos, catadores de lixo e trabalhadores migrantes. Já no periódico nacional, a cidade, as questões relacionadas ao turismo e grandes acontecimentos ganharam maior proeminência.

Os grandes impressos diários têm sido objeto de pesquisa da historiografia brasileira mais recente, a partir da segunda metade do século XX, que objetiva explicar suas complexas relações com a sociedade, especialmente no que diz respeito às relações políticas. Considerados como agentes ativos instrumentalizados que atuam no jogo de interesses e que participam ativamente na vida social (Capelato e Prado, 1980), os grandes jornais diários também publicizam, universalizam e sintetizam vertentes ideológicas (FONSECA, 2006).

2.1. NO *O ESTADO*: OS DESPREZADOS

A pesquisa no jornal *O Estado* começou já nas fases finais da escrita da dissertação, após as sugestões da banca de qualificação que me encaminharam para uma problemática que pudesse comparar o trabalho local com o trabalho nacional de Elaine Borges. Se comparado aos seis anos de atuação da jornalista no *Jornal de Santa Catarina* (de 1972 a 1978), sua permanência de menos de um ano no *O Estado* em 1972 pode parecer irrelevante para fins de pesquisa de comparação, mas a escolha do último em detrimento do primeiro foi metodológica. Durante minhas pesquisas na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina me debrucei sobre ambos os jornais, mas devido às próprias características do “Santa”, composto por muitos textos, a maioria sem a assinatura dos autores, ele foi deixado de lado na pesquisa na biblioteca, sendo consultado somente a partir dos recortes das matérias que Elaine Borges guardou em seu acervo pessoal.

O trato com o jornal *O Estado* foi mais fácil, pois já no primeiro mês em que a jornalista lá trabalhou encontrei uma extensa matéria assinada inteiramente por ela. Também levei em consideração minha própria disponibilidade de tempo, visto que dessa vez eu não

podia fazer uso de uma ferramenta de consulta e navegação digital como fiz com o acervo do *Estadão*, de forma que a pesquisa *in loco* na Biblioteca Pública exigiu um deslocamento e mais tempo de consulta²⁶. Durante a pesquisa na Biblioteca, consegui encontrar um total de sete matérias assinadas por Elaine Borges.

Diferentemente das matérias publicadas no *Estadão*, as matérias que Elaine Borges escreveu para publicação regional possuem como tema aglutinador a exclusão social. Deixou a paisagem e as belezas naturais da cidade de lado e deu protagonismo para os desprezados da sociedade, para os que estiveram à margem do processo de modernização de Florianópolis, ou melhor dizendo, ficaram restritos a uma outra face do processo. Não significa que *O Estado* não abordou a temática do turismo e da modernização que atravessava Florianópolis no começo da década de 1970. De fato tais assuntos foram numerosos no jornal e já existem pesquisas relacionadas a essa produção, mas Elaine Borges especificamente mirou em questões paralelas para compor seus textos.

Tabela I – Reportagens de O Estado

Edição	Data	Seção	Página	Título
16907	10/06/1972	Caderno I	9	As famílias que vivem do lixo
16914	18/06/1972	Caderno I	16	À margem da vida, à espera da morte: os velhinhos no asilo
16943	23/07/1972	Caderno I	8	Empregadas mal-empregadas
16971	25/08/1972	Caderno I	8	O problema das migrações internas.
17007	10/10/1972	Caderno I	6	Partem os primeiros colonos de SC para a Transamazônica
17015	18/10/1972	Caderno I	8	Posse de terra, um sonho que os colonos levaram para a Amazônia.
17016	19/10/1972	Caderno I	8	Mais catarinenses na Amazônia
17017	20/10/1972	Caderno I	8	Admirável mundo novo

Fonte: Elaboração da autora, 2019

Outra característica que se difere do *Estadão* diz respeito ao espaço ocupado pelo texto. Se no periódico de circulação nacional as palavras da repórter frequentemente disputavam o espaço com textos de outros repórteres regionais e com muitos anúncios publicitários, em *O Estado* a jornalista usufruiu de páginas inteiras que dividiam espaço somente com às fotografias que dialogavam com seus textos. Em alguns casos, as matérias

²⁶ A Hemeroteca Digital Catarinense disponibiliza em seu site uma grande quantidade do acervo documental de publicações periódicas que circularam em Santa Catarina, incluindo *O Estado*, mas a digitalização do jornal e sua divulgação vai até 1965, portanto antes do recorte temporal da pesquisa.

dividiram espaço com anúncios publicitários, mas que não eram grandes o suficiente para tomarem a página para si.

Sua estreia no jornal foi em junho de 1972, quando foi publicado um texto sobre “As famílias que vivem do lixo”, que ocupou toda a primeira página do segundo caderno. As palavras dividiram espaço com cinco grandes fotografias de autoria de Orestes Araújo²⁷, que captaram a busca das crianças por comida no lixão do bairro Itacorubi, sobrevoadas por urubus. As fotografias não só ilustraram a matéria, mas informaram à sua maneira as cenas descritas por Elaine Borges de forma textual:

Num ambiente quase absurdo, eles sobrevoam as cabeças dos pobres e desanimados que tiram da sujeira sua sobrevivência. Ao contrário da frase de Caetano Veloso – “os urubus voam sobre os girassóis” – ali o que existe mesmo é muita sujeira e uma fumaça que quase sufoca. Feios e agourentos voam sobre as cabeças das crianças do sub-distrito de Itacorubi, disputando com elas o lixo de cada dia – muitas vezes até o pão, um pão sujo, “o pão que o diabo amassou”. A briga é também dividida com as moscas, insetos irritantes que pousam na sujeira assim como pousam nas finas pernas das crianças catadoras de lixo. A briga varia de intensidade, dependendo do número de pessoas que resolvem tirar seu sustento do lixo jogado pelos caminhões da Prefeitura no depósito de Itacorubi, único na cidade. (BORGES, Elaine, 1972, pág.1, caderno II)

Eis a cena descrita no começo do texto. À época, o lixão do Itacorubi funcionava desde 1958 ao lado do cemitério, numa área de aproximadamente 12 hectares. Na primeira metade do século XX, o lixo de Florianópolis era incinerado próximo à Ponte Hercílio Luz, mas o significativo aumento de material sólido descartado causado pelo crescimento populacional fez com que a Prefeitura aposentasse o antigo forno e criasse um lixão no manguezal. O despejo de material sólido no manguezal por três décadas ocasionou alterações físico-químicas significativas, até o lixão ser desativado em 1990 após reivindicação popular.

Na tentativa de obter informações aproximadas quanto ao número de famílias que catavam alimento e outros materiais do lixo, Elaine Borges recorreu aos depoimentos do vigia do local e das próprias crianças que ali faziam seu trabalho de coleta. O vigia relatou que cerca de 40 pessoas, a maioria crianças, frequentavam o local todos os dias. Segundo o homem, elas só estavam autorizadas a fazer buscas no lixo durante a madrugada, segundo ordem da Prefeitura por motivos de segurança. O melhor horário para procurar por comida,

²⁷ Orestes Araújo é um fotojornalista catarinense nascido em 1934 no município de Garopaba. A partir de 1972, com a modernização do *O Estado*, fez parte do primeiro grupo de fotojornalistas de Florianópolis que pretendiam produzir fotografias que não apenas ilustrassem as matérias, mas que fossem tão informativas quanto os textos. Disponível em: <<http://www2.carosouvintes.org.br/pioneiros-do-fotojornalismo-orestes-araujo/>> Acesso em: 01/04/2019.

segundo um menino, era a uma hora, quando havia mais pão. A jornalista incluiu no texto os nomes das pessoas que dali tiravam seu sustento:

No meio da cata frenética, aparece o pequeno Emídio, dois anos, filho de Lourdes e Irineu – também catadores de lixo – que sabe seu papel e cumpre-o com seriedade e até brigando (quando a ocasião exige), como fez ao gritar com seu vizinho e companheiro de miséria: “hei, esse papelão é meu, não se meta”. Embora criança, a briga pela sobrevivência já é um fato em sua curta vida. (*Idem*)

O texto também aponta para os perigos que a procura de objetos e alimentos impunham às pessoas que ali frequentam, mas isso não impedia a busca, pois era possível trocar o que se encontrava por alguns centavos e garantir uma pequena refeição, tirada do próprio lixo, ou ainda comprar um caderno para as crianças.

Por fim, a jornalista sugeriu que o fato de o principal depósito de lixo do município estar localizado numa área urbana fosse decorrente do rápido crescimento da cidade, de forma que as autoridades estavam tendo dificuldades em manter as milhares de toneladas de resíduos escondidos. Como ficavam à céu aberto, estavam à disposição das famílias carentes.

A repórter publicou sua segunda matéria em *O Estado* em 18 de junho de 1972, a partir de uma visita que fez ao Lar dos Idosos Irmão Erasto²⁸, na Cachoeira do Bom Jesus, e ao Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim²⁹. O texto, intitulado “À margem da vida, à espera da morte: velhinhos no asilo”, é um relato das condições de vida de idosos empobrecidos que não contam com o apoio da família nem do Estado para sobreviver. Diferentemente das outras matérias em que a jornalista narrou os idosos como moradores “tradicionais” da Ilha de Santa Catarina, habitantes das praias e praticantes de atividades “antigas” como a pesca e a renda de bilro, na matéria aqui analisada Elaine Borges os descreveu como sujeitos discriminados em função da idade e excluídos socialmente, contando apenas com os asilos para viver.

Comparando-os a crianças por demandarem cuidados de terceiros, a jornalista narrou a rotina dos idosos no asilo e inseriu, assim como na matéria anterior, relato dos próprios sujeitos retratados em seu texto.

²⁸ O Lar dos Idosos Irmão Erasto foi fundado em 1967, dez anos após a fundação da própria SERTE (Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação), responsável pelo abrigo dos idosos e pelo educandário que abriga crianças de 7 a 14 anos desde 1969, em regime de semi-internato. Disponível em: <<http://serte.org.br/>>. Acesso em 3 de maio de 2019.

²⁹ A entidade, criada por maçons e por católicos da Catedral Metropolitana em 1911 fez parte do processo de modernização e higienização de Florianópolis no começo do século XX, abrigando pedintes e moradores de rua. Existe até hoje na Avenida Mauro Ramos. Disponível em: <<https://asiloirmaojoaquim.org.br>> Acesso em 3 de maio de 2019.

Nos asilos os velhos – homens e mulheres – gastam seus dias. São como crianças, cheias de mimos e manhas. Às vezes chamam o Nelito³⁰ como se estivessem chamando o pai. Querem atenção e carinho. Exibem-se para as visitas. Encabuladas, colocam as enrugadas mãos na boca, tapando os escassos dentes que ainda lhes restam. É o derradeiro sinal de vaidade. Têm certa consciência do peso que eram para suas famílias. Como disse Maria Miquelina dos Santos, do Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, “vim para cá porque não podia mais trabalhar e ninguém podia me sustentar”. Ou, como afirma Délia Vidal; “tenho parentes, mas são pobres, não podem me sustentar. Afinal de contas, com essa idade – cerca de 70 anos – não posso mais trabalhar”. (BORGES, 1972, pág. 16)

O trecho em questão assinala a inexistente política pública de assistência aos idosos em Florianópolis e no país de maneira geral durante a década de 1970. No Brasil, discussões relacionadas ao cuidado com a população idosa acontecem somente a partir da década de 1990, após alterações na pirâmide etária com indicativos de envelhecimento da população (SANTOS, 2013). Fica também evidente a exclusão dos idosos citados na matéria do sistema previdenciário vigente, visto que não tinham aposentadoria ou outros recursos que pudessem ser utilizados para a manutenção de suas vidas.

Dialogando com as palavras, quatro grandes fotos de idosas com os rostos enrugados foram impressas na página 16 do caderno I de *O Estado*. Uma delas é a senhora que cobriu o sorriso, descrito no trecho acima. É a única que olha para baixo, as outras três senhoras fotografadas olham para a câmera, mas apenas uma esboça um sorriso.

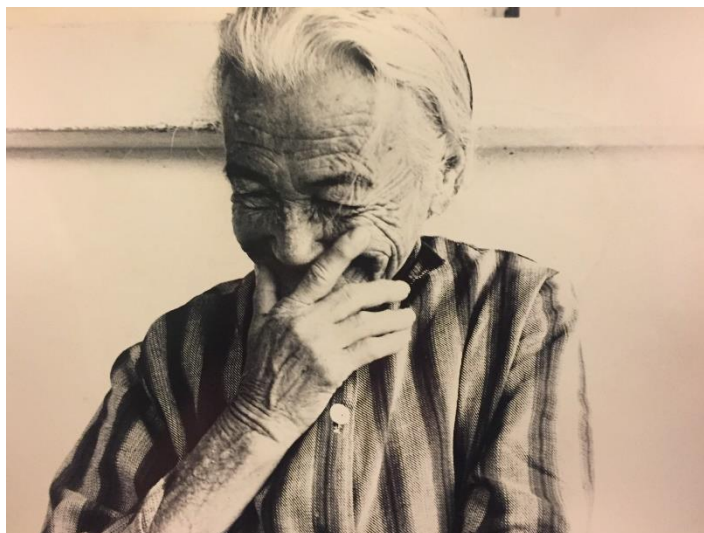


Figura 4: Idosa no asilo (Foto por Elaine Borges)

³⁰ Nelito é o apelido de Leonel Timóteo Pereira, empresário e comerciante fundador da SERTE. Faleceu em 1974 aos 55 anos. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nos_98/index.html> Acesso em 3 de maio de 2019.

No texto, que possui um total de treze parágrafos, a jornalista incluiu nos quatro últimos as tentativas do governo em lidar de maneira mais eficiente com os idosos marginalizados, como o incentivo ao emprego para pessoas maiores de 35 anos, que para muitas empresas já eram consideradas incapazes de exercer trabalhos pesados. Também citou o posicionamento da Associação Brasileira de Gerontologia sobre a questão, que também defendeu a abertura do mercado para pessoas acima de 35 anos, a luta contra o envelhecimento prematuro e criticou a discriminação dos idosos. Foram apontamentos bastante genéricos por parte do governo e da associação, mas Elaine Borges apenas concluiu que enquanto nenhuma medida era adotada e nenhuma oportunidade surgia, os idosos continuavam a dormir nos bancos das praças e os asilos seguiam fazendo seleções rigorosas para abrigar o maior número de pessoas possível.

O texto de Elaine Borges apareceu na capa de *O Estado* pela primeira vez num domingo, 23 de julho de 1972. Havia no centro da página uma fotografia de uma jovem mulher negra que segura uma criança branca no colo. Ambos olham para a câmera. Abaixo, o título “Empregadas mal-empregadas”, seguido dos parágrafos:

Uma classe que não tem consciência de classe e que talvez por isso mesmo seja a categoria profissional mais desprotegida: as empregadas domésticas. A maioria vem do interior, atraída pela cidade grande ou por dificuldades financeiras da família. São analfabetas ou semi-analfabetizadas. Quando despedidas, não têm direito ao aviso prévio. Simplesmente são postas no olho da rua, o que acontece invariavelmente quando ficam grávidas. Depois de nascer a criança, torna-se muito difícil conseguir emprego. Aí, o problema se agrava ainda mais. As patroas não querem saber de se “incomodar com os filhos dos outros”, mas não se lembram da imensa capacidade que as empregadas têm para amar as crianças das casas onde trabalham. (BORGES, 1972, pág. 8)

O texto prossegue na página oito do caderno I, com o título “Empregada doméstica, uma vida em silêncio”. A mesma mulher e a mesma criança são os personagens da grande foto que acompanha o texto, que retoma algumas informações da capa, incluindo o conceito de consciência de classe (MARX, ENGELS, 1989).

Elaine Borges escreveu de forma bastante direta sobre as condições de vida e trabalho das empregadas domésticas de Florianópolis, e já no segundo parágrafo descreveu que quando despedidas, recorriam à prostituição para tirar o sustento. Quando engravidavam e davam à luz em condições precárias, as moças, sem condições de criar as crianças, as davam para alguém “com papel passado e tudo”. Se o desespero fosse imperativo, as moças tentavam suicídio, matar os filhos abortando-os ou abandonando-os em terrenos baldios.

Seguiu explicando no texto que a ocupação de empregada doméstica parecia provisória, pois as moças esperavam alcançar empregos melhores no futuro e mudar a

situação de vida. Enquanto isso não acontecia, elas experienciavam uma vida de rejeição e silenciamento, vivendo com famílias que não eram as suas e cuidando de crianças que não eram as delas. Tal situação, explicou a repórter, ocorria com a desilusão das jovens ao chegarem em Florianópolis, onde esperavam trabalhar como secretárias ou balconistas, o que não acontecia por sua pouca instrução.



Figura 5: Empregada doméstica (Foto por Elaine Borges)

Embora muitas vezes não atendessem às expectativas das patroas, as jovens empregadas serviam para cuidar das crianças graças a “uma capacidade muito grande de amá-las, como se já estivessem saturadas de tanto amor recolhido”. Elaine Borges narrou a história de Rosa, possivelmente a jovem da fotografia:

A Rosa é uma delas. Dezenove anos, morena, olhar sereno. Veio de Imbituba para Florianópolis tentar melhorar a vida. Aqui mora com os irmãos e trabalha de doméstica no apartamento de uma família que tem dois filhos. Rosa envolve-se com as crianças tanto, ou mais, que a mãe já fala nelas já com um grande carinho maternal. Embora já desiludida com a cidade grande, com a oportunidade de emprego que não veio, Rosa está estudando, à noite, pois um dia ainda “serei secretária” (*Idem*).

Além de resumir parte da história de vida de Rosa, Elaine Borges salientou que as moças que recebiam CR\$150,00 por mês poderiam ser consideradas de sorte, pois em geral ganhavam um valor muito inferior, que possibilitava apenas fazer algumas compras “pingadas” e pagar o aluguel do quartinho. A partir dessas informações, a jornalista fez apontamentos sarcásticos das patroas que contratavam as moças:

E há quem as considera boas vidas, como disse aquela vaidosa senhora retocando as unhas no Instituto de Beleza (onde empregada é sempre assunto obrigatório): “Empregadas são sempre umas boas vidas. Pra ser boa tem que ser velha, preta, e que durma no emprego. Eu tinha uma mocinha que não queria nada com o trabalho e era bobagem insistir.” (...) Há senhoras desconfiadas que afirmam que “empregada assim é muito perigoso”. É essa mesma desconfiada senhora que tem um curioso princípio no tocante à empregadas domésticas, o de nunca ajudá-las no trabalho caseiro, “se a gente ajuda acaba trabalhando pra elas que ficam folgando”. Uma curiosa rede de informações funciona entre as donas-de-casa quando querem referência das moças. Comunicam-se com a vizinhança e, usando o princípio básico da comunicação, a informação verbal feita de boca em boca, descobrem o nada regular “curriculum vitae” das empregadas. A principal pergunta é esta: “São de confiança?”, o que implica em dizer, “posso deixar meus filhos com ela?” ou “ela não costuma praticar o conhecido roubo-formiga?” (*Ibidem*)

Tal forma de recomendação das empregadas, explicou a jornalista, supria a inexistência de agências de domésticas em Florianópolis, que já existiam em outras capitais. Assim, muitas vezes, as empregadas tinham que oferecer seus serviços de porta em porta e eram privadas de direitos que as agências podiam garantir, como o INPS³¹.

Elaine Borges concluiu o texto citando a peça “As criadas”, de Jean Genet³², e as diferentes formas que as empregadas domésticas foram representadas pela mídia e pela cultura popular, elencando uma série de adjetivos: amadas, odiadas, insubstituíveis, preguiçosas, carinhosas, indiscretas, prestimosas, rápidas, silenciosas, complicadas. Por fim, afirmou que são tão populares quanto desamparadas.

As empregadas domésticas que serviram de tema para a matéria de Elaine Borges estão inseridas num contexto em que o perfil do mercado de trabalho brasileiro começa a se formalizar, na medida em que grande parte dos trabalhadores industriais foi incorporado ao mercado formal, assim como significativa parcela dos trabalhadores do setor de serviços. Somado a isso, a urbanização contribuiu significativamente com a queda no número de trabalhadores rurais, que podiam ser classificados como “trabalhadores informais” ou que estavam inseridos em outras relações de trabalho que não envolviam práticas “contratuais” tradicionais. Todavia, a urbanização e a industrialização também contribuíram enormemente para a consolidação de uma massa de trabalhadores em condição de subemprego, ou mal incorporados ao mercado de trabalho, como é o caso das empregadas domésticas vindas de cidades menores (NORONHA, 2003).

³¹ O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) do Brasil foi um órgão público previdenciário federal criado em 1966 a partir da fusão dos Institutos de Aposentadoria e Pensões existentes na época.

³² Jean Genet foi um poeta e dramaturgo francês. Nasceu em Paris em 19 de dezembro de 1910 e faleceu também na capital francesa, em 15 de abril de 1986. Filho de uma prostituta e homossexual, Genet fez parte de um grupo de intelectuais que incluía Jacques Derrida e Michel Foucault. Nas décadas finais de sua vida, militou em favor dos Panteras Negras e da causa Palestina.

A reportagem sobre as empregadas domésticas exemplifica a ênfase dada pelos jornais locais ao novo perfil sociocultural de Florianópolis na década de 1970, especialmente no elevado número de trabalhadores não especializados que chegavam na cidade à procura de oportunidades de emprego. Lohn (2011) destacou que alguns jornais afirmaram que as modificações urbanas não foram seguidas de consequências sociais desagradáveis, pois diferentemente das grandes cidades, Florianópolis não teria criado uma massa de subempregados, pois os migrantes eram incorporados nas mais diversas frentes de trabalho proporcionadas pelo rápido crescimento da capital naqueles anos.

Ainda segundo o autor, os migrantes vinham da zona rural de municípios próximos, como Santo Amaro da Imperatriz, Angelina e Rancho Queimado, bem como da região do Planalto Lageano, no interior de Santa Catarina, em função da instabilidade da indústria madeireira e dos setores agropecuários mais tradicionais, frente à modernização agrícola. Os trabalhadores recém-chegados na Ilha eram empregados na construção civil, que por estar expandindo cada vez mais, necessitava de muita mão de obra. No entanto, os periódicos salientavam a preocupação dos representantes do setor, que viam na pouca especialização de milhares de trabalhadores um fator complicador no processo de integração desses migrantes no mercado de trabalho. Assim, Florianópolis, se comparada a outras capitais, sofreria mais com esse problema pois a única indústria da cidade era a da construção civil (LOHN, 2011). A reportagem de Elaine Borges destoa em certa medida de outros textos contemporâneos, pois a jornalista pontua as condições de trabalho que enquadravam as jovens migrantes na categoria do subemprego.

As empregadas domésticas não foram as únicas que estamparam a capa de *O Estado* a partir do texto de Elaine Borges. Em 25 de agosto de 1972, na edição de sexta-feira, “O problema das migrações internas” era o título do texto da jornalista sobre os trabalhadores rurais que buscavam alternativas nas cidades, como Florianópolis. Como a matéria anterior, a matéria em questão encontra-se centralizada na capa. Além do título e parágrafos introdutórios, há uma fotografia de uma carroça de madeira, com casebres ao fundo.

O texto, que também continua na página 8 do caderno I, trata das ilusões dos moradores das cidades rurais, na busca por melhores condições de vida e as transformações urbanas em Florianópolis decorrentes do êxodo rural.

Em consequência dessa busca – ilusória, em geral – a cidade cresce, engorda, e, sem planejamento urbano, ameaça explodir, com problemas de esgotos, de água, de habitação. Na sua periferia começam a proliferar habitações inumanas, barracos feitos de pedaços de tábuas, papelão, latas. Nas ruas da cidade surgem os mendigos. Homens, mulheres e crianças que, não tendo encontrado o sonhado emprego,

começam a mendigar para sobreviver. Gente doente, subnutrida, caindo pelas sarjetas, pedindo, esmolando. Crianças que, com um tímido gesto pedem, indiretamente, licença para viver numa cidade que as rejeita. (*Ibidem*)

A jornalista sublinhou que não era um problema próprio de Santa Catarina, mas de vários outros estados do país. Elencou os principais eventos motivadores das migrações internas, como questões naturais da agricultura, diferenças climáticas, a libertação da mão de obra no campo, e um desejo inerente da natureza humana por migrar. Embora motivados por todos esses fatores, Elaine Borges explicou que grande parte dos migrantes – a maioria vindos do Nordeste – não conseguia fixar-se em nenhum lugar, tornando-se nômades.

Para compor o seu texto, a repórter trouxe declarações do então secretário de agricultura, Glauco Olinger³³, para quem as migrações internas ainda não se configuravam em problemas sérios e que, portanto, não deveriam gerar preocupações. O problema de fato, segundo ele, era a saída de catarinenses para outros estados, gerando perda de força de trabalho. O secretário, como apontou a repórter em seu texto, salientou que entre 1950 e 1960 muitos catarinenses migraram para o Paraná e que mais recentemente estavam subindo para Minas Gerais e para a Transamazônica.

Elaine Borges pontuou que Santa Catarina, diferentemente da maioria de outros estados, possuía uma população nômade que transitava no próprio estado, de forma que às vezes permanecia na própria região, apenas mudava-se para a área urbana. Para legitimar a informação, trouxe dados provenientes de uma pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisa da Fundação Educacional de Santa Catarina. Embora Florianópolis também atraísse pessoas do meio rural, seus principais destinos eram as cidades de Joinville, Itajaí, Blumenau, Lages, São Bento do Sul, Chapecó e Criciúma, graças ao então crescente processo de industrialização. Todavia, as taxas de desemprego nessas cidades cresceram porque nem todos os migrantes eram admitidos nas indústrias, o que já alertava as autoridades.

A jornalista também descreveu um movimento oposto que ocorria nas regiões litorâneas, onde os pescadores de Santa Catarina migravam para outros estados durante o período da tainha. Após o fim da abundância do peixe, retornavam para o estado de origem. Durante sua ausência, a cidade ficava habitada apenas pelas mulheres e crianças enquanto seus maridos tentavam sobreviver através da pesca que nem sempre era abundante.

³³ Engenheiro agrônomo, foi fundador da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, que mais tarde se transformou Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. Também ocupou o cargo de Secretário da Agricultura e participou dos planejamentos dos governos de Celso Ramos, Ivo Silveira e Colombo Salles.

Ela concluiu que embora os movimentos migratórios fossem significativos no interior do estado, Santa Catarina ainda não havia se constituído como polo de atração a outros estados. À época com uma população de três milhões de habitantes, Santa Catarina era considerada pouco atraente, visto que oferecia poucas oportunidades de trabalho. No entanto, se o estado ainda não era qualificado como um centro polarizador e atraente para os imigrantes, também não enfrentava significativos problemas de evasão.

Do período que vai de 1950 a 1980, o sucesso das políticas de industrialização de substituição de importações ocasionou a diversificação do mercado de trabalho no meio urbano, principalmente em São Paulo, e posteriormente no restante do Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste e no Nordeste. Tal diversificação atraiu as populações rurais, que começaram a migrar para as cidades (ALVES, SOUZA, MARRA, 2011). Esse êxodo rural trouxe também suas consequências, como as apontadas pela jornalista na matéria.

Seguindo a lógica dos movimentos de migração, a matéria seguinte, de 10 de outubro de 1972, tratou do primeiro grupo de catarinenses que partiram para a Transamazônica. Na página 6 do caderno I, o texto “Partem os primeiros colonos de SC para a Transamazônica” narrou a odisséia das famílias de baixa renda que buscavam oportunidades de trabalho e moradia na construção da ferrovia. É o primeiro texto de uma sequência de reportagens a respeito da ida dos colonos à Transamazônica, assunto que Elaine Borges cobriu como enviada especial do *O Estado*.

A repórter descreveu uma movimentação diferente no Aeroporto Hercílio Luz causada por “um punhado de gente humilde”, mais especificamente por 91 pessoas organizadas em 14 famílias que, apreensivas, organizavam-se para embarcar pela primeira vez em suas vidas num avião rumo a Altamira, no estado do Pará. Os colonos catarinenses foram vacinados ali mesmo no aeroporto por funcionários do INCRA³⁴, que além da imunização lhes deram os últimos conselhos. A jornalista a todo momento dos seus textos sublinhou a simplicidade e certa ingenuidade dos catarinenses migrantes, seja pela sua forma de falar, pelo comportamento e pelas características das famílias, sempre compostas por muitos filhos.

Tais famílias, escreveu, foram as primeiras de Santa Catarina selecionadas para o programa de colonização da região da Transamazônica. Vindos em sua maioria do oeste catarinense, foram descritos pela repórter como um tanto “desajeitados” e “desconfiados” pela grande quantidade de fotógrafos e curiosos que testemunhavam seu embarque.

³⁴ Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cujo trabalho consiste na execução da reforma agrária e da realização do ordenamento fundiário nacional.

Embora apreensivos, contaram para repórter sobre a esperança que depositavam no projeto de colonização:

Romildo Gazaniga de Oliveira, agricultor de 36 anos, natural de Caxambú do Sul, com sete filhos, dos quais dois gêmeos com apenas seis meses de idade, sorridente dizia a todos que “vendo meus quatro alqueires de terra para tentar a vida no Norte. Lá a gente sabe que vai trabalhar para si próprio e com orientação do INCRA, que vem nos auxiliando bastante”. Ao seu lado sua mulher, Terezinha, rodeada pelos filhos maiores, segurava os gêmeos esperando ansiosa a hora da partida. (...) Joaquim da Costa, 48 anos, nascido em Quilombo, um dos primeiros colonos a se inscrever no INCRA para integrar a primeira turma de catarinenses para a Transamazônica. Seu Costa, como era chamado por todos, tem a maior família do grupo: mulher e 11 filhos. Acha que com a ida para a Transamazônica vai melhorar muito, pois o local onde trabalhava já não oferecia mais condições para a exploração total da terra. Orfelino, 19 anos, um de seus filhos, esboçando largos sorrisos, despedia-se de todo o pessoal do INCRA e dizia “Santa Catarina é muito bom, mas nós éramos apenas arrendados e o que sobrava era muito pouco. Acho que para onde vamos, com a terra sendo nossa, poderemos produzir mais, pois estão nos oferecendo boas condições de trabalho.” (BORGES, 1972, pág. 6)

Desde a partidas de suas cidades no oeste catarinense até a chegada em Florianópolis, descreveu a repórter, as famílias colonas contaram com auxílio do INCRA para transporte, alimentação e remédios. Isso até às 16 horas, hora de entrar no avião, quando os colonos receberam suas fichas de embarque e dois comprimidos para enjoo.

Sobre a atuação do INCRA, Elaine Borges inseriu o depoimento do coordenador regional, cujo nome não consta, que explicou que as famílias ficariam em Altamira e que cada colono receberia um lote de 100 hectares, dos quais 50 já totalmente desmatados. Receberiam também uma casa com aproximadamente 80 metros quadrados, financiada em 20 anos, com juros. Nos oito primeiros meses os colonos contariam mensalmente com um salário mínimo vigente na região, até que as culturas de subsistência – milho, arroz, feijão, soja – estivessem em condições de colheita. A segunda opção para plantio seria algodão, mamona, cana de açúcar, amendoim e outras culturas da região. Um total de 50% dos hectares cedidos aos colonos seria destinado à fruticultura. Seguiu explicando que os colonos teriam completa assistência técnica, médica e social. Também teriam direito a escolher o local onde gostariam de se fixar, se às margens da Transamazônica ou nas agrovilas.

Glauco Olinger aparece mais uma vez na matéria de Elaine Borges. Segundo a repórter, o secretário presenciou o embarque dos colonos, e disse que via esperançoso a partida das famílias para “essa grande aventura”, equiparando o fato às entradas e bandeiras. Afirmou também que seriam os catarinenses a dar prestígio à atividade agropastoril do Brasil.

A ocupação da Amazônia foi umas das questões prioritárias após o golpe de 1964. Baseado numa doutrina de segurança nacional, o governo militar objetivava a consolidação de

um projeto de modernização, acelerando uma profunda reestruturação do País, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra a partir de grande controle social (BECKER, 1991).

Assim, a rodovia BR-230, planejada nos anos 1960 e executada pelo Programa de Integração Nacional (PIN) de julho de 1970, objetivava integrar por via rodoviária o Nordeste à Amazônia e estabelecer a colonização da área de influência da estrada com a exploração de um número elevado da população nordestina. O processo era conduzido com base na frase do então presidente general Emílio Garrastazu Médici, “Homens sem terra para uma terra sem homens”.

Atendendo ao governo federal e atraídos pela possibilidade de possuir uma terra, milhares de brasileiros migraram para ocupar a região cujas potencialidades e especificidades eram até então pouco conhecidas. Os investimentos colocados pelo governo no planejamento e no estabelecimento dos modelos de gestão do território amazônico tiveram resultados positivos nos seus momentos iniciais, principalmente no tocante ao povoamento da área, que desde o começo causou mudanças significativas na paisagem antes às margens da rodovia (VENTURIERI, 2003).

O episódio seguinte da “aventura” dos catarinenses apareceu na edição de 18 de outubro de 1972, na página 8 do caderno I. Elaine Borges acompanhou a viagem dos colonos, embarcando no mesmo avião e permanecendo por alguns dias em Altamira, para registrar os primeiros contatos das famílias com a região. Dessa experiência, resultou o texto da presente matéria, intitulada “Posse de terra, um sonho que os colonos levaram para a Amazônia”. Abaixo do título, duas fotografias dos catarinenses sentados nos assentos do avião, e uma fotografia que registrou sua chegada no Pará.

No texto, descreveu desde o comportamento das famílias no interior da aeronave, suas impressões sobre a viagem e suas reações ao chegarem no destino. Assinalou o entusiasmo de todos, que já não viam possibilidade de continuarem vivendo nas cidades do oeste catarinense, onde eram criados e nunca proprietários. Por isso, o temido avião era um obstáculo a ser superado para que se alcançasse a liberdade. Joaquim, segundo a repórter, foi um dos colonos que disse que sua esposa não se abalou, pois “a vêia nunca tinha visto avião mas veio que foi uma beleza!”. (citação)

Durante a viagem, recolheu os depoimentos esperançosos:

Para Flor Guarda, 27 anos, de Chapecó, o que motivou a mudança para a Transamazônica foram as entusiasmadas cartas “dos companheiros que já estão lá”. “Em Chapecó eu não tinha nada, *trabaiava* a meia pra eles (donos das terras).”

Também Nísio Alves dos Santos, 34 anos, estava cansado de repartir o que achava podia ser seu: “Toda vida dependi deles. O negócio era *botá o pé no mundo*”. Mas a maior força da família vinha mesmo era de Lúcia, 42 anos, esposa de Nísio, que “não aguentava mais aquela vida e eu vinha nem que fosse a pé, pela estrada.” A gorda e simpática Verônica Matte, 43 anos, oito filhos só fazia rir durante todo o percurso da viagem. Era às vezes um riso nervoso, próprio de quem não sabe exatamente o que o espera daqui para a frente. Entre um riso e outro afirmava que “era *gosto* nós ir, lá a terra não era boa. Lá pode ser que dê. Tô contente de ir para lá. Só a viagem tá sendo mio ruinzinha”. O “ruinzinha” era porque uma das filhas havia enjoado. Das tristezas maiores, a pior era a do seu Joaquim, que lamentava não ter podido trazer a muda de erva que havia ficado no Aeroporto Hercílio Luz devido ao excesso de bagagem: “mas eles prometeram me mandar. Faz uma forcinha por lá e diz pra eles lá do INCRA que não passo sem meu chimarrão”. (BORGES, 1972, pág. 8)

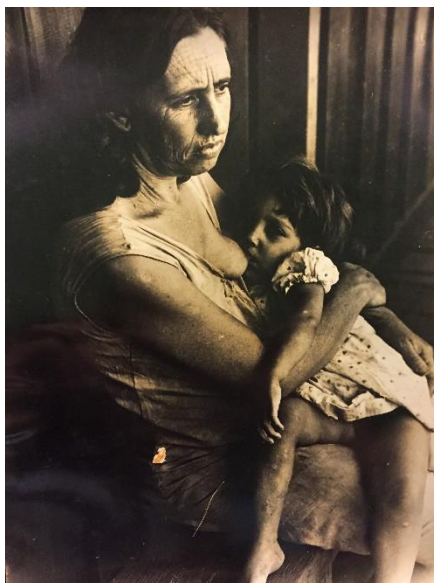
Empurrados pela miséria, explicou a jornalista, os colonos foram motivados principalmente pela vontade de possuir um pedaço de terra. Mesmo num ambiente inóspito, com um clima diferente e longe de tudo que conheciam, não pensaram duas vezes antes de realizar a viagem sem volta. As primeiras decepções, descreveu a repórter, foram o calor de mais de trinta graus e a poeira da estrada. Mas “por enquanto tudo bem”, pois o INCRA já havia pagado o primeiro salário para as despesas iniciais.

Na edição do dia seguinte, 19 de outubro de 1972, mais uma matéria sobre os colonos. Na capa, uma foto de uma mulher e seus dois filhos, com as roupas penduradas no varal atrás deles. Dessa vez, não está centralizada na página, mas no canto inferior esquerdo. O pequeno texto introdutório, “mais catarinenses na Amazônia”, informou que mais um grupo de famílias iria embarcar num avião para Altamira.

Continuando na página 6 do caderno I, mais relatos e descrições do cotidiano dos catarinenses em Altamira, com algumas decepções. A primeira delas é a precariedade das instalações provisórias nas chamadas “Hospedarias”, onde os migrantes permaneciam até a construção das casas nos lotes de terra que escolhessem. De chão de terra batida, os quartos contavam apenas com redes como mobília. Além disso, o calor e os insetos importunavam as mulheres e as crianças. Doenças também preocupavam. Segundo a repórter, algumas famílias migrantes de outros estados já tiveram de lidar com a morte de suas crianças que morreram de desidratação. No entanto, os homens eram os mais entusiasmados, e já exploravam o território em busca de lotes para o plantio e a construção de suas casas.

A matéria é composta também por quatro fotografias que mostraram as cenas cotidianas dos colonos nos lares provisórios: uma mulher amamenta sua filha com o magro seio, uma criança segura um prato de comida, duas mulheres cozinham, e um aglomerado de pessoas posa diante do posto médico próximo às hospedarias. Dessa vez, o texto e as

fotografias dividiram espaço com muitos anúncios publicitários, ocupando, portanto, somente a metade superior da página.



*Figura 6: Colona amamentando a filha
(Foto por Elaine Borges)*

O último texto da série sobre os migrantes catarinenses foi publicado no dia 20/10/1972, na edição de sexta-feira, e apareceu na parte inferior da capa com o título “Admirável mundo novo”, abaixo de uma fotografia de uma mulher caminhando entre as instalações da hospedaria, erguendo um guarda-chuva aberto sobre a sua cabeça. Os parágrafos introdutórios contaram a surpresa dos catarinenses que lá passaram a habitar com a rapidez das galinhas ao chocarem os primeiros ovos.

O tema continua na página 8, dedicada totalmente aos dois textos e às nove fotografias de Elaine Borges. No primeiro texto, na metade superior da página, a repórter descreveu os primeiros resultados da colonização, e no segundo, na metade inferior, descreveu as características de Altamira, cidade “decadente” situada no meio da Amazônia que serviu como primeiro ponto de contato entre os colonos de outros estados e a região. Apesar de decadente, escreveu, as 13 mil pessoas que ali habitavam viam na Transamazônica a certeza de um futuro melhor para as famílias e a região, pois como o próprio título do primeiro texto sugeria, “A terra é boa e os frutos do trabalho já vêm sendo colhidos”.

Descreveu que a diferença climática pegou de surpresa os colonos, acostumados com outros ciclos de colheita e até com outra quantidade de dias necessários para as galinhas chocarem seus ovos. No entanto, os primeiros colonos a chegarem na região já estavam

usufruindo dos lucros provenientes da venda da primeira safra. A repórter explicou ainda que a comercialização dos produtos seria feita pela COBAL³⁵ e o armazenamento pela CIBRAZEM³⁶, abastecendo a própria região. Por causa do sucesso com o plantio, o Ministério da Agricultura já estava enviando suínos e bovinos para os colonos, que como todo o resto, seriam financiados pelo Banco do Brasil.

O problema maior descrito pela repórter era a chegada de colonos em ritmo mais acentuado que o da construções de casas, o que acabava por lotar as hospedarias e tornar a chegadas das famílias um tanto caótica. No entanto, explicou, o projeto seguia e sua implantação continuaria ao longo do período entre 1972 e 1974, com estabilização prevista para 1976. O objetivo principal era a integração das famílias à região e a elevação do padrão de vida. Mesmo tendo pontuado o sucesso inicial de alguns colonos, Elaine Borges concluiu o primeiro texto com a dúvida: “Será que vão conseguir?”.

No segundo texto, “Altamira, a cidade decadente”, a repórter narra suas impressões sobre a cidade, que embora com 320.000 km², era apática e carente de muitas coisas, como luz, água e gás para os moradores. Descreveu que mais recentemente, graças à chegada dos “aventureiros”, o custo de vida subira muito e os moradores originais já começavam a reclamar. Antes, além dos antigos moradores, a cidade era local de passagem de caçadores que vendiam peles de felinos selvagens e aves vivas para colecionadores da fauna brasileira.

A repórter também descreveu seus moradores dotados de um temperamento calmo e de uma beleza “selvagem”. Em seus textos anteriores, a repórter muitas vezes atribuiu a decepção inicial dos colonos à ideia romantizada que eles mantinham da região, no entanto, a jornalista demonstrou, com seu último texto, que ela própria foi tomada por um imaginário de uma Amazônia selvagem, com habitantes silenciosos cujo temperamento foi supostamente herdado dos indígenas.

³⁵ Criada pelo governo João Goulart em 1962, a Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL – fazia parte dos programas sociais de abastecimento com comercialização de gêneros alimentícios a preços baixos, atendendo principalmente famílias de baixa renda.

³⁶ Companhia Brasileira de Armazenamento.

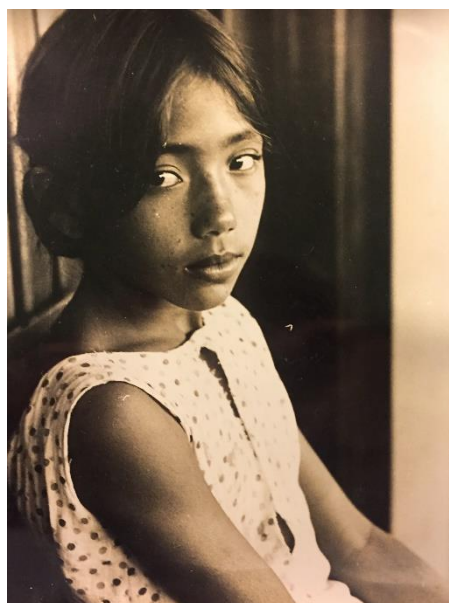


Figura 7: Menina de Altamira (Foto por Elaine Borges)

Elaine Borges não trabalhou como repórter em *O Estado* tempo suficiente para narrar o restante da odisseia dos catarinenses em Altamira, pois transferiu-se para o *Jornal de Santa Catarina* em novembro de 1972. A tentativa do regime militar de estabelecer um núcleo produtor de alimentos na Amazônia para abastecer o país fracassou com a crise econômica da década 1970, que desencadeou o declínio do modelo de colonização com base na produção de culturas de subsistência (VENTURIERI, 2003). A crise do petróleo de 1973 ocasionou a falta de recursos para a colonização da região, de forma que muitos colonos não foram bem-sucedidos em sua empreitada a ponto de deixarem a Transamazônica. O período de final de 1973 e começo de 1974 corresponde com a chegada de pequenos produtores rurais vindos de outras regiões do Brasil, com forte tradição em agricultura e pecuária (PANDOLFO, 1994).

De qualquer forma, embora num cenário muito distante da Ilha de Santa Catarina, a jornalista deu bastante ênfase às características humildes e na miséria social que permeavam a vida dos catarinenses, que sem possibilidade de possuir um lote próprio e muito menos de conseguir emprego na capital que se modernizava, embarcaram na promessa do governo federal de uma vida mais digna.

2.2. NO ESTADÃO

Dentre os veículos de comunicação mais proeminentes, *O Estado de São Paulo* foi analisado por alguns historiadores da imprensa, qualificado como um jornal pertencente à

tradicional família Mesquita de São Paulo e cujo posicionamento ideológico defende as liberdades individuais e menor regulamentação estatal. Capelato e Prado (1980), ao estudarem os editoriais de 1927 a 1937, constataram tal pensamento *lockeano*, que Aquino (1999) também identificou, em maior ou menor medida, nos editoriais que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Esta última sublinha que mesmo apoiando o regime nos seus anos iniciais, após o Ato Institucional número 5, o *Estadão* passa a sofrer censura e, diferentemente do que comumente se pensa, também passa a se autocensurar. A autora, com essa constatação, desmistifica a propagada ideia no senso comum de que OESP bravamente resistiu às práticas repressoras do regime militar.

Isto posto, é importante salientar que embora os editoriais sejam textos que permitam aos historiadores analisar as posturas políticas e ideológicas de um impresso no tempo, eles por si só não podem definir e homogeneizar um pensamento de um grupo de empresários e jornalistas. Como toda e qualquer instituição de comunicação, o *Estadão* possuía profissionais com diferentes concepções políticas, ainda que conflitantes com a defendida pelo grupo detentor da empresa. Jeanneney (2003), tratando das relações de poder entre meios de comunicação e sociedade, sublinhou a importância de considerar também “os pequenos universos” dentro da própria instituição.

Tudo isso foi pontuado nos parágrafos iniciais do presente capítulo por duas razões. A primeira é porque Elaine Borges pode ser tomada como exemplo de empregada da S. A. “O Estado de S. Paulo” que, como visto no capítulo anterior, possui uma posição política bastante divergente da linha editorial do jornal. É comum no jornalismo os diferentes posicionamentos nas linhas editoriais, nos textos dos colunistas e nas reportagens, ainda que existam justaposições e porosidades. A segunda razão é que a jornalista passa a ser correspondente do impresso num período que sucede o chamado “milagre econômico”, o que em certa medida ajuda a compreender as temáticas e os conteúdos de suas matérias publicadas no jornal. A escolha pelo *Estadão* em detrimento de outros jornais em que a jornalista trabalhou se justifica por ser o impresso de maior projeção que a jornalista trabalhou como repórter. Ele não é, contudo, em sua totalidade um reflexo ou manifestação de fatos passados e presentes, mas sim um elemento que constitui a sociedade, que molda maneiras de pensar e agir, estabelece papéis sociais, propaga posições e explanações que se pretendem compartilhadas por um grupo de pessoas, e que em certa medida propagou, com o auxílio da correspondência de Elaine Borges, representações acerca da cidade de Florianópolis.

A jornalista estreou no *Estadão* em agosto de 1974, cinco meses após o fim do mandato do general Emílio Garrastazu Médici, que teve seu governo associado ao momento de maior repressão e truculência, mas também vinculado aos anos em que o país teve seu crescimento econômico representado em taxas elevadas, período chamado “milagre brasileiro”. Pelo menos durante cinco anos, de 1968 a 1973, o produto interno bruto alcançou um crescimento de 14% em 1973, porcentagem bastante considerável se comparada aos anos anteriores. Segundo Fico (2015), a esse cenário somam-se maior equilíbrio das contas públicas, adoção de políticas de subsídios e incentivos fiscais. Foi nesse período que o consagrado café perde sua relevância como produto de exportação, dando lugar à soja, em decorrência da expansão do crédito subsidiado à agricultura. Além disso, exportava-se produtos manufaturados, estimulava-se a produção industrial de bens de consumo duráveis e investia-se em obras de infraestrutura, como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói. Contudo, após 1973, a dívida externa triplicou de valor e se revelou uma consequência preocupante dos investimentos dos anos anteriores.

É essa Florianópolis que atravessa mudanças significativas que Elaine Borges passa a narrar para o jornal de grande projeção nacional, *O Estado de São Paulo*. Embora conste na sua carteira profissional que sua admissão no jornal data de 01 de junho de 1978, a primeira matéria com sua assinatura a ser publicada pelo impresso data de 1974, o que pode indicar um possível trabalho como *freelancer*. A essa e às demais matérias, tive acesso *online*.

De acordo com Tavares (2012), historiadores do século XXI, com a informática e com a *internet*, são capazes de acessar grandes quantidades de informações, presentes em incontáveis *sites* que fazem à sua maneira análises de fatos históricos, cronologias, biografias, obras de arte, dicionários, enciclopédias. Se, por um lado, essa extensa gama de sítios eletrônicos que não necessariamente estão pautados por padrões acadêmicos fornece uma ideia de desprendimento e rapidez, em contrapartida, viabiliza também o trânsito de informações imprecisas ou simplistas. Como estou inserida nesse contexto, tive a possibilidade de realizar parte da pesquisa do mestrado a partir do catálogo de pesquisa do próprio OESP.

Conforme consta no próprio site do impresso, o chamado “O Acervo Estadão” constitui o arquivo online das edições já impressas do Jornal “O Estado de S. Paulo”, totalizando 137 anos de matérias, reportagens e fotos que foram publicadas pelo jornal. As páginas foram disponibilizadas a partir do processo de digitalização com uma qualidade que permite a leitura. Também foram digitalizadas e disponibilizadas as páginas relativas aos

períodos de censura durante a ditadura, sendo possível a visualização da versão censurada e da publicada.

A ferramenta de busca e pesquisa dá aos leitores do acervo a possibilidade de ampliar os textos, colocá-los em tela inteira e ainda os imprimir. Os não assinantes acessam o site e visualizam as páginas, contudo só têm permissão de ampliar e fazer a leitura depois de efetuarem um cadastro com endereço eletrônico e senha de acesso. Feito o cadastro, é possível acessar um limite de 20 páginas por mês. Como eu não poderia depender de um sistema restritivo de acesso em decorrência do tempo necessário para a realização da minha pesquisa, assinei o pacote do Estadão Digital e obtive acesso ilimitado através de qualquer aparelho eletrônico com acesso à internet.

Assim, foi permitida a busca através de um tema por palavra-chave ou data, que se subdivide em ano, mês e dia. Obtive também a permissão para acessar especificamente o material censurado e as capas, tendo também a opção de fazer filtros a partir de tópicos ou nomes. Dependendo da temática, o acervo *online* pode ter mais de 400 verbetes catalogados que somam fotos, vídeos e páginas do jornal acerca de um mesmo assunto. Por essa razão, o catálogo funciona de maneira semelhante a uma enciclopédia, mas que possibilita o encurtamento do tempo de pesquisa através de cliques e de navegações por páginas virtuais.

Se inserido somente o termo “Florianópolis” na ferramenta de busca do acervo do jornal, obtém-se, no período de 1970 a 1979, 3.493 menções, a maioria na categoria geral (2.903) e na categoria turismo (522). Quando observadas as menções na primeira categoria, percebe-se Florianópolis ocupando espaços de anúncios publicitários ou em notícias breves que tiveram a capital catarinense como plano de fundo. É interessante notar que em nove anos, que somam aproximadamente 3.285 edições do jornal, a cidade tenha sido tão pouco citada na categoria turismo, se comparada às décadas seguintes. No período de 1980 a 1989, a cidade teve 5.426 menções, destas 3.309 na categoria geral e 1.877 na categoria turismo, um aumento considerável em comparação à década anterior. De 1990 a 1999 as menções seguiram aumentando, sendo um total de 7.336, agora distribuídas entre categorias ausentes nos anos anteriores: viagem (1.326 menções), política (1.311 menções), cidades (1.117 menções), economia (744 menções), geral (705 menções), esportes (458 menções), caderno 2 (308 menções), informática (297 menções) e finalmente turismo (276 menções).

Não se pode perder de vista que uma grande quantidade de menções não trata necessariamente de notícias ou reportagens, mas de anúncios publicitários de empresas da cidade, de forma que esses números são aproximados. Mesmo assim, elas dão a dimensão da

inicial desimportância da cidade no período pesquisado, com um progressivo aumento da sua visibilidade na medida em que a capital passa crescer e a se consolidar como cidade turística, atraindo atenção suficiente inclusive para compor outros cadernos do jornal.

De todas essas menções, ao pesquisar o acervo *online* do Estadão com as palavras-chave "Elaine Borges" e "Florianópolis", tive contato com dezenas de matérias escritas ao longo dessas três décadas, com os mais diversos temas e notícias sobre a cidade que num primeiro momento não era algo esperado de ser encontrado. Dessas dezenas, separei 15 que tratam mais especificamente sobre a cidade de Florianópolis, e não Santa Catarina em geral. Ter encontrado apenas 15 matérias comprova o que já era esperado, que Elaine Borges não era a única a escrever sobre a cidade para o jornal, que contava com muitos correspondentes regionais.

Para melhor visualização e consulta das reportagens, foi elaborada uma tabela, exposta abaixo.

Tabela II – Relação das matérias consultadas

Edição	Data	Seção	Página	Título
30495	25/08/1974	Turismo	298	A Lagoa da Conceição
30505	06/09/1974	Geral	10	Perto de Florianópolis, um grupo de índios isolados
32122	01/12/1979	Geral	4	Figueiredo é insultado e reage em SC
32234	15/04/1980	Geral	52	Tudo é mistério sobre a queda do avião
32436	07/12/1980	Geral	44	"Punta de las Canas", atração catarinense
33365	11/12/1983	Geral	29	Verão, começa a velha rotina em Florianópolis
33548	15/07/1984	Geral	25	Florianópolis só quer a volta à velha Desterro
33713	27/01/1985	Geral	20	A alegre invasão argentina
33790	28/04/1985	Cultura	31	Animação cultural em Florianópolis
34162	13/07/1986	Geral	37	Figueirense, rebaixado, procura recuperar a honra
34538	01/10/1987	Geral	60	O trabalho no mar, em defesa do meio ambiente
38065	06/01/1998	Cidades	15	Obras e chuvas deixam BR-101 congestionada
38409	15/12/1998	Viagem	91	Florianópolis promete muita agitação
38445	21/01/1999	Geral	14	Unidades móveis atendem turistas em SC
38520	05/04/1999	Geral	8	Farra do boi é realizada, apesar de proibição

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A respeito da pesquisa em acervos de caráter virtual, é pertinente incluir aqui as reflexões de Ginzburg (2007), que fez uso do programa Orion para acessar o catálogo online da *Research Library da University of California* em Los Angeles (UCLA). O autor afirma ter a impressão de que os catálogos das bibliotecas, incluindo os das bibliotecas digitais, são criados com o objetivo de permitir aos pesquisadores e pesquisadores encontrarem aquilo que procuram para seus trabalhos. No entanto, ele explica que muitas vezes também trabalha com os catálogos de forma diferenciada, realizando pesquisas ao acaso a fim de encontrar o que não estava necessariamente intencionado no princípio e que às vezes nem tinha conhecimento.

Ele explica que faz uso dessa “técnica” pelo fato de que é impossível no trabalho de pesquisa examinar sistematicamente um arquivo por inteiro, analisando nas bibliotecas livro por livro. Para Ginzburg, os catálogos online têm o diferencial de permitir aos pesquisadores se depararem com diferentes temas através do acaso. Ele defende, evidentemente, que uma boa pesquisa precisa necessariamente de um planejamento, de uma ideia mínima do que se pretende encontrar num catálogo, mas que é também interessante navegar de forma despretentiosa a fim de que se tenha contato com documentos que talvez jamais fossem encontrados através de uma pesquisa sistemática. Nesse sentido, ao navegar no acervo do *Estadão* deparei-me com matérias assinadas por Elaine Borges que não estavam relacionadas à temática do turismo ou de variedades, como o caso envolvendo a implantação de reserva para grupo indígena Xokleng e a matéria que narra a queda de uma aeronave Boeing 727 da Transbrasil.

Também é importante considerar que a leitura das matérias em questão, feitas através da tela do meu computador, me possibilitaram acessar um conteúdo pertinente para a minha pesquisa do conforto do meu lar, ou de onde quer que eu estivesse. Não foi necessário me deslocar até um arquivo público e procurar papéis antigos nos corredores de prateleiras, para enfim chegar a caixas ou pastas que armazenassem as páginas dos jornais. Embora eu tenha utilizado parte do recurso da bolsa de pesquisa para investir na assinatura digital do jornal, pouco me foi exigido para que eu acessasse o conteúdo que optei por investigar. Essa facilidade, contudo, possui outra face, que se caracteriza pela pouca familiaridade do jornal em sua materialidade impressa. Não segurei as páginas de *O Estado de São Paulo* com minhas próprias mãos nem tive a experiência de folheá-lo tal qual leitores contemporâneos à publicação das matérias. Se eu tivesse encontrado o jornal impresso também lidaria com as marcas do tempo, possíveis rasgos e manchas que passam a fazer parte do papel já bastante manuseado ou que repousa solitário nas prateleiras de um arquivo. Todas essas marcas estão

ausentes nas páginas digitalizadas pelo periódico que, objetivando facilitar a leitura de seus assinantes, usou de meios específicos para disponibilizar um material sem marcas do tempo.

As análises das matérias não serão feitas de maneira cronológica, seguindo a sequência das publicações, mas sim de maneira temática, com separação em subcapítulos. Das quinze matérias, oito tratam da questão do turismo de maneira direta ou indireta, cinco possuem um foco cultural ou identitário e duas colocam Florianópolis como cenário de acontecimentos de projeção nacional.

2.2.1 O TURISMO

Como já foi dito, a primeira matéria encontrada através da minha navegação pelo catálogo do impresso data de 25 de agosto de 1974. Localizada na contracapa do jornal, a matéria poderia ser vista mesmo com o jornal fechado, pois se fosse colocado em cima de uma mesa com a capa para baixo, o que se veria é um texto que divide espaço na página com uma grande fotografia de um homem lançado uma tarrafa na água. Logo abaixo da fotografia, o título em caixa alta: “A LAGOA DA CONCEIÇÃO”. Dividido em quatro colunas, o texto de Elaine Borges narra como seria um passeio turístico completo pelo bairro, com a descrição de uma paisagem exuberante, informações de opções de passeio, restaurantes e estadias. De acordo com a jornalista, tudo começa com a paisagem:

Um morro cheio de curvas perigosas e, de repente, a surpresa: a bela e imponente Lagoa da Conceição. Então acontece o inevitável: não há visitante que resista ficar dentro do carro para apreciar a bela paisagem. É descer e começar a elogiar o lindo panorama lá de baixo. Olhar aos poucos e devagar, esta é a receita mais acertada. Primeiro vai ver o Lagoa Iate Clube, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Depois verá a lagoa, logo mais a ponte, as casas e os coloridos barcos dos pescadores. Junte tudo isso como se estivesse fotografando com uma lente grande angular e terá o quadro completo. (BORGES, Elaine; 1974, pág. 298)

Aqui o leitor é levado a imaginar, logo de início, uma Lagoa da Conceição paradisíaca, digna de compor uma fotografia, e é instigado a prosseguir o passeio para conhecer melhor o que esse bairro na pacata Ilha de Santa Catarina tem a oferecer. Nos parágrafos seguintes, Elaine Borges apresenta para os leitores do jornal os serviços do Lagoa Iate Clube, que oferece estadias em chalés mobiliados, café da manhã e acesso à piscina e quadras de esporte. Seguindo o passeio, o leitor é levado para conhecer a Igreja da Conceição, edificação de estilo colonial que, segundo a jornalista, teve sua porta doada por Dom Pedro II quando este visitou a ilha. Elaine Borges afirma, contudo, que a igreja foi alvo de furtos e que teve algumas imagens sacras levadas embora.

O roteiro sai dos passeios relacionados ao patrimônio material e segue para um momento gastronômico. A jornalista aqui enfatiza a importância de se provar a comida “típica” da ilha:

Mas se a Lagoa deslumbra os visitantes já do alto do morro, a maior surpresa fica para os que têm paladar exigente. Provar os deliciosos pratos de frutos do mar é obrigatório. Especialmente o caldo de camarão, prato típico da Ilha. Quem não provar o caldo, ou o risoto de camarão, ou ainda o filé de peixe ao molho de camarão, decididamente perdeu metade do passeio. (BORGES, Elaine; 1974, pág. 298)

Além dos adjetivos que objetivam atrair a atenção do leitor e criar a vontade de experimentar receitas deliciosas, esse parágrafo especialmente demonstra a intenção da jornalista em caracterizar o que seria uma comida tão tipicamente florianopolitana que não a experimentar seria o equivalente a não vivenciar na totalidade a experiência ilhoa. Aqui Elaine Borges atribui à cidade uma identidade fixa, territorializada, ou seja, intrínseca à ilha de Santa Catarina, a do “manezinho”, representada parcialmente aqui pela prática de alimentação baseada em frutos do mar. De acordo com o que consta no texto, comer carne de frango ou bovina em Florianópolis “não tem a mínima graça”, pois os ilhéus comem caldo de camarão com farinha de mandioca, chamado de pirão. Aqui, a identidade é utilizada para legitimar uma comunidade e como mecanismo que induz os sujeitos a associarem determinados produtos e serviços como dotados de uma identidade própria, comum no comércio pós-moderno (GILROY, 2007).

A identidade do “manezinho” percorre um processo que, segundo Flores (1997), remonta às décadas de 1940 e 1950, quando Othon Gama D’Eça, em *Homens e Algas*, publicado 1957, acusou os habitantes litorâneos de preguiçosos que, tal qual algas, moviam-se de acordo com as ondas do mar. Um contraponto a essa noção identitária ocorreu em 1948, quando realizou-se o Primeiro Congresso Catarinense de História, no qual Oswaldo Rodrigues Cabral, então deputado da União Democrática Nacional, apresentou um trabalho que reivindicava o açorianismo como traço identitário para os habitantes da ilha de Santa Catarina. De acordo com a autora, o evento do congresso e a fala de Cabral na ocasião podem ser qualificados como objeções às acusações de uma carência identitária própria relacionada ao atraso econômico das regiões litorâneas em comparação às outras regiões de Santa Catarina de colonização alemã e italiana.

No entanto, afirmações negativas a respeito do litoral e de seus habitantes permaneceram nas décadas seguintes. Fantin (2000) aponta para o caráter pejorativo do termo “manezinho” ainda na década de 1980, usado para caracterizar os nascidos na ilha e sua

maneira de falar. Como nas décadas anteriores, nesse momento também aconteceram esforços para que a conotação da palavra se alterasse positivamente e, em 1987, Aldório Simões, jornalista nascido na ilha, concebeu uma premiação para homenagear os “nativos” com um troféu de “Manezinho da Ilha”, destinado a pessoas consideradas influentes da cidade (ZANELA, 1997).

O parágrafo seguinte do texto da jornalista é um extenso informativo a respeito dos preços de cada prato servido na Lagoa da Conceição, bem como o preço de estadias. Como quem constrói o texto de modo a parecer um roteiro turístico, Elaine Borges prossegue explicando que, ao anoitecer, o visitante pode vivenciar outro “espetáculo”: a pesca do camarão feita por moradores locais, que colocam lampiões nas estacas espalhas na lagoa. A pesca artesanal, tal qual destacada pela matéria com certa admiração, representava parcela significativa dos trabalhadores da Ilha, que a partir da década de 1970 foi substituída pelo trabalho na construção civil (ASSIS, 2000). Aqui, mais uma vez, é feito um retorno a um passado através de uma prática “tradicional” que já começa a desaparecer e se tornar digna de deslumbramento se vista ao vivo, como que num golpe de sorte. Isso pode ser explicado a partir do que afirmou Gilroy (2007) a respeito do caráter estabilizador da identidade diante dos processos de desindustrialização e de mudanças nas configurações mundiais a partir da globalização. A pesca artesanal descrita pela jornalista pode ser pensada como uma prática que resistiu a tempos de grandes mudanças no mundo e na ilha de Santa Catarina.

A jornalista recomenda também, se não estiver ventando muito no dia, um passeio pelas dunas, que ela garante ser diversão para as crianças e um ótimo exercício. No mesmo cenário, não deixa de citar o trabalho das rendeiras:

E ao longo da estrada geral, vá parando e olhando as belas rendas feitas com bilros pelas velhas rendeiras do local. São inúmeras e todas bem feitas, numa tradição que passa de mãe para filha. Nas barracas, além de descobrir pontos de suaves nomes - “baratão”, “margarida”, “cocada”, “mosquinha”, “céu estrelado”, “tramóia” - é possível comprar toalhas que vão de cr\$ 5,00 até cr\$400,00”. (BORGES, Elaine; 1974, pág. 298)

Sobre a prática de renda, Beck (1983) explica que até a metade do século XX a feitura da renda de bilro era uma tarefa atribuída às mulheres de Florianópolis, com o objetivo de ornamentar casas e igrejas. No entanto, com o aumento turístico, a renda de bilro passou a ter um valor econômico uma vez que as mulheres de famílias de pescadores e do interior da ilha passaram a comercializá-la a fim de complementar a receita familiar. A valorização e comercialização da renda criou uma prática de ensino e aprendizado, onde crianças eram familiarizadas com a atividade para produzir as toalhas a serem vendidas para turistas.



Figura 8: Rendeira com criança (Foto por Elaine Borges)

Aqui, cabe considerar que a atividade da renda de bilros, antes dotada de outra função e significados, passa a ter valor comercial a partir do momento que é oferecida como uma prática dita “tradicional” da cultura florianopolitana. É, portanto, uma “tradição inventada” que objetiva reiterar um comportamento açoriano pela via da repetição, no caso aqui do ensino de geração para geração, que intenciona uma perpetuidade do passado (HOBSBAWM, 2008). Esse passado histórico é apropriado e continuado pelas rendeiras e vendido por Elaine Borges como algo “tradicional”. O registro dos preços das rendas é o maior indício dessa intencionalidade comercial.

Termina a matéria com um parágrafo sobre o único hotel da região, o então Turinvest, localizado no morro da Lagoa e que oferecia aos hóspedes uma vista privilegiada do bairro. À época, a estadia em um dos 29 apartamentos disponíveis era de Cr\$100,00 para casal e Cr\$50,00 para solteiros, com direito a café da manhã e acesso à piscina, segundo a jornalista. O hotel, que já foi propriedade do jornalista e radialista Manoel Menezes, pai do colunista Cacau Menezes, está atualmente desativado e depende da alteração do plano diretor para que o imóvel seja ampliado ou mude de lugar³⁷. O caso da edificação que antes abrigou o hotel e os conflitos que o envolvem exemplificam os diferentes interesses e projetos que permeiam imóveis em locais turísticos da cidade.

³⁷ Para mais informações sobre o antigo Hotel Turinvest, ver: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/guga-irmao-e-socio-teriam-projeto-para-recuperar-e-operar-hotel-no-morro-da-lagoa>.

Dois anos após a publicação dessa reportagem, a Agência Nacional produziu um pequeno documentário de dez minutos, intitulado “Ilha em Azul”³⁸, que exibiu Florianópolis a partir de suas belezas naturais e principais pontos históricos, como a Catedral Metropolitana, o Palácio do Governo e a Praça XV de Novembro. O tom adotado pelo documentário é semelhante ao da reportagem de Elaine Borges, na medida que expõe para o restante do país os principais atributos da Ilha de Santa Catarina, que passava por um processo de modernização e urbanização, mas que tinha belezas naturais e elementos culturais tradicionais, como o Boi-de-mamão, que poderiam ser exploradas pelo turista que percorresse a BR-101. Além disso, exibiu o Lagoa Iate Clube como um ponto de referência em termos de atendimento aos visitantes da cidade.

Contudo, certos elementos tidos como constituintes da cultura regional não são totalmente originários dos Açores. Ao colocá-los como parte da cultura do litoral, a produção da Agência Nacional comete equívocos, como pontuar o boi-de-mamão como possuindo origem açoriana. O documentário deixa passar o fato que os descendentes açorianos aqui tiveram contato com outros grupos étnicos, como os indígenas carijós, os descendentes de africanos e migrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, que chegaram aqui em meados do século XIX. O boi-de-mamão é visto, quanto a Portugal, somente em relação às suas colônias no continente africano e apenas a personagem da bernunça pode ser considerada como a representação de uma espécie de bicho-papão dos Açores (MELLO FILHO, 1953).

Na sequência das matérias de cunho turístico, encontrei uma a respeito do grande aumento da compra de imóveis no norte da ilha por turistas argentinos “nos últimos seis anos”, ou seja, desde 1974. Publicada em 7 de dezembro de 1980, poucos antes da temporada de férias começar a receber milhares de argentinos, Elaine Borges, na sua condição de correspondente, publica a matéria intitulada “Punta de las canas, atração Catarinense”. Ela ocupa a página 44 junto com uma matéria de um correspondente argentino sobre a grande ida de seus conterrâneos para o Brasil, que lotavam os aviões e os ônibus de viagem em direção ao país vizinho, onde gastavam milhões de dólares. Há também um texto sem assinatura, da sucursal de Santos, sobre maiores fiscalizações de higiene e dos preços no comércio da cidade durante os meses de férias. A página, portanto, se dedica inteiramente à questão turística e a viagens. Há ainda um grande anúncio publicitário do óleo para motores Havoline Super Premium, da Texaco, que parece ter sido convenientemente colocado na página para atrair a atenção de quem planejava fazer a manutenção do veículo antes viajar.

38

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i9ho4OpjXLI>>

Em seu texto, a jornalista recorre aos dados de um cartório que registrou, de 1974 a 1980, a compra de 387.726 metros quadrados de terreno, somente no bairro Ponta das Canas, pelos argentinos. Essa dinâmica de compra e aluguel de imóveis reflete no cotidiano do bairro, e Elaine Borges explica:

Na verdade, essa invasão que aumenta ano a ano, fazendo com que hoje muitos florianopolitanos construam suas casas somente para alugar a turistas, exerce uma forte influência nas pessoas, em especial nos nativos. Em Ponta das Canas, por exemplo, a proprietária de uma pequena mercearia, Cristina Neves, espera com ansiedade os visitantes para alugar as três casas que possui junto à praia. E nos três meses da temporada de verão, estabelece-se um cordial relacionamento entre as famílias argentinas e a proprietária dos imóveis. Tanto que, no ano passado, ela presenteou seus locatários com uma renda de bilros, feita pelas rendeiras da ilha. (BORGES, Elaine; 1980, pág. 44)

Esse trecho, embora ignore as tensões que também fazem parte da relação entre os chamados “nativos” e os turistas, serve para ilustrar a dependência econômica que alguns moradores dos bairros próximos às praias estabeleceram com o turismo, que atingem o lucro com seus pequenos negócios ou imóveis através da “invasão” turística. Além disso, a tradicional renda de bilro aparece mais de novo, dessa vez como presente de gratidão além de representação de um elemento tradicional da ilha.

A dinâmica também se altera, segundo a jornalista, na rotina das paróquias em decorrência da fé dos argentinos, que em função da fé católica, passam a doar dízimos bastante generosos aos padres. Elaine Borges cita o caso da paróquia da Trindade, que passou a rezar missas todos os domingos para os argentinos, pois durante o ano as missas ocorriam somente uma vez por mês. Como recurso narrativo, a jornalista cita a religiosidade mais uma vez no parágrafo seguinte para explicar que para alguns moradores de Ponta das Canas e Lagoinha a preferência de seus bairros pelos argentinos era “uma bênção de Deus” e que não saberiam o que fazer sem sua vinda. Trazendo alguns relatos de moradores das praias, Elaine Borges pontuou sua satisfação por receberem gorjetas dos turistas e pela possibilidade das mulheres de conseguirem emprego como camareiras, faxineiras, recepcionistas, etc. Tudo isso é possível graças aos investimentos dos turistas, que até construíram, junto com brasileiros, uruguaios e franceses, o Lagoinha Antares Hotel³⁹.

A perspectiva, de acordo com o parágrafo final do texto, era de que os lucros fossem ainda maiores na temporada 1980-1981, com mais compras de imóveis em Ponta das Canas e em bairros próximos no Norte da Ilha, como Canasvieiras. Dessa vez a jornalista aponta para tensões envolvendo os turistas e os moradores, pois embora alguns pescadores, donos de

³⁹ Chamado Hotel Antares Club Hotel Lagoinha, mantém sua atividade hoteleira até hoje no norte da ilha.

armazéns e casas de alugueis favoreçam-se da vinda dos argentinos, os ilhéus que vão para suas casas de veraneio se desagradam com os preços mais caros dos estabelecimentos do seu entorno, que aumentam em decorrência da vinda dos turistas.

Se essa matéria possui ares otimistas com relação ao turismo, a matéria encontrada na sequência em termos de turismo já possui uma conotação diferente. A edição de número 33.365 tem na sua página 29 uma breve matéria de Elaine Borges que, em duas colunas e composta por cinco parágrafos, narra os problemas ambientais causados pela falta de saneamento adequado para receber turistas no verão. Os bairros afetados são justamente os citados no texto anterior, que apresentavam dejetos no mar lançados por residências sem fossas sépticas devidamente instaladas. Por essa razão, o índice de coliformes fecais checados pelos órgãos responsáveis ultrapassava o limite tolerável não somente no norte da ilha, mas também na Lagoa da Conceição. A frase que dá nome ao texto dá a entender que o problema é frequente durante os meses de férias: “Verão, começa a velha rotina em Florianópolis”. De uma maneira geral, a página traz textos que tratam de problemas urbanos, pois também consta uma matéria da sucursal de Belo Horizonte a respeito do grande crescimento populacional da metrópole, o que ocasionou um aumento das periferias.

Na sequência, contudo, o tom volta a mudar, pois a matéria na edição de número 33.713 chama-se “A alegre invasão argentina”. Dessa vez a questão ambiental é deixada de lado para que o foco seja a grande quantidade de turistas argentinos que se utilizavam de todo tipo de transporte para chegar até Florianópolis e seu consumo na cidade. Embora os gastos não sejam os mesmos dos anos anteriores – a matéria é de 27 de janeiro de 1985 – ainda são bastante significativos, de tal forma que a crise econômica argentina não impediu que a classe média de seu país viesse gastar dólares no país vizinho. Contudo, o conflito a respeito dos altos preços que os turistas brasileiros enfrentam em Florianópolis aparece mais uma vez:

Para os turistas inativos brasileiros, por exemplo, comprar nos pequenos mercados do balneário de Canasvieiras - um dos mais procurados pelos argentinos - significa sofrer um assalto nas suas escassas economias. Um quilo de uva, por exemplo, custa Cr\$ 3.500 nas fruteiras do balneário, enquanto no mercado de Florianópolis estão perto de Cr\$ 1.800. Uma simples garrafa de álcool custa Cr\$ 3.700 no balneário, baixando para Cr\$ 1.500 no centro. Casos como esses existem muitos e as queixas são constantes. Se um argentino paga, sem reclamar, Cr\$ 250 mil a diária de uma casa de veraneio, aos turistas brasileiros só resta encurtar as férias para passar no máximo 15 dias em Florianópolis, como aconteceu com uma senhora de Goiânia, impressionada com o elevado preço dos alugueis e dos gêneros de primeira necessidade em Santa Catarina. (BORGES, Elaine; 1983, pág. 29)

Além da questão dos preços, a criminalidade também preocupava. Segundo a jornalista, assaltos e furtos de carros argentinos aumentam na temporada e fazem algumas

famílias retornarem para casa mais cedo. Delitos, contudo, não foram cometidos somente por brasileiros. Elaine Borges narra que alguns argentinos escreveram a palavra “Malvinas” em todas as placas indicativas do bairro Ingleses, cujo topônimo despertava irritação nos perdedores do conflito envolvendo seu país e o Reino Unido em 1982. O nome do bairro nada tem a ver com o conflito travado entre forças armadas de Margaret Thatcher e Leopoldo Galtieri, mas com um suposto naufrágio de um navio inglês ocorrido no século XVIII (COUTO, 2011).

Eis que o meio ambiente se torna pauta novamente, em 1987, com a matéria sobre o projeto desenvolvido na Coordenadoria de Comunicação Social da UFSC, chamado Projeto Larus. De acordo com a jornalista, este foi criado em 1982 por dois biólogos marinhos que queriam documentar suas pesquisas através de filmes, além de conscientizar sobre a necessidade de preservação do meio ambiente. Consta na matéria explicações dos biólogos, que alertam para as modificações sofridas pelas águas na ilha de Santa Catarina em decorrência do turismo irresponsável e da invasão imobiliária. Os lugares citados são a Praia Mole, o mangue do Rio Tavares e a Lagoa da Conceição, visados pelos turistas e por empreendedores da construção civil.

Segundo Assis (2000) as manifestações de ativistas do *Greenpeace* em 1971 que criticavam os testes nucleares dos Estados Unidos no Alasca foram um dos marcos fundadores dos movimentos ambientais, e mais tarde a mobilização do S.O.S. Mata Atlântica e o Projeto Tamar servem de exemplo que os anos 1980 significam a efervescência do ativismo ecológico institucionalizados no Brasil e, consequentemente, a proliferação de novas concepções sobre o meio ambiente. De acordo com a autora, a exposição desses movimentos nos veículos de comunicação dera-lhes visibilidade, ocasionando crescente legitimidade por parte da população, principalmente entre uma juventude de classe média.

Nesse sentido, o projeto noticiado no texto jornalístico pode ser inserido num contexto de movimentação ecológica de certos grupos em Florianópolis que, de acordo com Fantin (2000), organizou-se durante a década de 1980 num esforço de pensar a cidade em termos ambientais. Alguns pesquisadores da universidade fizeram parte desse movimento que se multiplicou, segundo a autora, em várias pequenas organizações empenhadas na preservação dos bairros e locais específicos da ilha. Embora diferentes propostas e movimentos em defesa do meio ambiente em Florianópolis tenham aparecido, o projeto narrado pela matéria como

uma grande proposta de conscientização existe até hoje e soma mais de cem produções em vídeo sobre a temática.⁴⁰

Há um salto de 1987 a 1998 entre as matérias que tocam na questão do turismo, e em 1998 ele aparece como um dos fatores que contribuíram para um gigantesco congestionamento na rodovia BR-101 no trecho que liga Florianópolis a Curitiba. No texto inserido na página sobre infraestrutura das cidades, a jornalista descreve os problemas enfrentados pelos motoristas, entre eles a demora de dezoito horas para ir de uma cidade a outra, algo que geralmente não levava mais que quatro horas e meia. Para além das obras que estavam sendo realizadas na rodovia, o inesperado movimento de turistas causou a lentidão dos veículos que deixou os turistas esperando por horas para se locomoverem.

Esperava-se menor movimentação turística pelo mau tempo e pelo pacote econômico instaurado por Fernando Henrique Cardoso no final de 1997, com a implementação de 51 medidas austeras que, entre muitas consequências, prejudicaram o superávit comercial argentino. Por essa razão, Elaine Borges pontua em seu texto que dessa vez, os turistas argentinos representavam a menor parcela dos turistas, contingente então composto principalmente por gaúchos, paranaenses e paulistas. É mais um exemplo da alteração do perfil dos turistas com base nas políticas econômicas que envolvem os dois países do Mercosul, pois em 1998 os argentinos já não contavam mais com as vantagens cambiais da década de 1970 que lhes possibilitara, inclusive, investimentos imobiliários em Florianópolis.

Outro aspecto referente ao governo FHC é mencionado na matéria, mesmo sem relacioná-lo diretamente. Consta no texto a intenção do Ministério dos Transportes em conceder as rodovias nacionais para o setor privado a fim de que se garanta a manutenção e a qualidade das estradas. Características do governo neoliberal de Fernando Henrique (NEGRÃO, 2004), as privatizações aparecem aqui como solução para a superação da precária infraestrutura das estradas que não dão conta da grande quantidade de automóveis.

Na matéria seguinte, a grande quantidade de turistas passa a ter um significado positivo. Em dezembro do mesmo ano, Elaine Borges publica uma matéria que projetava as festas de Reveillon na Ilha de Santa Catarina, as quais prometiam “muita agitação”. Tal qual a matéria sobre a Lagoa da Conceição como opção turística, a matéria sobre as festas de final de ano dá endereços de restaurantes e estadias, bem como seus preços e telefones para contato. Ocupando uma página inteira do caderno *Viagem*, o texto da jornalista é acompanhado de

⁴⁰ Para saber mais sobre o Projeto Larus: <<https://noticias.ufsc.br/2008/07/projeto-larus-completa-25-anos/>>. Acesso em: 15 de nov. de 2018.

quatro fotografias que ilustram as opções de divertimento para os turistas: a Ponte Hercílio Luz iluminada para as festas de final de ano, o restaurante Box 32 no Mercado Público com suas mesas ocupadas, uma praia com banhistas, guarda-sóis e cadeiras para alugar, e uma pessoa praticando surfe de areia na Praia da Joaquina.

É importante pontuar que o Box 32 é pretensamente voltado para um público elitizado, o que dá indícios do perfil de turistas que Florianópolis objetivava atrair. De acordo com Fantin (2000), nos anos 1990 esse perfil foi reconfigurado para um “turismo de qualidade”:

O turismo classe A é extremamente seletivo, privilegia turistas com boas condições econômicas (que deixam, a priori, divisas) e com nível educacional elevado. Eles são, segundo essa concepção, “desejáveis na cidade”. O turismo de massa, como o próprio nome já diz, atrai público numeroso, diversificado, em geral sem condições econômicas, de médio a baixo grau de instrução, que inclui também os chamados “farozeiros”. Para essa concepção, esse tipo de turismo provoca o inchamento e a invasão de “nossas praias” e não há infra-estrutura para recebê-los. (FANTIN, 2000, pág. 76)

A matéria escrita por Elaine Borges, portanto, estava voltada para pessoas de alta renda que teriam condições de usufruir determinados espaços, qualificando o turismo de qualidade. É diferente das matérias anteriores, onde pagar preços exorbitantes por produtos básicos em mercados do balneário era considerado ofensa e não demonstração de poder de compra. Aqui há um roteiro caro sendo oferecido para pessoas dispostas a pagar por ele sem necessariamente serem enganadas por ser “de fora”.

Os esforços para a implementação de um “turismo classe A” em Florianópolis, tanto pelo poder público quanto por elites empresariais, não significou uma diminuição do número de pessoas que escolheram a Ilha para passar as férias. Em matéria escrita em janeiro de 1999, Elaine Borges afirma que a previsão para a temporada era a passagem de 500 mil turistas, 100 mil a mais que na temporada anterior.

Na mesma matéria, intitulada “Unidades móveis atendem turistas em SC”, a jornalista comunica que o grande número de pessoas na Ilha gerava um número elevado de conflitos envolvendo turistas e proprietários de imóveis locadoras de veículos. Por essa razão, a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina instalou a Operação Verão Legal, por via de unidades móveis de atendimento, em que turistas recebem auxílio de juízes, promotores de justiça e funcionários da prefeitura para a resolução de conflitos através de audiências de conciliação.

O texto de Elaine Borges em questão é pequeno e ocupa o espaço inferior da página, que também traz matérias de outras sucursais a respeito de administração pública e meio

ambiente, mas é um bom indicativo do grande número de pessoas que continuaram a vir para Florianópolis no verão, bem como as tensões provenientes do turismo.

2.2.2 AS CULTURAS

A matéria intitulada “Perto de Florianópolis, um grupo de índios isolados” divide a página 10 com outras duas matérias assinadas por correspondentes de outras sucursais, mas todas têm em comum a temática da delimitação de terras. Da sucursal de Brasília, um pequeno texto de três parágrafos sobre a divisão do estado de Mato Grosso em Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul, prevista para março de 1975. A outra matéria, da Sucursal do Rio de Janeiro, refere-se aos estudos preliminares de terreno para a construção da estrada de Ferro dos Carajás e o porto maranhense de Ponte de Madeira para o escoamento de minérios, inaugurados somente na década de 1980. Além dessas duas matérias, o texto de Elaine Borges divide espaço com alguns anúncios publicitários, como da Petrobras e do Ministério da Aeronáutica.

Uma fotografia de autoria da própria Elaine Borges ilustra o conteúdo da sua matéria, que aparece logo abaixo. Na condição de repórter, a jornalista registrou um indígena do grupo Xokleng carregando um cesto nas costas, com a legenda “Xokleng, a saudade das matas e o vazio do futuro dividindo gerações de índios perseguidos”. Em 13 parágrafos, a jornalista narra os esforços do antropólogo Silvio Coelho dos Santos, à época diretor do Museu de Antropologia da UFSC, para a interdição de uma área da Serra do Tabuleiro para a preservação de um grupo pequenos de indígenas Xokleng que ainda não havia entrado em contato com a “civilização”. Vistos como “puros” pelo acadêmico e pela jornalista, os indígenas estão inseridos numa lógica de “cultura total” que embasa o discurso da existência de culturas “não contaminadas” que se diferem de uma “cultura nacional” (BHABHA, 2011). De acordo com o texto, foi feita uma expedição comandada pelo próprio antropólogo para o reconhecimento do grupo, e um pedido para o então governador Colombo Salles para a preservação dos indígenas da região, que inclui a Grande Florianópolis. Sobre a Serra do Tabuleiro, a jornalista explica em tom crítico:

Apesar de extremamente acidentada e de ter trechos de vegetação espinhenta, a região da Serra do Tabuleiro já foi descoberta por madeireiros e extratores de palmito, que começam a por todas as árvores abaixo. Basta requerer uma gleba ao Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, sob o pretexto de que as terras são devolutas, para que o interessado obtenha um título de propriedade. Por isso, o antropólogo Silvio Coelho sugere a implantação da reserva natural, meio eficaz não só de proteger a fauna e a flora como manter o ambiente natural para os índios que

ainda não se motivaram a aproximar-se da civilização. (BORGES, Elaine; 1974, pág. 10)

A respeito da presença de madeireiros na Serra do Tabuleiro, Rosa, Vulfe e Bringmann (2013) afirmam que essa situação foi a responsável pelo extermínio desse grupo Xokleng, ainda na década de 1970. Denominado Angydn, era um dos três grupos Jê que habitavam o estado de Santa Catarina. A criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro⁴¹ no ano seguinte à publicação da matéria em questão não foi suficiente para preservar o grupo estudado por Silvio Coelho dos Santos na ocasião.

Elaine Borges segue seu texto com a exposição de depoimentos de indígenas abrigados no Posto Indígena de Ibirama, mantido pela Fundação Nacional do Índio, a 300 quilômetros de Florianópolis. Eles lamentam a atual situação e relatam sentir saudade de quando viviam “no mato”, onde estavam livres de doenças e contavam com a fartura de alimentos. No fim do texto, a jornalista pontua que de acordo com a própria Funai, o grupo abrigado pelo Posto Indígena de Ibirama poderia ser composto por descendentes de outros Xokleng que foram perseguidos por colonos em Santa Catarina durante o século XIX e começo do XX.

A matéria em questão serve para pontuar o contraste entre modernização e preservação. Enquanto Santa Catarina e sua capital investiam em obras de infraestrutura e buscavam atrair turistas no verão, um grupo de indígenas habitava uma região próxima e tinham outras formas de lidar com o tempo e com a ideia de prosperidade. A reportagem foi feita num contexto em que não havia espaço para esse tipo de visão de mundo em meio a uma sociedade preocupada em atingir um estágio de modernidade. Duas questões podem ser brevemente apontadas a partir do conflito narrado pela matéria da jornalista. A primeira é a coexistência de diferentes maneiras de experienciar o tempo, a dos indígenas e a do regime militar. São dois estratos temporais (KOSELLECK, 2014) dividindo espaço e gerando disputas territoriais e identitárias. O segundo ponto é apenas um aprofundamento do primeiro, mais precisamente na perspectiva militar do tempo histórico. Como defende Mignolo (2017), a modernidade possui a face perversa da colonialidade, que ao impor sua concepção de

⁴¹ A sua criação ocorreu através do Decreto nº 1.260/75 e abrange áreas de nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. Sua extensão compreende as Serras do Tabuleiro, ao norte; o morro do Cambirela, a nordeste; a Serra do Morretes, a leste, e a Serra do Capivari, ao sul. Nos municípios de Palhoça, Paulo Lopes e Garopaba, tem-se o ambiente da planície litorânea. No município de Palhoça situam-se as planícies do Maciambu e Embaú e o mangue do Aririú; no município de Garopaba, a orla litorânea do Siriú. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/pautas/rimas_site/serra_tabuleiro/relatorio_socioambiental.pdf>. Acesso em 10 de out. 2018.

mundo eurocêntrica subjuga demais formas de ser, saber e poder, desqualificando-os. O regime militar adotou, portanto, uma lógica pautada na colonialidade em seu projeto modernizador do país. A Funai, criada em 1967, era dotada de uma visão desenvolvimentista e bastante integracionista, intencionando uma “comunhão nacional”. De acordo com Magalhães (2015), enquanto a política dos colonos portugueses com os indígenas se caracterizou pelo processo de cristianização, no período da ditadura militar houve a política paradoxal pautada num discurso de preservação, respeito à diversidade cultural e do direito dos indígenas às suas terras – garantindo constitucionalmente e pelo Estatuto do Índio – na mesma medida em que, para fins de desenvolvimentismo econômico, realizaram-se expropriações e aniquilações de muitos indígenas.

Elaine Borges, na edição de número 33.548, narra em seu texto mais um conflito, desta vez relacionado ao nome de um espaço, e não sua ocupação por diferentes grupos. Trata-se da criação, em 1984, do Comitê Pró-Desterro, composto por historiadores, políticos e jovens que rejeitavam a referência a Floriano Peixoto e que propunham novos nomes para a capital. O texto traz elementos interessantes para se pensar as questões que envolvem as identidades e as memórias acerca da cidade, bem como os sujeitos envolvidos no movimento a favor da mudança do nome e os favoráveis à homenagem ao militar.

A jornalista inicia seu texto com uma citação de Osvaldo Rodrigues Cabral a respeito do episódio de fuzilamentos na ilha de Anhatomirim por ocasião da Revolução Federalista, para introduzir o assunto. Segue narrando que a chacina narrada pelo historiador não impediu a alteração do nome da cidade em 1894 pelo governador Hercílio Luz e que existiria ainda raiva e rancor dos florianopolitanos por levarem o nome de um assassino. Por isso a criação do Comitê composto por nomes como Wolnei Adilson da Rocha Chucre⁴², à época presidente da União Florianopolitana de Estudantes Secundários, deputado Marcondes Marchetti⁴³, o engenheiro Delfim Girardi⁴⁴, o advogado Antônio de Freitas Moura⁴⁵, o historiador Dante

⁴² Atualmente é secretário de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe-SC). Já foi candidato a vereador em Florianópolis pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2012.

⁴³ Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 10ª legislatura (1983 — 1987), eleito pelo Partido Democrático Social (PDS).

⁴⁴ Engenheiro eletricitista e administrador formado na UFSC. Atuou na CELESC como administrador e engenheiro. Candidatou-se à prefeitura no município de Mafra em 2000 pelo Partido Progressista Brasileiro. Atualmente é Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Mafra.

⁴⁵ Formado pela Faculdade de Direito de Santa Catarina em 08/12/1953. Inscreveu-se no Quadro de Advogados da OAB/SC em 23/04/1954 sob o nº 0199. Exerceu o cargo de Presidente da OAB/SC no período de 30/04/1970 a 31/01/1971, além de ter exercido os seguintes cargos: Conselheiro Estadual – biênios 1961/1963, 1963/1965, 1965/1967, 1967/1969, 1969/1971 e 1971/1973.

Martorano⁴⁶ e o vereador Rogério Queiroz⁴⁷. Segundo este último, relata a jornalista, o comitê servia para organizar um “movimento latente na alma do ilhéu, que no íntimo sempre desejou o restabelecimento do nome Desterro à sua capital”. Sobre a reação contrária ao comitê, Elaine Borges contou que no Café Ponto Chic, o Senadinho⁴⁸, já existiam comentários sobre a criação de um comitê a favor do nome Florianópolis. Também cita Abelardo Sousa⁴⁹ e sua crônica num jornal local em que defendia a permanência do nome da cidade por se tratar de uma homenagem a um “grande soldado e cidadão”.

A jornalista aponta também para a pouca produção historiográfica a respeito do episódio até então, o que contribuiu para suposições e diferentes versões sobre o fato. Além disso, o conflito se estende para o seu presente a partir dos descendentes de ambos os lados do evento:

Hoje o tema continua sendo polêmico porque ainda há na cidade descendentes das pessoas que foram fuziladas e daqueles que se colocaram ao lado de Floriano Peixoto. Por isso os integrantes do comitê insistem em dizer que o movimento não é revanchista. Porém, o ódio aos mandantes dos fuzilamentos é por vezes evidente. José Finardi, por exemplo, morador de Blumenau, escreveu uma carta ao vereador Rogério Queiroz dizendo que seu pai e seu avô “jamais proferiram o nome Florianópolis, preferindo usar Desterro, incutindo em nós justificável ódio ao cruel mandante dos fuzilamentos de diversos amigos e companheiros seus (do avô)”. (BORGES, Elaine; 1984, pág. 25)

Assim, a jornalista, à sua maneira, expõe as tensões de “um passado que não passa”, de memórias de dor de algumas pessoas e das reverberações no seu presente de um evento que marcou o início da República. É uma memória que alguns preferem deixar de lado, para deixar o massacre na ilha de Anhatomirim aprisionado no passado, argumentando sobre a importância da figura do marechal para a história do estado e da cidade e esquecendo o lado das vítimas do fuzilamento. Assim, a partir do esquecimento público de uma parte constituinte da história catarinense, fez-se um discurso politicamente desejável da memória (HUYSEN, 2014).

⁴⁶ Advogado, pesquisador do Direito, ensaísta, cronista e historiador. Publicou pela Editora da UFSC o livro *Temas Catarinenses*, em 1982.

⁴⁷ Na década de 1960 foi presidente da União Catarinense de Estudantes (UCE), depois vereador de 1983 a 1988 e um dos fundadores do extinto MDB. Foi preso duas vezes na ditadura militar e foi um dos catarinenses anistiados reconhecidos pela Comissão da Verdade.

⁴⁸ O Café Ponto Chic será melhor explorado na análise da matéria intitulada “Figueiredo é insultado e reage em SC”, publicada em dezembro de 1979.

⁴⁹ Nasceu em Florianópolis em 18 de fevereiro de 1920 e morreu em 1986. Foi professor e inspetor geral do ensino (mestre-escola) em Santa Catarina. Patrono da Academia Catarinense de Letras e Artes, era também músico, autor de hinos, canções e marchas carnavalescas. Publicava suas crônicas no jornal *O Estado*.

De acordo com Bernardes (2010), Florianópolis sempre esteve à margem do cenário político nacional, mas no fim da Primeira República e no estabelecimento da ditadura militar, a capital saiu da sua posição de inércia política do estado, relacionando-se diretamente com aspectos de identificações da ilha, especialmente quando se trata de seu nome. Em certa consonância com essa afirmação, Elaine Borges cita em seu texto uma fala do vereador Rogério Queiróz que defendia que embora a questão do nome da cidade mexesse com “feridas que já estavam cicatrizadas”, ela já estava sendo prevista com a retirada na placa em homenagem ao marechal na visita do presidente João Figueiredo a Florianópolis em 1979.

A matéria é encerrada com um parágrafo em que a jornalista coloca em dúvida se realmente a população queria a alteração do nome, como propõe o comitê, e que só seria possível saber por via de plebiscito. Enquanto isso não acontecia, Elaine Borges dá exemplos de nomes que os ilhéus já estavam propondo, como “Atlântida”, “Marianópolis”, por causa do mar, e “Flor de Atlântida”.

Assim, a própria jornalista pontua tratar-se de uma tarefa difícil descobrir até que ponto as pessoas se identificam com o nome da sua cidade, se elas tinham noção de seus significados e simbolismos e se era de fato uma questão importante para seus cotidianos. A lei assinada por Hercílio Luz em 1894, é importante dizer, não apenas tinha a mera função de homenagear, mas é uma das várias alterações que objetivavam a consolidação de uma conduta patriótica e o estabelecimento político do novo regime através da substituição das referências monárquicas, demarcando também o triunfo sobre uma insurreição regional que desvirtuou os vencidos.

No contexto que atuou a jornalista, parece pouco razoável considerar uma identificação dos cidadãos com um ideal patriótico republicano a partir do nome da cidade. De acordo com Gilroy (2007), a identidade coletiva relaciona-se com as formas de se pensar politicamente, e objetiva dar legitimidade a práticas que baseiam a vida nas sociedades nacionalistas. É o caso do início da República e, portanto, tornam-se compreensíveis os movimentos de legitimação, por via inclusive de alterações de nomes com referência a personagens de diferentes regimes políticos. No entanto, o autor pontua que nas sociedades de consumo, como Florianópolis de fins do século XX, já não se pode desconsiderar as escolhas que as pessoas fazem cotidianamente e nem apenas pensá-las como apartadas da sociedade ou pertencentes somente aos desejos particulares de cada um. Assim, para que se possa entender razoavelmente uma “identidade florianopolitana”, deve-se associá-la à subjetividade, pois ela produz a imagem de um indivíduo livre para escolher.

De qualquer forma, a jornalista expõe ao restante do país os embates identitários e as disputas pela memória e pelo esquecimento de uma capital que constantemente diminuída em termos de arena política. Além disso, dá ao público leitor uma breve contextualização histórica do início da República numa cidade muito associada ao veraneio graças à ideia difundida no senso comum de sua “vocação turística”.

Além de pouca proeminência nas disputas políticas, Florianópolis por vezes   também desconsiderada em termos culturais, diferentemente de grandes metrópoles que abrigam muitos teatros, exibem muitas peças, filmes, exposições e recebem artistas de diferentes lugares do mundo. A capital catarinense, segundo Fantin (2000), sofria a angústia do atraso através do sentimento de estar situada em uma pequena ilha entre duas grandes capitais, Porto Alegre e Curitiba, transformadas em metrópole num ritmo muito mais acelerado do que o ritmo que se desenvolveu a capital catarinense. E, ainda assim, sendo capital, não conseguiu entrar num circuito artístico, político e cultural a nível nacional.

Essa sensação de atraso aparece numa página do *Estadão* em 28 de abril de 1985, na edição 337390. Na página 31, Elaine Borges publica “Animação cultural em Florianópolis”, mas as palavras iniciais do seu texto de cinco parágrafos, já parecem indicar um certo pessimismo:

Pode ser que esta seja apenas uma fase passageira, mas o fato é que Florianópolis está vivendo nos últimos meses uma intensa moviment  o no setor cultural: são edições de livros, exposições de artes plásticas, apresentação de peças teatrais escritas e representadas por grupos locais e muito debate de troca de idéias. Até mesmo espetáculos teatrais de grupos dos grandes centros e de sucesso - como “Feliz Ano Velho”, com base no livro de Marcelo Paiva - foram apresentadas em Florianópolis, o que em recente passado era uma raridade. (BORGES, Elaine; 1985, pág. 31)

A jornalista inclui na sua matéria o posicionamento de João Otávio Neves Filho⁵⁰,   época presidente da Associação Catarinense de Artistas Plásticos, que percebia um aumento da moviment  o cultural na cidade em decorrência da maior utilização do Centro Integrado de Cultura, mantido pela Fundação Catarinense de Cultura, que passara a atuar de forma mais ampla. O artista, segundo a jornalista, afirma que a cidade, mesmo sendo capital do estado,

⁵⁰ Conhecido como Janga, era curador, artista e crítico de arte. Coursou artes plásticas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dirigiu a Acap (Associação Catarinense dos Artistas Plásticos) de 1982 a 1986. Desde 1985 estava   frente da Casa Açoriana: Artes e Tramoias Ilhoas, espaço em Santo Ant nio de Lisboa que reúne exposições de artistas de Santa Catarina e visa valorizar em todas as suas manifestações produzidas no Estado. Atuou no Conselho Estadual de Cultura por tr s mandatos e era também membro da ABCA-AICA (Associação Brasileira de Críticos de Arte). e integrou o Grupo Nossarte. Por quatro vezes foi júri no Salão Nacional Victor Meirelles. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/plural/morre-o-artista-curador-e-critico-de-arte-joao-otavio-neves-filho-o-janga-aos-72-anos>>. Acesso em:

não tinha galerias para exposições, mas após reivindicações os espaços foram sendo conquistados, inclusive o histórico prédio da Alfândega⁵¹, no centro da cidade.

Segundo o texto, o teatro também passou a ser mais ativo na cidade, com a polêmica envolvendo grupos de teatro e a FCC, instituição criticada por produzir uma peça sobre a vida e a obra de Franklin Cascaes, ao invés de somente incentivá-la. Em relação à edição de livros, Elaine Borges cita o trabalho da editora da UFSC, dirigida por Salim Miguel⁵². Embora contasse com poucos recursos, já havia editado desde sua fundação em 1980 mais de 90 títulos. Menciona também a editora Noa-Noa, encabeçada por Cleber Teixeira⁵³.

Por fim, a jornalista conclui de forma a divulgar o CIC, descrevendo seu prédio e citando as diversas atividades culturais lá desenvolvidas. Segundo ela, também lá estavam sendo exibidos filmes de cineastas renomados pelo Clube do Cinema Nossa Senhora do Desterro⁵⁴, encabeçado por Gilberto Gerlach⁵⁵. Inserida no meio das colunas aparece uma fotografia de um painel da artista Lena Peixer⁵⁶. Mas, para além da divulgação das atividades culturais acontecendo na cidade e as pessoas envolvidas, a matéria possibilita a interpretação que o fato de eventos culturais estarem ocorrendo com maior frequência numa capital diretamente associada ao turismo já é excepcional o suficiente para ser notícia.

Até mesmo no futebol, paixão nacional, Florianópolis não projetava seus times da mesma maneira que as outras capitais da região Sul do país. Em 13 de julho 1986, no caderno de esportes, Elaine Borges escreve sobre o rebaixamento do Figueirense Futebol Clube e todos os problemas que enfrentaria em razão de sua queda para a segunda divisão do

⁵¹ Inaugurado em 29 de julho de 1876, o prédio teve suas atividades alfandegárias encerradas somente em 1964 em razão do fechamento do porto de Florianópolis.

⁵² Salim Miguel, escritor, editor e poeta libanês. Veio para o Brasil ainda criança em 1927 e desde meados da década de 1940 realizou ações e projetos literários e culturais. Contribuiu com os demais integrantes do Grupo Sul (Círculo de Arte Moderna de Santa Catarina) a dinamizar a vida cultural catarinense entre 1947 e 1958, inovando na literatura, no cinema, no teatro e nas artes plásticas e estabelecendo uma rede de contatos em vários países. Além de colaborar na editoração da revista Sul (1948-1957), escreveu junto com sua esposa e também poeta Eglê Malheiros o roteiro do primeiro longa-metragem catarinense de ficção, “O preço da ilusão” (1958). Depois do golpe militar de 1964, Eglê e Salim são afastados de seus cargos no serviço público estadual e mudam-se com os filhos para o Rio de Janeiro. Retornaram a Florianópolis em 1979, e Salim geriu a Editora da UFSC de junho de 1983 a junho de 1991.

⁵³ Era poeta, tipógrafo e proprietário da editora Noa Noa, na qual publicou artesanalmente livros clássicos nacionais e internacionais, num sistema de prensas ainda no modelo de Gutenberg.

⁵⁴ Criado em 1968 cineclube trouxe para a cidade, através de Gilberto Gerlach, cópias raras em 35 mm de filmes clássicos da história mundial do cinema.

⁵⁵ Escritor, cinéfilo e engenheiro civil brasileiro. Foi eleito em 2011 para a Academia Catarinense de Letras. É também membro da Academia Josefense de Letras.

⁵⁶ Arte educadora, produtora cultural, curadora, desenhista e gravadora. Suas obras em acervos do Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), do Museu de Arte Ruth Schneider, de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, do Museu de Arte Contemporânea (MAC), do Paraná, e da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina, Badesc, em Florianópolis. Produziu muitas ilustrações em livros e periódicos de arte e participou de diversas mostras. Em 1997, foi premiada com o Prêmio Cultura Viva de Estímulo às Artes Visuais.

campeonato estadual, tal como negociação de jogadores e torcida pouco numerosa no estádio, que inclusive foi penhorado, pela quinta vez, no dia seguinte à derrota para cobrar um débito com a Previdência Social.

Mas segundo a jornalista, a penhora nada preocupou os torcedores se comparada ao trágico rebaixamento, que:

Em termos paulistas, o mesmo que o Palmeiras ser rebaixado. Para os torcedores do Figueirense, a queda foi uma verdadeira tragédia, a ponto de um deles, o verdureiro Vílson Maciel, 50 anos, apelar até mesmo para o Papa João Paulo II, pedindo para que não deixe o time do seu coração enfrentar tamanha desgraça. (BORGES, Elaine; 1986, pág. 37)

Elaine Borges segue afirmando que resta aos torcedores do time “fundado em 1921, debaixo de uma figueira de onde veio o nome”, as lembranças consoladoras dos bons momentos e desempenhos que o time viveu na década de 1970, especialmente quando havia feito a melhor campanha em 1975 como clube catarinense, até o momento da escrita de seu texto. Em 1975, explica a jornalista, a presidência do Figueirense era ocupada por José Mauro da Costa Ortiga, que com o rebaixamento, ponderou que o clube atravessava um “período negro”.

A respeito da nomenclatura do time, cabem algumas considerações, e a historiografia sobre Desterro no século XIX e XX se faz útil. De acordo com Cardoso (2008), havia na beirada oeste da cidade uma região chamada de bairro da Figueira, bastante ativo e produtivo, pois era composto por trapiches, estaleiros, armazéns, padarias e boticas. Segundo o autor, o bairro era um dos maiores em termos de população de origem africana na então Desterro, o que fez as elites dirigentes da época o qualificarem como um “antro de prostituição” ocupado por marinheiros e por pessoas em condição de pobreza.

Fellipe (2001) descreve que os contornos do bairro da Figueira podem ser traçados a partir do Mercado Público estendendo-se até o trapiche de Carlos Hoepcke. Suas ruas compreendiam a atual Rua Francisco Tolentino, altos da Rua Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt, incluindo as ruas próximas: Jerônimo Coelho, Pedro Ivo, Bento Gonçalves, Sete de Setembro e Padre Roma.

A forte presença africana deixou de ser característica do bairro da Figueira a partir da década de 1940, em decorrência das transformações urbanas que visavam o estabelecimento de uma capital a caminho do progresso, como projetavam as elites políticas de então. Assim, a região central embranquece e vira espaço para a administração pública, de comércios e prestação de serviços (CARDOSO; RASCHE, 2014), de forma que as classes populares

foram marginalizadas e empurradas para regiões periféricas da ilha, como morros e em lugares mais distantes do centro elitizado e branco.

Duas décadas antes, contudo, foi fundado em 1921 o Figueirense Futebol Clube, que recebeu tal nome para homenagear o bairro em que surgiu, bastante discriminado pela política higienista e racista das elites (FELLIPE, 2001). Até então, era incomum aos grupos trabalhadores, pobres e negros possuírem seu próprio time de futebol, mas não o era para os grupos de poder. De acordo com Cardoso e Rascke (2016), com os passar dos anos e com a conquista de títulos, o time positivou o bairro da Figueira e seus moradores, mas disputas pela memória acabaram por menosprezar esse aspecto da história do clube e o minimizou à homenagem a uma árvore.

Esse branqueamento e afastamento do time das camadas populares está representado na matéria de Elaine Borges, na medida em que nenhum momento é citada a história do time em relação à história dos negros e negras em Desterro, somente em relação a uma árvore. O apagamento dessa memória negra da história da cidade atingiu a década de 1980 e se materializou através de um texto jornalístico, publicado a nível nacional. É uma ironia, portanto, a fala de José Mauro da Costa Ortiga reproduzida pela jornalista, ao admitir que o time passava por um “período negro”, num mal sentido.

Assim, a matéria não somente expõe a menor presença dos times catarinenses no futebol brasileiro, mas também reforça uma relação do time com um espaço da cidade, a Praça XV de Novembro, e não mais seus antigos habitantes. Esse processo de esquecimento, contudo, é anterior à matéria, o que leva a crer que ela é consequência desse apagamento ou esquecimento arbitrário. Cardoso e Rascke (2016) apontam que a identidade visual do time foi alterada na década de 1970, introduzindo uma árvore em seu escudo, coincidentemente na mesma década em que o clube recebeu patrocínios e se inseriu na elite do futebol brasileiro o que deixava saudades nos torcedores, como relatou Elaine Borges.

Por fim, em abril de 1999, no caderno Geral da edição de número 38520, Elaine Borges publica seu texto “Farra do boi é realizada, apesar da proibição”. Aqui é descrito que a Polícia Militar de Santa Catarina já havia registrado 81 ocorrências durante a Semana Santa, em decorrência de incidentes causados pela festa. A jornalista noticiou que no bairro Córrego Grande em Florianópolis, um boi que corria solto pelas ruas foi atropelado, quebrando as duas patas e sendo sacrificado logo em seguida. No carro, duas crianças que presenciaram a cena foram hospitalizadas e ficaram aterrorizadas com o acidente. Já na Lagoa da Conceição, um boi solto durante a festividade invadiu um restaurante.

As críticas à Secretaria de Segurança de Santa Catarina baseavam-se na escolha do órgão em pautar-se numa lei que proibia a prática de maus-tratos a animais, e não no acórdão do Supremo Tribunal Federal de 3 de junho de 1997, que efetivamente proibiu a farra do boi dentro ou fora de cercados. Assim, a PM foi acusada de ser permissiva com a “brincadeira”, de acordo com a jornalista, e suas aspas parecem indicar que ela própria posicionava-se contra a prática.

Logo ao lado do texto de Elaine Borges, há uma caixa de texto com duas colunas, assinado somente por “J.J.” Nele, a explicação de que a farra do boi é uma adaptação de uma tradição da região dos Açores, em Portugal, com mais de 300 anos. Assim, a festividade, ainda que mais cruel no litoral catarinense, existe no estado em decorrência da forte colonização açoriana. Sem citar historiadores, o texto traz dados sobre datas e o número de famílias que vieram de Portugal para o Brasil: 1745 e 1748, e 5 mil famílias. Há, contudo, referência ao trabalho da psiquiatra Nise da Silveira⁵⁷ sobre as diferenças entre a farra do boi açoriana e a catarinense, em que a primeira seria uma forma primitiva de religião onde o boi é a representação dos pecados humanos, e a segunda é uma prática de tortura animal realizada durante o ano todo, não somente durante a semana santa.

À época da publicação do texto, já era bastante conhecido o documentário produzido pelo cineasta Zeca Pires e pelo jornalista Norberto Depizzolatti, intitulado “Farra do Boi”. Com quase meia hora de duração, o documentário foi lançado em 1991 e discutia as polêmicas envolvendo a festividade, fazendo uma retrospectiva histórica até o século XVIII, quando a festa era praticada na região dos açores.

De qualquer forma, as opiniões a respeito da farra do boi são divididas entre uma memória da cultura açoriana e uma prática de maus tratos aos animais. Sobre a prática, Fantin (2000) afirma que até a década de 1980 ela não estava incluída no repertório de festividades ditas “tradicionais” da ilha, e que ganhou visibilidade através das críticas projetadas nacional e internacionalmente. Essas críticas, segundo Flores (1997), são fruto de uma moral ocidental contemporânea em relação aos animais, em que as descobertas científicas da modernidade tiraram os seres humanos do lugar superior em que a religião católica os colocara. Não se trata, segundo a autora, de ignorar os sentimentos tanto dos participantes da farra do boi quanto dos seus críticos uma vez que são construídos socialmente, mas de buscar compreender como e porque determinadas formas de pensar e sentir causam estranheza, ainda que contemporâneos.

⁵⁷ Foi uma renomada médica psiquiatra brasileira, aluna de Carl Jung.

A matéria escrita por Elaine Borges está inserida nesse contexto de contestações da farra do boi, disputas em relação à uma dita tradição açoriana e memória da cidade, bem como identificações dos sujeitos com a festividade. Fantin (2000) atenta para importância de não homogeneizar os nativos da ilha e considerá-los como favoráveis ao evento em sua totalidade, pois existem diferentes posicionamentos em ambos os lados, entre os nativos e “os de fora”, embora esses últimos sejam, segundo a antropóloga, em sua maioria contrários à farra. Sobre a participação dos meios de comunicação nas discussões envolvendo a questão, Flores (1997) afirma que eles “amplificaram os discursos difundidos e as imagens veiculadas, assegurando o envolvimento de grupos de proteção aos animais no mundo inteiro” (pág. 95).

2.2.3 OS ACONTECIMENTOS

Um ponto crucial a respeito do regime militar aparece entre os textos de Elaine Borges. Na edição do dia primeiro de dezembro de 1979, logo na quarta página do jornal, a matéria – assinada por Elaine Borges juntamente com José Laurentino Gomes⁵⁸ e Luiz Fernando Emediato⁵⁹ – ocupa totalmente a folha, sem deixar espaços para anúncios publicitários. Trata-se da visita do então presidente João Figueiredo no dia 30 de novembro de 1979, em Florianópolis. Na ocasião, estudantes manifestaram-se contra a ditadura militar com apoio de pessoas presentes na solenidade na Praça XV de Novembro e juntos gritaram palavras de ordem que criticavam a carestia, o arrocho salarial e expressavam a indignação com a inabilidade do governo militar em lidar com a crise econômica. A truculência do presidente da Figueiredo em relação aos estudantes marcou a ocasião, resultando em prisões baseadas na Lei de Segurança Nacional. A partir daí, manifestações aconteceram nas ruas por vários dias para contestar as prisões.

O texto publicado no dia seguinte divide seu espaço apenas com três fotografias cedidas pelo *Jornal de Santa Catarina*. Uma delas registra o momento de tumulto entre manifestantes, polícia e segurança presidencial; as outras duas mostram o aglomerado de

⁵⁸ Jornalista e escritor brasileiro. Trabalhou como repórter e editor para vários órgãos de comunicação do Brasil, incluindo o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*. Conhecido por sua série de livros sobre História do Brasil, como *1808- Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*.

⁵⁹ Jornalista, escritor e editor brasileiro. Iniciou a carreira na sucursal mineira do *Jornal do Brasil*. Transferiu-se depois para *O Estado de S. Paulo*, onde permaneceu por dez anos - tempo em que foi premiado com o Prêmio Internacional de Jornalismo Rei de Espanha, em 1982. Com o jornalista Marcos Wilson, dirigiu o jornalismo do SBT quando da contratação do âncora Boris Casoy. Em 1991, deixou as redações para montar sua empresa a Geração Editorial, onde atualmente é o publisher.

manifestantes que erguem suas faixas. Uma delas é bem visível e é possível ler “abaixo a fome”. Os parágrafos iniciais narram o início calmo da manhã, com a recepção do presidente:

Até a chegada da comitiva ao Palácio Cruz e Souza, o clima ainda era de muita calma. Nas ruas centrais as pessoas se aglomeravam para ver o presidente. Vários escolares se perfilavam junto à Catedral Metropolitana, agitando bandeirinhas e soltando balões, enquanto uma banda tocava, distraindo a população. Às 10 horas em ponto, o presidente e a comitiva - entre eles os ministros Karlos Rischbieter, Eliseu Resende e César Cais - chegaram à rua, junto à Praça XV, quando foi feita a revista à tropa. Na porta do Palácio uma rendeira fez uma demonstração de habilidade, tecendo uma toalha para o presidente. Dos alto-falantes colocados estrategicamente nas sacadas do Palácio se ouviam marchas e o “Samba da Conciliação”, de um compositor catarinense, feito especialmente para a recepção presidencial. (BORGES, Elaine; 1979, pág. 4)

É quase possível, através das palavras dos jornalistas e com um certo recurso imaginativo, recriar o cenário daquele dia no centro da cidade, com seus lugares e sons. A renda de bilro aparece mais uma vez como algo tradicional da Ilha a ser mostrado para quem é de fora. O compositor catarinense, cujo nome não foi sequer mencionado, é Luiz Henrique Rosa, que chegou a frequentar um círculo de músicos da chamada geração da Bossa Nova, tendo mais reconhecimento no exterior do que no Brasil e em Santa Catarina. Nascido em Tubarão, mudou-se para Florianópolis ainda criança e uma vez compositor, cantor e violonista, fez da capital catarinense tema de muitas de suas canções. Também compôs o hino do Avaí Futebol Clube na década de 1970 (CORRÊA, 2015). Talvez o esquecimento do músico seja proposital, em decorrência da canção composta para a ocasião da visita presidencial. Mas é apenas uma hipótese que exige maiores averiguações, o que não é prioridade no momento.

O texto segue sua narrativa explicando que, a partir do momento em que o presidente se aproximou de uma rendeira, o povo começou a exibir faixas de protesto, despertando descontentamento de algumas pessoas que queriam participar da solenidade e tentaram, sem sucesso, arrancar as faixas. Com o tumulto sendo instalado, a Polícia Militar e a Polícia Federal formaram um cordão de isolamento para tentar conter os manifestantes, que seguiam com as palavras de ordem. O clima ficou ainda mais tenso quando o então presidente, após presenciar a assinatura de convênios dentro do Palácio Cruz e Souza, dirigiu-se à sacada e fez um gesto que foi interpretado por alguns como um insulto aos manifestantes. Desceu do Palácio e foi até o “Ponto Chic”, também chamado de “Senadinho”, para tomar um café e ganhar o título senador concedido aos frequentadores da cafeteria.

O trajeto do presidente até o estabelecimento, de acordo com os jornalistas, também foi marcado por muita tensão, gritos, protestos e aglomeração, que deixaram inclusive as balconistas do estabelecimento nervosas. Na saída, mais confusão:

Ao sair do “Ponto Chic”, depois de ser homenageado com o diploma, Figueiredo e comitiva retornaram em passos lentos. Na frente do “Senadinho”, novamente um grupo de manifestantes, com suas faixas rasgadas, começaram a gritar palavras. O presidente, sempre suando muito, e vermelho, parou e tirou do bolso um lenço de papel, passando no rosto. Mais ofensas foram ditas e o presidente, nervoso, levantou os braços e deu um passo em direção aos manifestantes, com visível intenção de agredi-los. Contido pela segurança, foi cercado novamente por um forte esquema de policiais e levado rapidamente para o carro. (BORGES, Elaine; 1979, pág. 4)

Mesmo após a saída de Figueiredo para o pavilhão das Centrais Elétricas de Santa Catarina, a tensão no centro da cidade continuou, com correrias, depredação de lojas e repressão policial. Na Praça XV, o busto de Floriano Peixoto, que havia sido recentemente inaugurado, foi destruído e o que restou dele foi recolhido por um soldado, que levou os pedaços ao Palácio. A matéria prossegue, narrando que no campus da Universidade Federal ainda ocorriam protestos, permeados por boatos que o presidente do Diretório Central dos Estudantes, “Afonso” Dias, havia sido preso. O nome correto, no entanto, é Adolfo. À época, era estudante de direito e, como diretor do DCE, esteve à frente da chapa “Unidade”. Foi durante sua gestão que ele e demais estudantes organizaram o protesto contra João Figueiredo na ocasião da sua visita. Foi preso junto de seus colegas, mas foram todos absolvidos após julgamento. No ano seguinte, presidiu a União Catarinense dos Estudantes⁶⁰.

De acordo com a matéria, o dia começa a se normalizar a partir das 16 horas da tarde, ainda que burburinhos e comentários sobre o ocorrido seguissem circulando. Os panfletos da “Carta à população”, assinados e distribuídos pelos estudantes durante a manifestação, ficaram nas ruas como um dos vestígios do evento. Aqui o texto transcreve alguns trechos da carta com críticas ao regime militar e ao presidente Figueiredo. Também narra que o grande balão no aterro da Beira-Mar Norte com palavras de saudação para o presidente foi queimado pelos manifestantes e substituído por um com palavras de protesto. Segundo Miguel (1995), o balão custou 57 mil e 400 cruzeiros, praticamente 20 salários mínimos. A mesma homenagem ao presidente foi estampada em milhares de camisetas, distribuídas a estudantes escolares e funcionários públicos. Os gastos com a recepção foram alvo de críticas por contrastarem com o difícil momento econômico.

⁶⁰ Fonte: Coletivo Memória, Verdade e Justiça. Disponível em: <<https://coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com/adolfo-luiz-dias/>> . Acesso em: 11 de out. de 2018.

A parte central da página foi destinada aos comentários do então presidente Figueiredo sobre o ocorrido em Florianópolis quando interpelado por repórteres, bem como a íntegra de seu discurso após o incidente. Aqui fica evidente, pelas respostas do militar às perguntas que lhe foram feitas pela imprensa, que este fez pouco caso da manifestação ao afirmar que de todas as pessoas presentes, apenas um “pinguinho de gente” gritaram contra ele. Disse ainda que os opositores comunistas, embora existam em qualquer Estado, não o fariam mudar de rumo, ou seja, desistir da implementação de uma democracia como presidente. Em seu discurso, transcrito integralmente na matéria, afirmou não ter ficado surpreso com a visita, pois já conhecia “a hospitalidade e o carinho da gente catarinense” desde a campanha eleitoral. Agradeceu a generosidade do então governador Jorge Bornhausen e seguiu afirmando que durante sua vida política sempre reconheceu o direito de manifestações contrárias, mas que não aceitava qualquer tipo de ofensa pessoal. Em defesa da sua dignidade, o presidente compara-se ao personagem Cyrano de Bergerac⁶¹, para exemplificar que, “modéstia à parte”, às vezes não é “elegante no falar e no vestir”, mas tal qual o personagem da peça, “somente no moral” se percebe a sua elegância. Segue seu discurso reafirmando as promessas de investimentos em Santa Catarina, como a instalação de uma siderurgia mantida pelo setor privado. Por fim, o presidente enfatiza que “o tema político da atualidade é a reformulação partidária”, apontando para a necessidade da existência de um partido forte para manter a políticas do regime num novo momento de vigência do pluripartidarismo:

Reconheço que o partido que deve apoiar a política a ser adotada a partir de 1960 deve ser um partido forte, a fim de que, no Congresso, o governo tenha forças e palavras convincentes para que as decisões não sejam desviadas para rumos que não sirvam da melhor maneira ao País. Daí porque o meu apelo: que venham todos aqueles que queiram cooperar, mesmo aqueles que, no passado, de nós tenham divergido. Vou mais além: aceito, inclusive, colocar certos pontos de divergência de lado e ceder em alguns, tendo em vista apenas o benefício comum, que é o progresso da nossa Pátria e a total implantação da democracia nesta terra. Muito obrigado a todos. (BORGES, Elaine; 1979, pág. 4)

O presidente João Figueiredo, ao instaurar o pluripartidarismo através da Lei Orgânica dos Partidos, aprovada no Congresso Nacional em 1979, intencionou dividir a oposição e garantir a vitória nas eleições de 1982 dos simpatizantes do regime militar, uma vez que os dissidentes da Aliança Renovadora Nacional iriam para um único novo partido chamado Partido Democrático Social, e os membros do então MDB se fragmentariam em diversas agremiações. Tal objetivo pode ser percebido no momento final de seu discurso.

⁶¹ *Cyrano de Bergerac* é uma peça de teatro escrita em 1897 por Edmond Rostand, baseada na vida de Hector Savinien de Cyrano de Bergerac, escritor francês.

Um terceiro momento da publicação explicita a opinião dos ministros⁶² a respeito do “incidente” no centro de Florianópolis, alegando que a violência partiu de “reações isoladas” dos grupos de estudantes. O governador Bornhausen fez críticas aos manifestantes e qualificou o movimento como pouco democrático. No entanto, segundo o que matéria complementa logo em seguida, já era esperado certo clima desfavorável para a vinda do presidente, visto que Marco Antonio Kraemar, porta-voz da presidência, esteve na cidade dias antes para se unir com a assessoria do governo do estado e com jornalistas que já haviam advertido para possíveis complicações. A mensagem, todavia, não chegou a Brasília mesmo com os esforços do porta-voz. Aqui a matéria sublinha os apontamentos de funcionários catarinenses a respeito dos equívocos que ajudaram a compor o cenário caótico da visita presidencial, como a inconveniência de se colocar uma homenagem a Floriano Peixoto na Praça XV de Novembro, visto que os habitantes de Florianópolis preferem Ilha de Nossa Senhora do Desterro, e a desatenção da Secretaria de Segurança e dos órgãos responsáveis pela visita com possíveis protestos.

As críticas de Figueiredo, que se sentiu profundamente ofendido por jovens universitários, bem como as críticas de seus ministros, explicitam a concepção do regime militar sobre o que é considerado democrático. Vale lembrar que em julho daquele ano Figueiredo encaminhou para o Congresso Nacional um projeto que perdoava crimes políticos “ou conexos”, referentes à prática de tortura, mas não compreendia opositores que os militares convencionaram chamar superficialmente de “terroristas” (FICO, 2015). No âmbito do regime, crimes cometidos por militares que violaram os direitos humanos eram passíveis de perdão e a impunidade de práticas violentas cometidas por agentes do Estado foi oficializada, enquanto que a manifestação exaltada de estudantes insatisfeitos com o governo era considerada antidemocrática. Nesse sentido, a Lei da Anistia tal qual foi implementada é um dos principais indícios do caráter antidemocrático da chamada reabertura política. Por fim, a matéria narra que até mesmo para os estudantes a visita de Figueiredo teve resultados diferentes dos planejados previamente. Segundo o texto, na sede do DCE no centro de Florianópolis, alguns jovens pontuaram que se o dia transcorresse de acordo com o combinado, o ato se limitaria à exibição das faixas e nas palavras de ordem contrárias ao custo de vida.

⁶² Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter; da Agricultura, Amauri Stábile; das Minas e Energia, César Cals; dos Transportes, Eliseu Resende.

A matéria aqui analisada projetou Florianópolis ao narrar a cidade como pano de fundo de um acontecimento político e mostrou ao restante do Brasil práticas e lugares da cidade, como a renda de bilro, o Café Ponto Chic, a Praça XV de Novembro, o Palácio Cruz e Souza, a Universidade Federal e o aterro da baía-sul. É também um exemplo apropriado para o que afirmou Dosse (2013) a respeito das mídias de massa que participam da própria natureza dos acontecimentos que elas transmitem, e que existe através delas. Para ser a conhecido como “Novembrada”, o acontecimento teve de ser conhecido, e o *Estadão*, dentre muitos outros veículos, foi um dos vetores dessa difusão. Nesse sentido, o acontecimento se caracteriza pelo afastamento da norma e por sua singularidade, e a visita de Figueiredo escapou do esperado por alguns. No espaço de uma página, o texto foi construído de maneira descritiva a fim de individualizá-lo, mas também insinuou através da narrativa determinadas situações que atribuíram sentidos à postura do então presidente e de sua comitiva, dando proeminência aos protestos com a escolha das três fotografias. Nesse sentido, os jornalistas produzem uma história imediata a respeito do que posteriormente seria chamado de “Novembrada”, narrando os fatos e analisando-os a partir de seu próprio testemunho. É importante salientar que o curso de pós-graduação em História da UFSC existia há apenas quatro anos, e embora tenha contribuído para uma diversificação historiográfica (GONÇALVES, 2006), ainda estava distante de produzir trabalhos acerca da ditadura militar e seus desdobramentos em Santa Catarina.

Além da vinda do presidente Figueiredo, outro evento transformado em acontecimento com o auxílio das palavras de Elaine Borges foi o acidente com o voo TB-303, da Transbrasil, que se chocou no morro da Virgínia, no bairro Ratoles na noite de 12 de abril de 1980. A colisão ocorreu em seu caminho para a aterrissagem no aeroporto Hercílio Luz, onde faria escala antes de chegar em Porto Alegre, seu destino final. Publicada 3 dias depois do acidente, a matéria foi assinada por Elaine Borges, Adélia Maria Lopes, José Laurentino Gomes e Valdir Sanches. Tal qual o texto analisado anteriormente, ocupa a página inteira e divide espaço com três fotografias, sem anúncios publicitários, com a diferença que não traz na sua narrativa elementos que caracterizam a cidade de Florianópolis do ponto de vista cultural da mesma forma que as demais matérias, que incluem descrições de lugares e práticas “tradicionais” da ilha. De qualquer forma, a cidade ganha visibilidade nacional por ser o pano de fundo de um infortúnio que fez muitas vítimas e ficou bastante conhecido entre os acidentes aéreos brasileiros.

O texto em questão noticia que as causas do acidente ainda estavam sendo investigadas e que os resultados periciais ainda demorariam aproximadamente um mês para serem divulgadas, isso se os resultados fossem conclusivos, pois à época não se sabia exatamente o estado das caixas que armazenavam dados das manobras do avião e as gravações das conversas da tripulação. Mais tarde, a caixa preta revelou que o avião estava funcionando em perfeito estado e que o acidente foi causado por falha humana, pelo obsoleto equipamento de navegação do aeroporto Hercílio Luz e pelo mau tempo em Florianópolis.

Segundo a notícia, a maioria dos passageiros era de Florianópolis e fazia parte de famílias importantes de Santa Catarina, e por essa razão o governo do Estado suspendeu suas atividades e decretou luto oficial por três dias. Entre as vítimas estavam Rosemary e Jane, filhas do empresário Antonio Koerich, presidente da rede de lojas Koerich; o ex-chefe do cerimonial do governo estadual Nelson Nunes; Políbio e Ptolomeu, irmãos do deputado Epitácio Bittencourt; e o médico e professor Rômulo Coutinho de Azevedo.⁶³

Para dar a dimensão da tragédia, três fotos mostram o avião espatifado no meio da mata, os trabalhos dos socorristas e o rosto ferido de um dos sobreviventes. Duas longas colunas, maiores do que as que se dedicam à descrição das investigações, narram os relatos dos três sobreviventes do acidente, que contaram o que viram, ouviram e sentiram nos momentos anteriores e após a queda da aeronave.

Ontem, Cleber Moreira, no hospital, contou a sua amarga experiência, após ter sido arremessado para fora do aparelho, junto com a mulher, em consequência da violência do choque: “Senti que deveria salvar meu filho. Dei dez passos até os destroços do avião, e já estava a uns 30 metros, quando percebi que começava a explodir”. Percebendo que não poderia salvar seu filho das chamas, Cleber retornou para perto de Marlene e a colocou atrás de uma pedra “para evitar que a explosão causasse maiores danos nela, pois ao ser lançada do avião, Marlene caíra em cima de uma pedra, sofrendo fratura em todas as vértebras e da coluna, em seis costelas.” (BORGES, Elaine; 1980, pág. 52)

O relato do casal e sua tentativa de salvar o filho de três anos – cujo corpo ainda não havia sido encontrado – aparece no texto mais de uma vez, de forma bastante enfática. Junto de seu relato, há também o de Flávio Goulart Barreto, que pensou já estarem no procedimento de aterrissagem quando o piloto pediu que afivelassem os cintos. Segundo os jornalistas, o sobrevivente relatou ter ouvido um forte estrondo e pensou que aeronave tinha sido atingida por um raio, e que só recuperou a consciência após algumas horas.

O acidente de tamanha proporção foi rapidamente transformado pela imprensa local e nacional como um acontecimento marcante da cidade de Florianópolis, à época com pouco

⁶³ Fonte: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_voo303_24/index.html. Acesso em: 5 de nov. de 2018.

mais de cento e noventa mil habitantes.⁶⁴ É considerado no meio jornalístico como um evento que rendeu grandes reportagens, já rendendo capítulos de livro e documentário.⁶⁵ Nesse sentido, o acidente envolvendo o Boeing da Transbrasil foi, desde sua queda em abril de 1980, descrito, narrado e normalizado juntamente dos diferentes veículos de comunicação, que o inseriram na história da cidade e o rememoram como fato histórico.

A princípio, a matéria do *Estadão*, demonstra que o acontecimento é, antes de mais nada, algo que não se compreende num primeiro momento. Ainda que grande parte das vítimas já tivessem sido identificadas, as causas ainda eram desconhecidas e a possibilidade de respostas ainda era incerta. No século XXI, o evento ainda é narrado com emoções e sentimentos que lhe são intrínsecos.

Essas duas matérias demonstram que Elaine Borges, na condição de jornalista e testemunha, inseriu Florianópolis no contexto de grandes acontecimentos. Pela via narrativa, elevou a pacata cidade a um patamar de importância de grandes metrópoles, já comumente palcos de eventos transformados em acontecimentos pela mídia, e atendeu a uma demanda de imediatividade da sociedade contemporânea. Os textos de Elaine Borges sobre a conturbada visita do então presidente Figueiredo, por exemplo, diferem das pesquisas acadêmicas feitas num momento posterior, pois objetivavam narrar os fatos “no calor do momento”, mas tal qual a historiografia, constroem uma narrativa e arranjam os fatos considerados relevantes a ponto de serem contados, conhecidos e memorados. Com suas palavras, a jornalista estabeleceu aspectos deveriam tornar-se conhecidos publicamente e, por essa razão, não se limita a uma simples reprodução. Além da subjetividade da própria jornalista, outros fatores contribuem para a construção narrativa, como “critérios de noticiabilidade que perpassam relações de poder, seleção e enquadramento” (DIAS, 2011). O texto sobre a queda do avião também foi organizado de maneira arbitrária a fim de dar ao fato uma dimensão excepcional, trágica, de grandes proporções. Nesse sentido, a jornalista é agente ativa na construção dos acontecimentos.

⁶⁴ Fonte: Populações nos censos demográficos, segundo os municípios das capitais, 1872-2010, IBGE <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>>. Acesso em: 5 de nov. de 2018.

⁶⁵ O acidente da Transbrasil é tema de um dos capítulos do livro “Reportagens Inesquecíveis – o jornalismo atuante em Santa Catarina de 1720 a 2000”, organizado por Ricardo Medeiros e Marcelo Passami e editado pela Insular. No caso, o livro traz a cobertura a nível local feita pelo jornalista Laudelino José Sardá, do jornal *O Estado*. O documentário, produzido em 2017 por alunos de jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina, coloca o próprio Laudelino Sardá relatando diante da câmera seu trabalho de cobertura do acidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XX, especialmente a partir de sua segunda metade, a Ilha de Santa Catarina atravessou profundas mudanças. Modernizou-se, teve sua paisagem urbana modificada, consolidou-se como capital turística e abriu as portas para muitas pessoas de outros lugares. O jornalismo acompanhou essas modificações, investindo a partir da década de 1970 em novas tecnologias e em novos profissionais para compor suas redações. Todo esse processo foi permeado por embates e conflitos, especialmente no que diz respeito aos projetos de cidade a ser implantada e à convivência entre os “de fora” e os “nativos”.

Elaine Borges, como muitos jornalistas de sua geração, acompanhou e testemunhou o desenrolar dessa história de Florianópolis, fazendo parte dela como personagem dos novos capítulos da imprensa local e da cidade, descrevendo o processo para o restante do país e para a própria região que passou a viver. Durante sua trajetória de vida, experienciou uma cidade que ao mesmo tempo que mantinha um ar “paradisiaco” com seus atrativos naturais, mantinha um significativo crescimento urbano com a intensa construção civil. Embora fascinada pelas belezas naturais da Ilha, como muitas pessoas “de fora”, a jornalista vivenciou principalmente o movimento da região central a partir da sociabilidade própria da profissão de jornalista. Além de vislumbrar-se com o que a Ilha oferecia de belo, Elaine Borges inquietou-se com as mazelas produzidas pelo próprio processo de modernização conservadora do país.

Na condição de repórter, a jornalista narrou com estilo próprio do gênero suas impressões acerca da cidade. Os diferentes veículos em que a repórter publicou seus textos deram diferentes perspectivas sobre a cidade, o que pode ser explicado pela própria intenção do empresariado e das elites locais de consolidar a capital como destino turístico. Ainda que as reportagens do *Estadão* tenham demonstrado problemas próprios do processo de modernização da cidade, não deram a mesma ênfase que em *O Estado* ao publicar reportagens de Elaine Borges com forte cunho social.

Além dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Estado*, a jornalista também atuou no *Jornal de Santa Catarina*, *Bom Dia Domingo* e *Diário Catarinense*, neste último como editora de política. Suas matérias nesses periódicos faziam a cobertura política de Florianópolis e de Santa Catarina, e por terem uma temática tão diferente e por significarem outro momento da trajetória da jornalista, eles foram deixados de lado por ora. Para a discussão não ficar demasiada dispersa, o tema da política catarinense e a toda a discussão que um cargo como editora exige ficará para trabalhos futuros. A própria atuação da jornalista no Movimento de Oposição Sindical e todo o contexto de distensão política da época por si só

exigem análises mais profundas que só seriam feitas com o devido esmero em produções à parte desta.

A produção do trabalho não foi isenta de dificuldades. A mudança do projeto de pesquisa durante o curso paralisou por algum tempo o processo de análise das fontes e da escrita do trabalho, limitando significativamente o tempo para a realização da pesquisa. O uso do método de história oral e a realização das entrevistas foi iniciado somente no segundo ano do curso, após a mudança do projeto e da orientação, e também foi prejudicado pelo tempo limitado. No entanto, as principais problemáticas foram respondidas, ainda que de forma superficial.

É importante salientar que a presente dissertação é apenas uma contribuição para a historiografia que se debruça sobre as trajetórias de vida, a história do jornalismo e da cidade de Florianópolis num viés da História do Tempo Presente. Não é intenção desse texto esgotar uma discussão que pode – e deve – ser feita nas mais diversas perspectivas, inclusive com a finalidade de contestar o que aqui foi defendido, a quem julgar necessário.

Embora crítico à ideia de uma História do Tempo Presente, Prost afirma que:

É próprio da história do tempo presente, e de uma história indissociavelmente social e cultural do tempo presente, mais ainda que de uma história política e econômica, ou de uma história de produções culturais, ser uma história manca, coxa, incompleta, inacabada. A maneira correta de fazer esta História não é tentar remediar este inacabamento, ou mascarar-la restabelecendo, por algum artifício, continuidades demasiado sedutoras que fariam o presente sair logicamente do passado. É assumir este próprio inacabamento, de trabalhar para pôr em relevo, da inadequação das representações às realidades sociais que elas pretendem dizer, a sua própria novidade. (PROST *apud* ROUSSO, 2015, p.262)

Assim, o presente trabalho não é capaz de contar a história das representações de Florianópolis acerca das questões culturais e sociais que permeiam a cidade, bem como seus personagens e suas trajetórias. Essa dissertação é incompleta se levado em conta que a história aqui narrada ainda não terminou. Parte dos personagens que fizeram parte da narrativa ainda estão vivos, tanto em termos biológicos como na memória de outras pessoas. A imprensa continua criando representações sobre a cidade, que ainda é permeada por conflitos identitários e por questões relacionadas à sua infraestrutura.

Por isso, esse trabalho é uma modesta contribuição.

REFERÊNCIAS

FONTES

ELETRÔNICAS

<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/guga-irmao-e-socio-teriam-projeto-para-recuperar-e-operar-hotel-no-morro-da-lagoa>.

<https://noticias.ufsc.br/2008/07/projeto-larus-completa-25-anos>.

<http://www.fatma.sc.gov.br/pautas/rimas_site/serra_tabuleiro/relatorio_socioambiental.pdf.

<https://ndonline.com.br/florianopolis/plural/morre-o-artista-curador-e-critico-de-arte-joao-otavio-neves-filho-o-janga-aos-72-anos>

http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_voo303_24/index.html

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>.

IMPRESSAS

BORGES, Elaine. "Punta de las Canas", atração catarinense. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 dez. 1980. Geral, p. 44.

_____. A alegre invasão argentina. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 jan. 1985. Geral, p. 20.

_____. A Lagoa da Conceição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1974. Turismo, p. 298.

_____. À margem da vida, à espera da morte: velhinhos no asilo. **O Estado**, Florianópolis, 18 jun. 1972. caderno I, p. 16.

_____. Admirável mundo novo. **O Estado**, Florianópolis, 20 out. 1972. caderno I, p. 8.

_____. Animação cultural em Florianópolis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 1985. Cultura, p. 31.

_____. As famílias que vivem do lixo. **O Estado**, Florianópolis, 10 jun. 1972. caderno II, p. 9.

_____. Empregadas mal-empregadas. **O Estado**, Florianópolis, 23 jul. 1972. caderno I, p. 8

_____. Farra do boi é realizada, apesar de proibição. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 abr. 1999. Geral, p. 8.

_____. Figueirense, rebaixado, procura recuperar a honra. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 jul. 1986. Geral, p. 37.

_____. Florianópolis promete muita agitação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 1998. Viagem, p. 91.

_____. Florianópolis só quer a volta à velha desterro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jul. 1984. Geral, p. 25.

_____. Jornalismo: isenção, imparcialidade, inquietação e criatividade. **Encontro de Jornalistas de Santa Catarina**, Florianópolis, nº 2, ano 1, set/out, 1976.

_____. O problema das migrações internas. **O Estado**, Florianópolis, 25 out. 1972. caderno I, p. 8.

_____. O trabalho no mar, em defesa do meio ambiente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 out. 1987. Geral, p. 60.

_____. Obras e chuvas deixam BR-101 congestionada. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 jan. 1998. Cidades, p. 15.

_____. Partem os primeiros colonos de SC para a Transamazônica. **O Estado**, Florianópolis, 10 out. 1972. caderno I, p. 6.

_____. Perto de Florianópolis, um grupo de índios isolados. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 set. 1974. Geral, p. 10.

_____. Posse de terra, um sonho que os colonos levaram para a Amazônia. **O Estado**, Florianópolis, 18 out. 1972. caderno I, p. 8.

_____. Tudo é mistério sobre a queda do avião. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1980. Geral, p. 52.

_____. Unidades móveis atendem turistas em SC. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 jan. 1999. Geral, p. 14.

_____. Verão, começa a velha rotina em Florianópolis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 dez. 1983. Geral, p. 29.

BORGES, Elaine; GOMES, José Laurentino; EMEDIATO, Luiz Fernando. Figueiredo é insultado e reage em SC. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 dez. 1979. Geral, p. 4.

BORGES, Elaine SCHAEFER, Bebel Orofino; **Vozes da Lagoa**. Fotografias de Suzete Sandin; ilustrações de Leopoldo Augusto Cabreira Zúñiga; prefácio de Salim Miguel. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes; Fundação Banco do Brasil, 1995.

ORAIS

BORGES, Miria Alvez. Depoimento em entrevista concedida a autora. Gravada em meio digital em 20/04/2019.

MEDAGLIA, Mario. Depoimento em entrevista concedida a autora. Gravada em meio digital em 20/09/2018.

MUNIZ, Eni Madalena Borges. Depoimento em entrevista concedida a autora. Gravada em meio digital em 20/04/2019

MUNIZ, Verônica Borges. Depoimento em entrevista concedida a autora. Gravada em meio digital em 20/04/2019

PIACENTINI, Tania. Depoimento em entrevista concedida a autora. Gravada em meio digital em 06/08/2018.

ROLIM, Nelson. Depoimento em entrevista concedida a autora. Gravada em meio digital em 19/03/2019.

ARTIGOS, LIVROS E TEXTOS ACADÊMICOS

ABRAMO, C. **A Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999

ALVES, E. R. de A. SOUZA, G. da S. e MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de política Agrícola**, Brasília, ano 20, n. 2, pag. 80-88, Abr./Maio./Jun./2011.

ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva; SERRA, Rodrigo Valente. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96. In: ANDRADE, Thompson Almeida & SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1989.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>>. Acesso em: 04 Dez. 2018.

ASSIS, Leonora Portela de. Planos. **Ações e Experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2000.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: UNICAMP, 2001.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática. 2v. v2: As técnicas do jornalismo, 1990.

BECK, A.; COSTA, C. M.; TORRENS, J.C.; LACERDA, E. P. **Trabalho Limpo... a renda de bilro e a reprodução familiar**. Florianópolis UFSC. 1983

BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Atica, 1991.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BENETTI, M. A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. **Líbero**, São Paulo, v. 20, p. 14-26, 2007

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BENJAMIN, Walter. O flâneur. In: BENJAMIN Walter. **Obras escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. pgs. 197-221.

BERNARDES, Mateus Pinho. Apontamentos sobre a cidade do Marechal: a denominação da capital catarinense no alvorecer republicano, In: **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis, UFSC, v.4, n.1, 2010, p. 92-104.

BHABHA, Homi. O entre-lugar das Culturas. In: _____. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. pp. 50-58

BORGES, Elaine. Mulheres e jornalismo. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: UFSC, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

_____. Juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

BUDDE, Leani. **Jornadas impressas: o Estado e Florianópolis - 1985 a 2009**. 2013. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

BUDDE, Leani; VAZ, Alexandre Fernandez. Jornalismo e ditadura em Florianópolis: sobre o jornal O Estado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 191-202, maio 2014. ISSN 1984-6924.

CAMPOS, Nazareno José de. Açorianos do litoral catarinense: da invisibilidade à mercantilização da cultura, **ARQUIPÉLAGO: Revista da Universidade dos Açores**, 2ª série, XIII, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

_____; RASCHE, Karla Leandro. Figueirense: o bairro da Figueira e o surgimento de um clube. In: VAZ, Alexandre Fernandez; DALLABRIDA, Norberto (Orgs.). **O futebol em Santa Catarina: histórias de clubes (1910-2014)**. Florianópolis: Insular, 2014.

_____; RASCKE, Karla Leandro. Cidadania e expectativas no bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense Foot-Ball Club (Florianópolis/SC, 1921-1951). In: **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI**, Teresina: UESPI, 2016, p. 99-121.

CAVEDON, Neusa Rolita; FANTINEL, Letícia Dias; FISCHER, Tânia Maria Diederichs. Significados permanentes e mutantes: sociabilidades e significações no cotidiano de um café. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 50, N. 2, p. 153-165, mai/ago 2014

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Apr. 1991.

CORRÊA, Wellinton Carlos. "**Vou andar por aí": o balanço, a música e a bossa de Luiz Henrique Rosa (1960-1975)**". Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UDESC, 2015.

COUTO, Marcelo Machado. **Ingleses do Rio Vermelho (Florianópolis/SC): Um Distrito, duas realidades. Questões históricas e outros determinantes acerca do desenvolvimento urbano da região nos últimos vinte anos (1991-2010)**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Florianópolis: UFSC, 2011.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

DE MORAES FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DOS SANTOS, Nayane Formiga et al. As políticas públicas voltadas ao idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 10, n. 2, p. 358-371, 2013.

DIAS, André Bonsanto. Pensar o acontecimento: jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica. In: **Revista Verso e Reverso**. São Leopoldo, UNISINOS, v. 25, n. 60. 2011/3, p. 172-182.

DIAS, Rafael Damaceno. Quando Os Migrantes Chegaram: Leituras Sobre Conflitos Socioculturais Em Florianópolis (1970 – 1990). **Tempos Históricos**, v. 13, nº 1, p. 167 – 180, 2009.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: UNESP, 2013.

_____. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: USP, 2009.]

DUBOIS, Philippe. **O ato Fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho et al. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 1997.

- FALCÃO, Luiz Felipe. Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH e Universidade Estadual de Londrina, 2005. p 1-8
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FARO, José Salvador. **Tempo da reportagem na imprensa brasileira**. Porto Alegre: ULBRA e AEG, 1999.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994
- FAVRE, Pierre. "De la question sociologique des générations et de la difficulté à la résoudre dans le cas de la France". In: FAVRE, Pierre e CRÊTE, Jean. **Générations et Politique**. Paris: Economica et PUL, 1996. p. 313.
- FELIPPE, Fábio. “No coração da torcida”: a fundação do Figueirense Foot-Ball Club na década de 1920. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Florianópolis: UDESC, 2001.
- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. **A farra do boi: palavras, sentidos ficções**. Florianópolis: UFSC, 1997.
- FRANZONI, Tereza Mara. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 1993.
- FONSECA, Francisco. Grande imprensa, ultraliberalismo e criminalização dos movimentos sociais: dimensões globais e locais. In: **II Simpósio de Lutas Sociais na América Latina - GEPAL**, 2004, Londrina, PR. Anais (on-line). Paraná: GEPAL, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/franciscofonseca.pdf>>. Acesso em: 04 de dez. De 2018.
- FONSECA, Jefferson Rafael da. **Nossa Senhora do Aterro: Florianópolis a partir das crônicas ligeiras de Beto Stodieck (1971 – 1980)**. Dissertação. (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?**. Lisboa, Passagens. 2000.
- GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GERK, Cristine; BARBOSA, Marialva. Jornalismo, Memória e Testemunho: Uma análise do tempo presente. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 01, pp. 150-167, abr. 2018/ jul. 2018.
- GILROY, Paul. Identidade, Pertencimento e a Crítica da Similitude Pura. In: _____. **Entre Campos. Nações, culturas e fascínio da raça**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 123 – 162
- GINZBURG, Carlo. Conversar com Orion. In: **Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 12, n. 14, Florianópolis, 2007, p. 163-170.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. Contexto. 2001.
- GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2006.

GREENWOOD, Ernest. Attributes of a Professions. **Social Work**, Volume 2, Issue 3, July 1957, Pages 45–55.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença. p. 30-49. In: ARANTES, Antonio A. (org). **O Espaço Da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG; 2003.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JEANNENEY, Jean-nöel. A mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fgv, 2003. Cap. 7. p. 213-231.

KAISER, Jaksam. **Ordem e progresso: o Brasil dos gaúchos**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 1998.

KARAM, F. J. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KINDERMANN, Conceição Aparecida. **A reportagem jornalística: desvendando as variantes de gênero**. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Linguagem). Tubarão: UNISUL, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história. Com uma contribuição de Hang-Georg Gadamer**. Tradução: Markus Hediger. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. Ateliê Editorial, 2001.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986

LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques. Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 4-24, jul. 2013. ISSN 1984-6924

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Espaço urbano brasileiro: entre a ditadura e a democracia – o caso de Florianópolis, SC (1964-1990). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 47, p. 162-181, janeiro-junho de 2011.

_____. **Pontes para o futuro : relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

LONGHI, Raquel. Opinião e diagramação. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. III No 1, pp. 110-119, 2006

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. Cap. 2. p. 15-25.

MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. A “exclusão da inclusão” dos índios na ditadura e a “inclusão da exclusão” dos índios no Brasil, hoje. In: **I Congresso direito e sociedade “A sociologia do direito em movimento: perspectivas da América Latina**. 2015, Canoas, RS. Anais (on-line). Disponível em: <<http://www.sociologyoflaw.com.br/Prof.-Juliana-Magalh%C3%A3es.pdf>> Acesso em: 04 de dez. 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O ESTADO: uma história em construção. (1915-1931)**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MELLO FILHO, Osvaldo F. de. “Notas e Pesquisas sobre o Boi de Mamão”, **Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore**, Florianópolis, 1953.

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de dez. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **Revolta em Florianópolis: a novembrada de 1979**. Florianópolis: Insular, 1995.

MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo de Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: PUC/RGS, 2006.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. In: **Revista Lutas sociais**, n. 1, p. 103-112, 2004. ISSN: 1415-854x. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18809>> Acesso em: 04. dez. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. ISSN: 2176-2767. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>> Acesso em: 04. dez. 2018.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, Outubro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de maio de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000300007>.

OLIVEN, Ruben George. A dupla desterritorialização da cultura gaúcha. In: FONSECA, Cláudia (org.). **Fronterias da cultura**. Horizontes e territórios da antropologia na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. p. 24- 40.

PANDOLFO, C. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: Cejup, 1994.

PEREGRINO, Nadja. **A revolução da fotorreportagem**. Rio de Janeiro: Dazibao, 1991.

PEREIRA, Fábio Henrique. As transformações do mundo dos jornalistas: a consolidação de novos valores profissionais a partir dos anos 1950. **Communicare**, São Paulo, v. 9, p. 75-83, 2009.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1992.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e Modernização: um estudo de modernização em Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli, 1974

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE**, v. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, dez. 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy.

PETRARCA, Fernanda Rio. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 311-329, 2008.

POERNER, Arthur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula**. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REVEL, Jacques (org). **Jogo de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV. 1998. p. 77-102.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p. 426-43

RICHTER, Fabio. **Corpo e alma de Florianópolis: o patrimônio cultural na ação do governo do município 1974 – 2008**. Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis: UDESC, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSA, HELENA ALPINI; NÖTZOLD, ANA LÚCIA VULFE; BRINGMANN, SANDOR FERNANDO. História e cultura indígena—a força da lei sobre a diferença. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal – RN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364517227_ARQUIVO_HistoriaeCulturaIndigena-aforcadaleisobreadiferenca.pdf> Acesso em: 04. dez. 2018.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1989.

SCHMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. **Anos 90**. Porto Alegre, nº 6, p. 165-192, dezembro de 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso; ANTONIOLLI, Juliano. Flávio Koutzii: um olhar sobre as sensibilidades da geração 68 em Porto Alegre. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, UFU, v. 6, p. 2, 2009.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI S. & NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004

SILVA, Adolfo Nicolich da. Ruas de Florianópolis – **Resenha Histórica**. Florianópolis: FFC, 1999. p.28- 34

SILVA, Geenes Alves da. **A união dos estudantes secundaristas de Patos de Minas (UEP/MG): militância e formação cidadã e político-partidária (1958 a 1971)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Patos de Minas: UFU, 2009.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903), In: **Mana**, vol.11, no. 2, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Outubro de 2005.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 131-137.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOUZA, Candice Vidal e. **Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e informática. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2. ed., 2005.

ZANELLA, Andréa Vieira. **O ensinar e o aprender a fazer renda de bilro: estudo sobre a apropriação da atividade na perspectiva histórico-cultural**. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo: PUC/SP, 1997.

V

E

N

T

U

R

I

E

R

I

,

A

l

i

c

e

.

A

d

i

n

â

m

;